

SOCIOLOGIA

VOL. XXVII | JANEIRO-JUNHO 2014

Luísa Pinheiro

Ilona Kóvacs

Luís Junqueira

Natália Azevedo

Ricardo Antunes

Raquel Rego

Agostinho Rodrigues Silvestre

Cristina Palma Conceição

Maria Teresa de Sousa

Nuno Ferreira

Raquel Cadilhe Pereira

Luís Fernandes

Ana Delicado

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXVII • PORTO • 2014

DIRETOR:

Carlos Manuel da Silva Gonçalves, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/ISFLUP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/ISFLUP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/"Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations" (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM – 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA – Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
-----------------	---

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes	11
------------------------------	----

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes	27
---	----

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro	45
-----------------------------	----

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição	67
---	----

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács 89

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira 111

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira 143

ESTATUTO EDITORIAL 177

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES 179

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO 183

AVALIAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS 2012-2013 187

EDITORIAL

O presente número da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, o primeiro do ano de 2014, apresenta um conjunto de artigos sobre diversas temáticas que marcam atualmente a sociologia. Esta diversidade corresponde a uma linha editorial que se foi sedimentando desde o início da publicação da Revista, em 1991.

O artigo de Ricardo Antunes aborda o processo de reestruturação produtiva no Brasil. Uma particular atenção é conferida, pelo autor, ao que denomina de informalidade, tomando como referência vários setores de atividade, diferentes entre si, mas que exemplificam o desenvolvimento das mudanças ao nível do trabalho.

As interligações entre três domínios, trabalho, pobreza e marginalização social, são analisadas por Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes. Apoiando-se principalmente numa revisão da literatura e na discussão sobre as transformações ao nível do trabalho defendem que se têm acentuado as desigualdades sociais.

O terceiro artigo, da autoria de Luísa Pinheiro, apresenta os resultados de um estudo sobre os diplomados do Instituto Politécnico de Viana de Castelo. No quadro mais global das dinâmicas do mercado de trabalho, centra-se na transição para o trabalho, na avaliação dos diplomados sobre as condições de ensino e do curso, na satisfação e expectativas profissionais.

Passando por outra área temática da sociologia, Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição problematizam a participação associativa dos investigadores científicos, em particular sobre as suas motivações e formas de envolvimento. Os autores discutem, no artigo, os resultados de um estudo que realizaram sobre essa participação.

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács refletem, em vários planos, sobre a economia social e o seu papel na criação de emprego no atual contexto de crise, apresentando os dados de uma investigação desenvolvida ao nível territorial de dois distritos do interior de Portugal.

O artigo de Nuno Ferreira versa a questão das relações entre a escola e os jovens. Privilegia-se um olhar mais específico sobre a importância das tecnologias de informação e comunicação nos espaços pedagógicos e nas interações com as culturas juvenis.

A Revista encerra com o contributo de Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira sobre o centro histórico da cidade de Guimarães. Analisam-se os atores sociais que residem nesse espaço, como se apropriam dele e as sociabilidades. Como sublinham as autoras, as suas “deambulações sociológicas” possibilitam um olhar sobre a construção social do quotidiano.

Carlos Manuel Gonçalves

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990¹

Ricardo Antunes²

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

Resumo | Este texto pretende apresentar alguns elementos que caracterizam a reestruturação produtiva no Brasil recente, com ênfase em suas consequências no processo de informalização e desenho da nova morfologia do trabalho. Apresentamos uma fenomenologia da informalidade no Brasil e, posteriormente, as principais tendências da reestruturação produtiva em relação ao mundo do trabalho junto aos setores automobilístico, telecomunicações e *telemarketing*, bancário, têxtil e confeções, calçados, trabalhadores do canto erudito e trabalhadores informais, buscando apreender seu desenho multiforme no que concerne ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: flexibilização e terceirização do trabalho; fordismo; toyotismo e reestruturação produtiva no Brasil; nova morfologia do trabalho.

Abstract | *The new morphology of labour and the different forms of productive restructuring in Brazil in the 1990s*

This paper presents some elements that characterize the recent restructuring of production in Brazil, with emphasis on its impact on the process of casualisation and design of the new morphology of labour. We present a phenomenology of informality in Brazil and later the main trends of productive restructuring in relation to the world of labour with the automotive, telecommunications and telemarketing, banking, textile and dress-making, footwear, artist sector and informal workers, seeking to understand your drawing multiform regarding the world of labour.

Keywords: flexible labor and outsourcing; fordism; toyotism and productive restructuring in Brazil; new morphology of labour.

¹ Este texto apresenta algumas idéias que são resultado da nossa pesquisa *Para onde vai o mundo do trabalho?*, que realizamos junto ao CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica) no Brasil.

² Professor Titular de Sociologia no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Campinas, Brasil). Foi *Visiting Research Fellow* na Universidade de Sussex (Brighton, Inglaterra). Atualmente coordena as *Coleções Mundo do Trabalho*, pela Boitempo Editorial e *Trabalho e Emancipação*, pela Editora Expressão Popular. Endereço de correspondência: Cidade Universitária Zeferino Vaz, Cidade Universitária, Campinas, 13083-970, Brasil. *E-mail*: rantunes@unicamp.br

Resumé | *La nouveaux morphologie de travaux et les différentes formes de restructuration productive au Brésil dans les années 1990*

Cet article présente quelques éléments qui caractérisent la restructuration productive au Brésil actuel, en soulignant leurs effets dans le processus de l'informalisation et dans le dessin de la nouvelle morphologie du travail. D'abord on va présenter une phénoménologie de l'informalité au Brésil et les principaux tendances de la restructuration productive par rapport au monde du travail surtout aux secteurs automobilistique, de télécommunications et télémarketing, bancaire, textile et de vêtements, de chaussures, les chanteurs lyriques et les travailleurs informels, en cherchant apprendre son dessin multiforme dans ce que concerne le monde du travail.

Mots-clés: flexibilisation et sous-traitance du travail; fordisme; toyotisme et restructuration productive au Brésil; nouvelle morphologie du travail.

Resumen | *La nueva morfología del trabajo y las diferentes formas de reestructuración productiva en Brasil en la década de 1990*

Este artículo presenta algunos elementos que caracterizan a la reciente reestructuración de la producción en Brasil, con énfasis en su impacto en el proceso de informalización y el diseño de la nueva morfología del trabajo. Se presenta una fenomenología de la informalidad en Brasil y posteriormente las principales tendencias de la reestructuración productiva en el automóvil, las telecomunicaciones y *telemarketing*, bancario, industria textil y de confección, calzados, artistas y trabajadores informales, tratando de entender su multiforme diseño en relación con el mundo laboral.

Palabras clave: trabajo flexible y la subcontratación; fordismo; toyotismo y la reestructuración productiva en Brasil; nueva morfología del trabajo.

As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, foram de grande intensidade, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington e desencadearam uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. Houve também um conjunto de transformações no plano da organização socio-técnica da produção, presenciando-se, ainda, um processo de reterritorialização e mesmo de desterritorialização da produção, entre tantas outras consequências da reestruturação produtiva e do redesenho da divisão internacional do trabalho e do capital. Vamos indicar, então, alguns traços particulares e singulares da nossa reestruturação produtiva do capital.

O capitalismo brasileiro, de desenvolvimento *hipertardio* quanto ao seu *modo de ser*, vivenciou, ao longo do século XX, um verdadeiro processo de acumulação industrial, especialmente a partir do getulismo. Pôde, então, efetivar seu primeiro salto verdadeiramente industrializante, uma vez que as formas anteriores de indústria eram prisioneiras de

um processo de acumulação que se realizava dentro dos marcos da exportação do café, no qual a indústria tinha o papel de apêndice.

De corte fortemente estatal e feição nacionalista, a industrialização brasileira somente deslanchou a partir de 1930 e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950, quando o padrão de acumulação industrial deu seu segundo salto. O terceiro salto foi experimentado a partir do golpe de 1964, quando se aceleraram fortemente a industrialização e a internacionalização do Brasil (Antunes, 1982 e 1992).

O país estruturava-se, então, com base em um desenho produtivo bifronte: de um lado, voltado para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., visando um mercado interno restrito e seletivo; de outro, prisioneiro que era de uma dependência estrutural ontogenética, o Brasil continuava também a desenvolver sua produção voltada para a exportação, tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados.

No que concerne à dinâmica interna do padrão de acumulação industrial, estruturava-se pela vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, dentro de um patamar industrial significativo para um país que, apesar de sua inserção subordinada, chegou a alinhar-se, em dado momento, entre as oito grandes potências industriais.

Esse padrão de acumulação, desde Juscelino Kubitschek, e especialmente durante a ditadura militar, vivenciou amplos movimentos de expansão, com altas taxas de acumulação, entre os quais a fase do “milagre econômico” (1968-1973). O país vivia, então, sob o binômio ditadura e acumulação, arrocho e expansão.

Foi somente em meados da década de 1980, ao fim da ditadura militar e sob a chamada “Nova República” de Sarney, que esse padrão de acumulação – centrado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional – começou a sofrer as primeiras alterações. Embora, em seus traços mais genéricos, muito ainda se mantenha em alguma medida vigente, foi possível presenciar o início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país, mesmo que num ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva de capital e seu corolário ideopolítico neoliberal.

No fim da ditadura militar e durante o período Sarney, o Brasil ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, em curso acentuado nos países capitalistas centrais, mas já se faziam sentir os primeiros influxos da nova divisão internacional do trabalho.

A nossa singularidade começava a ser afetada pelos emergentes traços universais do sistema global do capital, redesenhando uma particularidade brasileira que pouco a pouco foi se diferenciando da fase anterior, inicialmente em alguns aspectos e, posteriormente, em muitos de seus traços essenciais.

Foi durante a década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*; germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica.

Deu-se, também, o início da implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuram o “envolvimento” (na verdade, a adesão e a sujeição) dos trabalhadores com os planos das empresas. Estruturava-se, ainda que de modo incipiente, o processo de reengenharia industrial e organizacional, cujos principais determinantes foram decorrência:

- 1) das imposições das empresas transnacionais, que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais e tecnológicos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação;
- 2) da necessidade, no âmbito dos capitais e de seus novos mecanismos de concorrência, de as empresas brasileiras prepararem-se para a nova fase, marcada por forte “competitividade internacional” (Alves, 2000);
- 3) da necessidade de as empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo e das formas de confronto e de rebeldia dos trabalhadores que procuravam estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho, desde as históricas greves da região industrial do ABC e da cidade de São Paulo, no pós-1978.

Mas foi a partir dos anos 1990 que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, processo que vem se efetivando mediante formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta tanto elementos de *continuidade* como de *descontinuidade* em relação às fases anteriores.

Nossa pesquisa demonstrou que há uma mescla nítida entre elementos do fordismo, que ainda encontram vigência acentuada, e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível e/ou influxos toyotistas no Brasil, que também são por demais evidentes.

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, *que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços*.

Mas quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi estruturado no Brasil, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da *liofilização organizacional*, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro.

Se, por um lado, é verdade que a baixa remuneração da força de trabalho – que se caracteriza como fator de atração para o fluxo de capital estrangeiro produtivo no Brasil – pode-se constituir, em alguma medida, como elemento obstaculizador para o avanço tecnológico, devemos acrescentar, por outro, que a combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados e uma melhor “qualificação” da força de trabalho oferece como resultante um aumento da superexploração da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo brasileiro. Isso porque, para os capitais produtivos (nacionais e transnacionais), interessa a mescla entre os equipamentos informacionais e a força de trabalho “qualificada”, “polivalente”, “multifuncional”, apta para operá-los, percebendo, entretanto, salários muito inferiores àqueles alcançados pelos trabalhadores das economias avançadas, além de regida por direitos sociais amplamente flexibilizados.

Ainda na década de 1990, no contexto da desregulamentação do comércio mundial, a indústria automobilística brasileira foi submetida a mudanças no regime de proteção alfandegária, com a redução das tarifas de importação de veículos. Desde então, as montadoras intensificaram o processo de reestruturação produtiva por meio das inovações tecnológicas, introduzindo, inicialmente, robôs e sistemas CAD/CAM – o que acarretou transformações no *layout* das empresas –, ou por meio da introdução de mudanças organizacionais, envolvendo uma relativa desverticalização, forte subcontratação e terceirização da força de trabalho, relativa redução de níveis hierárquicos, implantação de novas fábricas de tamanho reduzido, estruturadas com base em células produtivas, além da ampliação da rede de empresas fornecedoras. (Antunes e Silva, 2004; Alves, 2000; Druck, 1999).

As unidades produtivas mais antigas e tradicionais, como a Volkswagen, a Ford e a Mercedes-Benz, situadas no ABC paulista, também desenvolveram um forte programa de reestruturação, visando sua adequação aos novos imperativos do capital no que concerne aos níveis produtivos e tecnológicos e às formas de “envolvimento” da força de trabalho. A Volkswagen e a Mercedes-Benz foram objetos de investigação em nossa pesquisa. Na primeira montadora, o experimento de tentativa de controle, manipulação e interiorização dos trabalhadores, denominado “Coração Valente”, é exemplar de como a empresa pretendeu capturar a subjetividade do trabalho em benefício do aumento da produtividade.

O *Manual de integração* distribuído pela Toyota para os trabalhadores que ingressam na empresa é outro exemplo. Sua denominação fala por si só (Lima, 2004).

Depois de um primeiro ensaio, sob o governo Fernando Collor, significativo, mas logo estancado pela crise política que se abateu sob seu governo, o processo de reestrutu-

ração produtiva deslançou novamente, por meio do Plano Real, a partir de 1994, sob o governo Fernando Henrique Cardoso.

Quer mediante programas de qualidade total, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, quer mediante a introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o PLR, programa de participação nos lucros e resultados), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios neoliberais (ou social-liberais), finalmente o mundo produtivo encontrou uma contextualidade propícia para o deslanche vigoroso de sua reestruturação, do assim chamado enxugamento empresarial e da implementação de mecanismos estruturados em moldes mais flexíveis. Se o processo de reestruturação produtiva no Brasil, durante os anos 1980, teve uma tendência limitada e seletiva, foi especialmente a partir da década de 1990 que ele se ampliou sobremaneira.

Outro exemplo importante pode ser encontrado no setor financeiro, em cujo processo de reestruturação se presenciou um intenso impacto, evidenciando-se que os trabalhadores bancários foram fortemente atingidos pelas mudanças nos processos e rotinas de trabalho, fundamentadas e impulsionadas, principalmente, pelas tecnologias de base microeletrônica e pelas mutações organizacionais.

Novas políticas gerenciais foram instituídas nos bancos, sobretudo por meio de seus programas de “qualidade total” e de “remuneração variável”. As políticas de concessão de prêmios de produtividade aos bancários que superavam as metas de produção estabelecidas, acrescidas do desenvolvimento de um eficiente e sofisticado sistema de comunicação empresa-trabalhador por meio de jornais, revistas ou vídeos de ampla circulação nos ambientes de trabalho, bem como da ampliação do trabalho em equipe, acarretaram um significativo aumento da produtividade do capital financeiro, além de buscar também a “adesão” dos bancários às estratégias de autovalorização do capital, reproduzidas nas instituições bancárias.

Como consequência das práticas flexíveis de contratação da força de trabalho nos bancos (mediante a ampliação significativa da terceirização, da contratação de trabalhadores por tarefas ou em tempo parcial, da introdução dos *call centers*), presenciou-se uma ainda maior precarização dos empregos e redução de salários, aumentando o processo de desregulamentação do trabalho e de redução dos direitos sociais para os empregados em geral e, de modo ainda mais intenso, para os terceirizados, em particular no espaço dos bancos (Jinkings, 2002 e Venco, 2003).

Do ponto de vista do capital financeiro, essas formas de contratação possibilitaram (e ainda possibilitam) ganhos enormes de lucratividade, ao mesmo tempo em que procuraram obnubilar os laços de pertencimento de classe e diminuir a capacidade de resistência sindical dos bancários, dificultando sua organização no espaço de trabalho. A liofilização organizacional nos bancos, apoiada no incremento tecnoinformacional, implementando os programas de ajustes organizacionais nas agências, vem reduzindo a estrutura administrativa e os quadros funcionais das instituições financeiras, aumentando os mecanismos de individualização das relações de trabalho e de assalariamento.

Como consequência, foram desativados ou bastante reduzidos grandes centros de computação, de serviços e de compensação de cheques, e setores inteiros foram extintos nas agências bancárias e centrais administrativas. Enquanto os grandes conglomerados financeiros privados cresciam em poderio econômico – com taxas de lucro enormes –, o número de bancários no país reduziu-se de aproximadamente 800 mil, no fim dos anos 80 do século XX, para pouco mais de 400 mil em 2005. Os planos de demissão voluntária tornaram-se regra nos bancos públicos, conforme pudemos analisar em nossa pesquisa no Banco do Brasil. Paralelamente, proliferaram os terceirizados no *labor* bancário (Jinkings, 2002).

Em relação à divisão sexual do trabalho, na medida em que se desenvolviam os processos de automatização e flexibilização do trabalho, presenciou-se um movimento de feminização dos bancários que, entretanto, não foi seguido por uma equalização da carreira e do salário entre homens e mulheres. Uma série de mecanismos sociais de discriminação – reproduzidos e intensificados nos ambientes de trabalho – estruturou relações de dominação e de exploração mais duras sobre o trabalho feminino, que se traduziram em desigualdades e segmentações entre gêneros (Segnini, 1998).

As mudanças apontadas nas características pessoais e profissionais dos bancários são, portanto, expressões da adequação às exigências da reestruturação produtiva em curso e de seus movimentos de tecnificação e racionalização do trabalho. Visando adequar sua força de trabalho às modalidades atuais do processo produtivo, as instituições financeiras passaram a exigir uma aparente “nova qualificação” para os trabalhadores do setor, que parece ter mais uma significação ideológica do que tecnofuncional (Jinkings, 2002).

Num contexto de crescente desemprego e de aumento de formas precárias de contratação, os assalariados bancários foram compelidos a desenvolver uma formação geral e polivalente, na tentativa de manter seus vínculos de trabalho, sendo submetidos à sobrecarga de tarefas e a jornadas de trabalho extenuantes. Agravaram-se os problemas de saúde no espaço de trabalho nas últimas décadas, e observou-se, ainda, um aumento sem precedentes das lesões por esforço repetitivo (LER), que reduzem a força muscular e comprometem os movimentos, configurando-se como doenças típicas da era da informatização do trabalho, conforme também constatamos na pesquisa realizada no universo bancário.

Os programas de qualidade total e de remuneração variável, amplamente difundidos no setor, recriaram estratégias de dominação do trabalho que procuram obscurecer e nublar a relação entre capital e trabalho. Os trabalhadores bancários foram constringidos a tornar-se “parceiros”, “sócios”, “colaboradores” dos bancos e das instituições financeiras, num ideário e numa pragmática que aviltam ainda mais a condição laborativa.

Sob o movimento rápido e ágil das máquinas informatizadas, os homens e as mulheres realizam um conjunto infundável de operações de registro e transferência de valores. Transformam essa mercadoria-dinheiro em mais dinheiro, verdadeira *fonte misteriosa*, conforme a sugestiva referência de Marx. E, quanto mais “produzem”, em tempo

cada vez mais virtual, mais bancários veem diminuir seus postos de trabalho por meio dos chamados planos de demissão voluntária (PDV) (Jinkings, 2002).

É nesse contexto que a greve dos bancários desencadeada em setembro/outubro de 2004 constituiu um evento bastante importante, uma vez que se trata da primeira ação de grande amplitude desencadeada pelos bancários depois do vastíssimo processo de reestruturação dos bancos. Quando tantos analistas diziam que os bancários tinham perdido a capacidade de resistência e ação, presenciámos um movimento que paralisou mais de 200 mil trabalhadores em várias partes do país, tanto em bancos públicos quanto em bancos privados.

Foi contra esse quadro de penalização do trabalho que os trabalhadores dos bancos desencadearam a paralisação, reivindicando a reposição da inflação e mais 17% de aumento real. Um mês depois, sem ganho real, mas tendo mostrado que algo novo se passava no espaço de trabalho dos bancos, a greve foi suspensa.

Se parece visível a derrota material da greve, o mesmo não se pode dizer no plano da política e da ação. Aqui houve uma resposta coletiva e sob a forma de greve, depois da monumental reestruturação vivenciada no interior do espaço dos bancos.

Outro setor que experimentou mudanças significativas foi o de calçados, situado em Franca, no interior de São Paulo, onde as técnicas de gerenciamento da força de trabalho foram implementadas em várias empresas, visando ao “envolvimento” dos trabalhadores no processo de reestruturação da produção, com a finalidade de aumentar a produtividade do trabalho (Navarro, 2003).

Como consequência desse processo, presenciou-se uma significativa redução de postos de trabalho, que oscilava em decorrência dos movimentos do mercado, além da reorganização produtiva, por meio da implantação de células de produção, introduzindo o denominado trabalho “polivalente” ou “multifuncional”, que, em verdade, mais se assemelha a um mecanismo responsável por níveis mais acentuados de intensificação e de exploração da força de trabalho.

Além das mudanças na organização produtiva, o setor calçadista vivenciou um intenso processo de terceirização por meio da ampliação do trabalho em domicílio, nas pequenas unidades produtivas, etc., o que contribuiu para o agravamento das condições de trabalho, uma vez que boa parte desse trabalho é realizada em locais precários e improvisados, dentro e fora das casas, alterando o espaço familiar e as suas condições de vivência.

A pesquisa constatou, ao estudar a indústria calçadista de Franca, interior do estado de São Paulo, também, uma degradação dos direitos sociais do trabalho, que se ampliou em função da externalização e da terceirização da produção. Direitos conquistados, como o descanso semanal remunerado, férias, o 13º salário, aposentadoria, etc, tornaram-se mais facilmente burláveis.

Houve, ainda, uma ampliação do trabalho infantil, consequência direta da transferência do trabalho produtivo do espaço fabril para o espaço domiciliar, onde o controle do trabalho infantil fica ainda mais difícil (Navarro, 2003).

Os exemplos anteriores já evidenciam como o universo do trabalho tem sido fortemente penalizado, em consequência dos mecanismos introduzidos pela liofilização organizacional. Se as formas da reestruturação produtiva têm sido diferenciadas, quando se toma a realidade cotidiana do trabalho, um traço praticamente constante tem sido a tendência ao aumento dos mecanismos de desregulamentação e a mesmo precarização da força de trabalho.

No setor têxtil, a processualidade da reestruturação produtiva foi muito intensa ao longo dos anos 1990, como consequência da política de abertura econômica e de liberalização comercial que desorganizou fortemente as indústrias desse setor, acarretando um enorme desemprego, com diminuição de mais de 50% de seu nível de emprego, na primeira metade da década, além de um alto grau de terceirização da força de trabalho.

Embora tenha havido, na região pesquisada, crescimento do número de empresas ao longo da década de 1990, esse aumento traz consigo o enorme processo de reestruturação das grandes empresas e transferência de amplos espaços produtivos para o universo das micro e pequenas empresas que proliferaram no setor.

O incremento tecnológico, as novas formas de organização da produção e a introdução ampliada da terceirização acabaram por acarretar altos níveis de desemprego e subemprego no setor têxtil, compensados apenas parcialmente pelo crescimento das pequenas e microempresas.

Na indústria de confeções, além dos baixos níveis de remuneração da força de trabalho, a terceirização tornou-se elemento estratégico central, implementado pelas empresas para reduzir os custos e aumentar a produtividade, sem desconsiderar a importante significação política dessa medida, que é tanto maior quanto mais combativos são os sindicatos.

Esse processo originou a ampliação do trabalho em domicílio, além das chamadas “cooperativas de trabalho”, responsáveis por formas acentuadas de subcontratação e precarização da força de trabalho, pela redução significativa da remuneração da força de trabalho e pelo descumprimento dos direitos trabalhistas.

A externalização do trabalho, o retorno de práticas pretéritas, como o *putting out*, ampliou-se enormemente nos setores têxtil e de confeções, acentuando as formas e os mecanismos que configuram uma ainda maior precarização do trabalho e o descumprimento dos direitos trabalhistas. Uma vez preservada a marca, na era do capitalismo dos signos, das embalagens, do involucral e do supérfluo, as empresas passaram a recorrer ainda mais à terceirização, reduzindo os custos da produção, acarretando um enorme desemprego e enfraquecendo a coesão e a solidariedade dos trabalhadores.

Na década de 1990, por exemplo, a *Hering*, em Santa Catarina, terceirizou mais de 50% da sua produção, acarretando o desemprego de cerca de 70% da sua força de trabalho, conforme dados oferecidos pela pesquisa. Processo similar ocorreu com a *Levi Strauss* do Brasil, que, na mesma década, criou uma “cooperativa”, eliminando praticamente todos os seus postos diretos de trabalho.

Nas empresas de telecomunicações, as alterações no universo do trabalho também foram de grande monta. A necessidade de inovar os processos, os produtos e os serviços ampliou em muito a importância da esfera comunicacional para a agilização do ciclo produtivo que agora opera em tempo virtual. Esse processo de *mercadorização da informação* possibilitou a direta e rápida incorporação dos novos dados e informações ao mundo produtivo, instrumental decisivo para a continuidade das chamadas “inovações produtivas”.

No caso da Sercomtel, empresa estatal com sede em Londrina, dada a sua condição de empresa pública que comportava uma certa estabilidade dos trabalhadores, a alternativa encontrada pela nova lógica gerencial, sob influxo privatista, foi a redução e o remanejamento de parcela dos assalariados por meio dos planos de aposentadoria e demissão voluntária, que possibilitaram reduzir o quadro de pessoal. O ritmo quase alucinante da terceirização e da automatização, que marcam o fetiche da tecnologia, acabou atuando também para dificultar os laços de solidariedade de classe, reforçando ainda mais a flexibilização e a consequente precarização do trabalho no setor de telecomunicações. No fluxo das tendências anteriormente analisadas, também a terceirização foi recorrente, sobretudo por meio da introdução de *call center*, que passou a se responsabilizar por todo o serviço de mediação do cliente com a empresa.

E a expansão desse novo universo – o das empresas de *call center* – nos levou a pesquisar o setor de *telemarketing*, onde pudemos constatar que a enorme ampliação de empregos é preenchida, predominantemente, por jornadas parciais, de seis horas diárias, cujas atividades são marcadas pela acentuada intensificação dos ritmos e pelo aumento da exploração da força de trabalho. Cabe lembrar, também, que esse setor (como se pode conferir no Grupo Atento-Brasil) tem seu contingente laborativo predominantemente feminino, com mais de 70% de mulheres, confirmando-se a tendência forte de feminização do mundo do trabalho em diversos setores e ramos.

Seu principal “produto” é dado pela prestação de serviços, por meio do atendimento telefônico, que visa à solução de dúvidas, ao oferecimento de informações, como endereços e telefones, à orientação de clientes na compra ou utilização de um produto, entre tantas possibilidades abertas pelo *telemarketing* (Nogueira, 2006).

E, para realizar essa jornada diária, as teleoperadoras, sempre com seu *headset* (fone de ouvido), ficam quase todo o tempo de trabalho sentadas, coladas no visor do microcomputador e no teclado, sob rígida vigilância das supervisoras, que exigem sempre maior produtividade e controlam o tempo médio de atendimento das trabalhadoras. Aqui também pudemos constatar o crescente adoecimento no trabalho, algo que tem sido constante no setor de *telemarketing*.

Quanto às condições de trabalho, pode-se testemunhar, com base na pesquisa, que, em muitas dessas empresas de *call center* e *telemarketing*, há inclusive “baias” que separam as trabalhadoras, para que elas não conversem e não diminuam os ritmos extenuantes de trabalho, rigorosamente cronometrados.

No universo dos trabalhadores da arte, no teatro lírico, também contemplados pela pesquisa, as relações de trabalho configuram cada vez mais uma ausência de regulamentação específica para o trabalho musical.

O trabalhador do canto lírico, bem como os músicos de orquestra, dada a feição de “prestação de serviços”, vivem sob a marca da instabilidade, que permite o desligamento dos artistas pela direção dos teatros sempre que não houver interesse na renovação dos contratos. Como estes são renovados periodicamente (a cada dois ou três meses), não se configura o reconhecimento do vínculo empregatício.

No contexto da flexibilização dos artistas dos coros, que anteriormente tinham maior estabilidade, processo de flexibilização que se intensifica ao longo dos anos 90 do século XX, pode-se perceber também uma precarização maior do trabalho, aumentando a busca por outras atividades, além de revelar uma dupla fragilidade na organização dos artistas, dada, por um lado, pela forte individualização do trabalho e, por outro, pela alta competição que marca a profissão, aumentando ainda mais o risco do desemprego.

Este breve retrato aqui oferecido nos permite observar um nítido crescimento de relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para a de trabalhadores sem carteira assinada, especialmente durante a década de 1990.

Se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, na década seguinte esse número aumentou significativamente para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado.

Essas mudanças, portanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho*.

A proliferação dos trabalhadores dos *call centers*, das empresas de *telemarketing*, dos trabalhadores em serviços cada vez mais inseridos na lógica produtiva, de agregação de valor, acabou por criar um novo contingente de trabalhadores, que Ursula Huws denominou *cybertariat*, o novo proletariado da era da cibernética, ou o que Ruy Braga e eu denominamos como *infoproletariado* (Antunes e Braga, 2009), composto por trabalhadores que procuram uma espécie de *trabalho* cada vez mais *virtual* em um *mundo* profundamente *real*, conforme o sugestivo título de seu livro (Huws, 2003), que trata de compreender os elementos que configuram o mundo do trabalho na era da informática, do *telemarketing* e da telemática.

O que nos permite afirmar que, em plena *era da informatização do trabalho*, do mundo maquinal da era da acumulação digital, estamos presenciando a *época da informalização do trabalho*, caracterizada pela ampliação dos terceirizados, pela expansão dos

assalariados do *call center*, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, pelo *cyberproletariado*, o proletariado que trabalha com a informática e vivencia outra pragmática, moldada pela desrealização, pela vivência da precarização, daquilo que neste livro, sugestivamente, Luciano Vasapollo denominou *trabalho atípico*.

Uma fenomenologia preliminar dos *modos de ser* da informalidade no Brasil apresenta, então, uma gama acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado.³

Uma primeira modalidade de informalidade remete à figura dos ***trabalhadores informais tradicionais***, “inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nesta atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários.” (Alves e Tavares, 2006: 431).

Neste universo encontramos “os menos ‘*instáveis*’, que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços”, de que são exemplos as costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediato como alimentos, vestuário, calçados e de consumo pessoal, camelôs, empregado doméstico, sapateiros e oficinas de reparos (*Idem*: 431).

Há também os informais mais “*instáveis*”, recrutados temporariamente e frequentemente remunerados por peça ou por serviço realizado. Eles realizam trabalhos eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação, como carregadores, carroceiros e trabalhadores de rua e serviços em geral. Estes trabalhadores mais “*instáveis*” podem inclusive ser subempregados pelos trabalhadores informais mais “*estáveis*” (*Idem*: 431).

Nesta primeira modalidade – ***trabalhadores informais tradicionais*** – podemos incluir os trabalhadores “*ocasionais*” ou “*temporários*”, que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas que visam retornar ao trabalho assalariado. Segundo a caracterização de Alves e Tavares, “são trabalhadores que ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário, vivendo uma situação que, inicialmente, era provisória e se transformou em permanente. Há casos que combinam o trabalho *regular* com o *ocasional*, praticando os chamados *bicos*. Nesses casos obtém-se um baixo rendimento com essas atividades” (Alves e Tavares, 2006: 431), como os “vendedores de diversos produtos (limpeza, cosméticos, roupas), digitador, sal-

³ Em nosso livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, há um desenho das características principais da informalidade, que utilizaremos a seguir, feita por Aparecida Alves e Maria Augusta Tavares (Antunes, 2006).

gadeiras, faxineiras e confecção de artesanato nas horas de folga” (*Idem*: 431). Ainda neste espectro de atividades informais tradicionais encontram-se as pequenas oficinas de reparação e concertos, estruturadas e mantidas pela clientela do *bairro* ou relações pessoais (*Idem*: 431).

Inseridos na divisão social do trabalho capitalista, essa gama de trabalhadores informais “contribuem para que se efetive a circulação e consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda” (*Idem*: 432).

Não há horário fixo de trabalho e as jornadas de trabalho levam frequentemente ao uso das *horas vagas* para aumentar a renda oriunda do trabalho. Acrescente-se, ainda, o fato de que, no trabalho por conta-própria, além do uso de seu trabalho, pode haver uso da força de trabalho de outros membros da família, com ou sem remuneração.

Uma segunda modalidade remete à figura dos ***trabalhadores informais assalariados sem registro***, ao arrepio da legislação trabalhista, uma vez que perderam o estatuto de contratualidade e que passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira, excluindo-se do acesso das resoluções presentes nos acordos coletivos de sua categoria (*Idem*: 432). A indústria de têxtil, de confeções e de calçados, por exemplo, dentre tantas outras, tem acentuado esta tendência (Antunes, 2006: 21-23).

Isto porque a racionalidade instrumental do capital impulsiona as empresas à flexibilização do trabalho, da jornada, da remuneração, aumentando a responsabilização e as competências, criando e recriando novas relações e formas de trabalho que, frequentemente, assumem feição informal. Nos exemplos de Alves e Tavares encontram-se “(...) os casos de trabalho em domicílio que se especializam por áreas de ocupação, prestando serviços às grandes empresas, que também se utilizam da subcontratação para a montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens através do comércio de rua ou ambulante” (Alves e Tavares, 2006: 432). Muitas vezes este modo de trabalho se realiza também em galpões – como na indústria de calçados – onde a informalidade é a norma.

Uma terceira modalidade, encontramos nos ***trabalhadores informais por conta-própria***, que podem ser definidos como uma variante de produtores simples de mercadorias, contando com sua própria força de trabalho ou de familiares e que podem inclusive subcontratar força de trabalho assalariada (*Idem*: 433).

Segundo Alves e Tavares, as “formas de inserção do trabalhador por conta-própria na economia informal não são práticas novas, mas foram recriadas pelas empresas capitalistas, como forma de possibilitar a extração da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta. Lembramos que há diferentes formas de inserção do trabalho informal no modo de produção capitalista e, para sua análise, devemos considerar essa grande hete-

rogeidade, buscando desvendar quais os vínculos existentes entre esses trabalhadores e o acúmulo de capital” (*Idem*: 433).

E acrescentam: “Deste modo, proliferam-se os pequenos negócios vinculados às grandes corporações, envolvendo as áreas de produção, comércio e prestação de serviços. Os pequenos proprietários informais atuam em áreas que não atraíam investimentos capitalistas de maior vulto, de modo a atender à demanda por determinados bens e serviços. Esses trabalhadores adotam essas estratégias porque seus pequenos negócios informais não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas, são elas que definem sua forma de inserção no mercado” (*Idem*: 433).

Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc. O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho.

Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos do trabalho.

As cooperativas “patronais” no Brasil vêm se tornando verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a conseqüente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa.

É neste quadro, caracterizado por um *processo tendencial de precarização estrutural do trabalho*, em amplitude ainda maior, que os capitais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho.

Ou seja, no movimento pendular do trabalho, preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e mais explorado, dotado de direitos, e, de outro, uma superfluidade crescente, cada vez geradora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural.

Por fim, é preciso enfatizar que a informalidade, em seus distintos modos de ser – que aqui tão somente indicamos alguns exemplos dominantes no Brasil – supõe sempre a rutura com os laços de contratação e de regulação da força de trabalho, tal como se estruturou a relação capital e trabalho, especialmente ao longo do século XX, sob a vigência tayloriano-fordista, quando o trabalho regulamentado tinha prevalência sobre o desregulamentado.

Se a informalidade não é sinônimo *direto* de precariedade, *sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização*. Apontar suas conexões, suas inter-relações e suas vinculações torna-se impres-

cindível. E oferecer um esboço destas formas diferenciadas da informalidade do trabalho, do que é novo e o que é velho nas distintas modalidades assumidas pela precarização do labor em seus múltiplos exemplos, foi o objetivo deste texto.

Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni (2000), *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*, São Paulo, Boitempo.
- ALVES, Maria A.; TAVARES, Maria A. (2006), “A Dupla face da informalidade do trabalho: ‘autonomia’ e precarização”, in Ricardo Antunes (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Boitempo, pp. 425-444.
- ANTUNES, Ricardo (1982), *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da Revolução de 30 até a ANL*, São Paulo, Cortez.
- (1992), *A rebelião do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*, 2ª ed., Campinas, Editora da Unicamp.
- ANTUNES, Ricardo (Org.) (2006), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (2009), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*, São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, M. Moraes (Orgs.) (2004), *O avesso do trabalho*, São Paulo, Expressão Popular.
- DRUCK, M. G. (1999), *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo crítico do complexo petroquímico*, São Paulo, Boitempo.
- HUWS, Ursula (2003), *The making of a cybertariat: virtual work in a real world*, New York, Monthly Review Press; London, The Merlin Press.
- JINKINGS, Nise (2002), *Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*, Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- LIMA, Eurenice (2004), *Toyotismo no Brasil: o desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*, 1ª ed., São Paulo, Editora Expressão Popular.
- NAVARRO, Vera Lucia (2003), “O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados”, in *São Paulo em Perspectiva*, 17 (2), pp. 32-41.
- NOGUEIRA, C. M. (2006), *O trabalho duplicado. A divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing*, São Paulo, Expressão Popular.
- SEGNINI, Liliana (1998), *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*, São Paulo, Edusp.
- VENCO, Selma (2003), *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*, Campinas, Editora da Unicamp.

Artigo recebido a 2 de setembro de 2013. Publicação aprovada a 26 de setembro de 2013.

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre¹

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e
Universidade Portucalense

Luís Fernandes²

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo | O tema nuclear do presente artigo é o das relações entre trabalho, pobreza e marginalização social nas sociedades ocidentais contemporâneas. Organiza-se em duas partes: na primeira discutem-se as mutações que o trabalho tem conhecido, sobretudo nas últimas quatro décadas, tanto ao nível da sua centralidade social e cultural, como do seu valor simbólico e poder estruturante dos percursos biográficos; na segunda, a sua relação com a pobreza e a marginalização social. Ainda que se insista na manutenção do papel tradicional do trabalho, os dados de variadas investigações mostram que as transformações em curso constituem, em si mesmas, mecanismos de aprofundamento das desigualdades e de clivagens sociais.

Palavras-chave: mutações do trabalho; pobreza; marginalidade social avançada.

Abstract | *Labor and social marginalization processes in XXI century: theoretical approaches and statistic data*

This article's main theme is the relation between labor, poverty and social marginalization in western contemporary societies. It is organized in two parts: the first discusses the mutations that labor has suffered, especially on the last four decades, both in terms of its social and cultural centrality, as its symbolic value and structuring power of biographic paths; the second part, its relation to poverty and social marginalization. Even if one insists on maintaining the traditional role of work, the data from various investigations show that these changes consist on deepening inequalities and social cleavages.

Keywords: mutations in labor; poverty; advanced social marginality.

¹ Doutorando e Mestre em Psicologia do Comportamento Desviante pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) (Porto, Portugal); Docente (assistente convidado) no Departamento de Ciências da Educação e do Património da Universidade Portucalense, NIDEPES (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541, 4200-072 Porto, Portugal. *E-mail*: agostinhosilvestre@sapo.pt

² Doutoramento em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP); Professor Associado no Departamento de Psicologia da FPCEUP (Porto, Portugal). *E-mail*: jllf@fpce.up.pt

Resumé | *Travail et processus de marginalisation social dans le siècle XXI : approches théoriques et données statistiques*

Le sujet nucléaire du présent article est des relations entre travail, pauvreté et marginalisation social dans les sociétés occidentales contemporains. Il s'organise en deux parties: dans première se discutent les mutations que le travail ont connu, surtout dans les dernières quatre décennies, tant au niveau de sa centralité sociale et culturelle, que de sa valeur symbolique et pouvoir estruturante des parcours biographiques; dans seconde, sa relation avec la pauvreté et marginalisation social. Malgré il s'insiste dans la manutention du rôle traditionnel du travail, les données de variées recherches montrent que les transformations en cours constituent, dans lui même, mécanismes d'approfondissement des inégalités et de clivages sociaux.

Mots-clés: mutations du travail; pauvreté; marginalité sociale avancée.

Resumen | *Trabajo y procesos de marginación social en el siglo XXI: acercamientos teóricos y resumen estadístico*

El tema nuclear de este artículo son las relaciones entre el trabajo, la pobreza y la marginación social en las sociedades occidentales contemporáneas. Está organizado en dos partes: en la primera se analizan los cambios que el trabajo se conoce, sobre todo en las últimas cuatro décadas, tanto a nivel de su centralidad social y cultural, como su valor simbólico y el poder estruturante de las biografías; en el segundo, su relación con la pobreza y la marginación social. Incluso si uno insiste en mantener el papel tradicional del trabajo, los datos de varias investigaciones muestran que las transformaciones en curso constituyen, en sí mismos, mecanismos de profundización de las desigualdades y de divisiones sociales.

Palabras clave: mutaciones del trabajo; pobreza; marginalidad social avanzada.

Introdução

As relações entre trabalho, pobreza e marginalidade social são uma questão antiga. Uma breve revisão à literatura da especialidade (Castel, 1998; Bauman, 2005) permite verificar, por exemplo, que a pobreza constituiu um dos principais argumentos para vencer as muitas resistências à implementação e à consolidação do trabalho assalariado e da sua ética nas sociedades modernas ocidentais. Entre outras promessas, dele se disse que seria capaz de criar a riqueza das nações e livrar os indivíduos e os grupos da pobreza. Pelo menos desde essa altura foi tido como o melhor meio de evitar todos os males sociais, não apenas a privação económica, mas também a criminalidade, a toxicod dependência e outros, até porque tem sido concebido como uma estratégia de normalização e como uma ética da disciplina. Contudo, decorridos mais de dois séculos em que adquiriu o estatuto político-

-normativo de principal integrador, de fator estruturante e princípio organizador da vida individual e coletiva, o trabalho parece estar hoje sob o signo da incerteza e da desordem e constituir, talvez mais do que nunca, um poderoso mecanismo gerador de desigualdades e de marginalização social.

Neste texto analisaremos muito sumariamente os argumentos de natureza teórica, ilustrados com alguns dados estatísticos, que anunciam a crise e até a perda de centralidade sociocultural do trabalho e denunciam a sua importância nos processos de marginalização social para um número crescente de pessoas, o que leva a associá-lo frequentemente à emergência de uma “nova pobreza”. Para isso, iniciaremos com uma breve passagem pela sua história recente nas sociedades de capitalismo avançado e as metamorfoses que registou, sobretudo nos últimos quarenta anos, e as suas manifestações objetivas e também os seus possíveis impactos subjetivos, ou seja a importância e o significado que assume no trajeto existencial dos sujeitos. Procuraremos depois discutir as implicações que as mudanças registadas no mercado de trabalho podem ter para a compreensão da questão da pobreza e da marginalidade social nas sociedades ocidentais contemporâneas.

1. O trabalho e as suas mutações nas sociedades de capitalismo avançado. Um mercado de trabalho crescentemente desigual e seletivo?

Com a revolução industrial, o trabalho foi progressiva e reiteradamente proclamado como a essência do homem e como o modelo do laço social. Para além de muitas outras virtudes e benefícios para a humanidade que lhe foram atribuídos, foi considerado, pelos discursos económico, político e também científico, como o grande integrador. Foi, de resto, representado como um esforço coletivo que exigia, por isso, a colaboração de todos (Bauman, 2007), passando assim a ser concebido como obra de cada um e de todos nós, que há de conduzir o Homem à abundância e à expressão plena das suas capacidades. Mesmo que seja possível admitir que esta forma de conceber o trabalho não tenha sido sempre consensual, é sobretudo com o fim do período (1945-1975), frequentemente designado por “trinta gloriosos”, ou seja, com o fim do (quase) pleno emprego e o crescimento do desemprego, que é consistentemente desconstruída e colocada em questão. Vários autores (Gorz, 1991; Offe, 1992; Meda, 1999; Beck, 2000; Bauman, 2005) falam em desencantamento e anunciam o fim das sociedades de pleno emprego, ou mesmo “o fim, historicamente previsível, da sociedade de trabalho” (Habermas, 2000: 84).

Na base dessas conceções sobre o trabalho e do seu lugar nas sociedades contemporâneas ocidentais é possível identificar uma linha de força com, pelo menos, três implicações maiores. A constatação é que o desenvolvimento tecnológico e, particularmente, a designada terceira revolução industrial ou microeletrónica reduziu, em muito, a necessidade de trabalho humano na produção de riqueza. Sendo possível admitir que as

transformações que estão a ocorrer nos mercados laborais são o resultado da influência direta ou indireta de vários fatores “são precisamente aqueles associados ao fenómeno da tecnologização dos processos produtivos, da informação e da comunicação e da globalização das economias que assumem um papel dominante” (Hespanha e Valadas, 2002: 124). A consequência mais evidente é que não há trabalho para todos (Gorz, 1991; Offe, 1992; Beck, 2000), pelo menos na forma atual como os seus tempos se encontram socialmente repartidos. Muito menos para as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilização social cumulativa e extrema, como parece ser o caso, por exemplo, da quase totalidade dos beneficiários do R.S.I. (Rodrigues, 2010). Uma outra implicação associada à anterior, e que é fortemente reforçada pelas opções político-económicas relacionadas com o processo de globalização neoliberal, é a dualização do mercado laboral ou a sua diferenciação interna. A terceira consequência é a desagregação da ética tradicional do trabalho e a emergência de novos e diversos significados que lhe serão atribuídos pelos sujeitos no desenrolar das suas vidas. Analisemos um pouco mais detalhadamente cada uma destas dimensões que configuram o mercado atual de trabalho nas sociedades capitalistas ocidentais e, particularmente, nos países da União Europeia.

1.1. Rarefação do trabalho

Depois de um longo período de mobilização geral para o trabalho, em que foram especialmente visados “os pobres e os voluntariamente ociosos” (Bauman, 2005: 24), com redobrada incidência no final do século XIX e depois continuada com especial impacto sociocultural nos anos que se seguiram à II Grande Guerra, ao que hoje assistimos é à sua rarefação. Estaremos em vias de ver concretizada a profecia de “uma sociedade de trabalhadores sem trabalho”? (Arendt, 1995: 13). Seja por razões tecnológicas, micro ou macroeconómicas, políticas ou socioculturais ou talvez em resultado da sua conjugação, as sociedades ocidentais contemporâneas parecem dispensar cada vez mais o trabalho humano para a produção de bens e serviços, ou como diz Gorz, “dado que o trabalho é cada vez mais produtivo, o resultado é uma imensa infra utilização da oferta de mão-de-obra” (Gorz, 1991: 13). Desde os anos noventa do último século, estaremos até a assistir ao “crescimento sem emprego” (Alonso, 2004: 36). Nestas condições, o trajeto laboral de um número crescente de pessoas é marcado pela inserção provisória no mercado laboral, alternado pela inscrição mais ou menos prolongada nos serviços públicos de emprego.

Mesmo que os critérios estatísticos utilizados para medir o fenómeno do desemprego sejam objeto de algumas controvérsias, designadamente por não levarem em conta os que já desistiram de procurar emprego, os “desencorajados” (Gautié, 1998), é isso que sugerem vários estudos e indicadores estatísticos sobre o desemprego e a precariedade do emprego. Sirva-nos de elemento de análise o relatório de sistematização dos dados

estatísticos sobre o mercado de trabalho na União Europeia e em Portugal na última década, elaborada pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2012). Da sua leitura é possível constatar que no período de 2001-2011, o desemprego em Portugal triplicou, tendo passado de uma taxa de 4.1%, em 2001, para 12,9%, em dezembro de 2011. A mesma tendência verificou-se relativamente ao desemprego jovem (15-24 anos), que registou no período em análise um aumento de 20,7 pp., tendo passado de uma taxa de 9.4%, em 2001, para 30,1%, em 2011. No que respeita à taxa média de desemprego na União Europeia-27 (U.E.27) não deixa de ser significativo (pelo que poderá revelar em termos de tendências estruturais do mercado de trabalho nesta zona do globo) que se tenha mantido, na última década, em valores que rondam os 9% e que tenha atingido, no final de 2011, 9,7%. Significativo parece ser também que parte importante desse desemprego seja de longa duração: mesmo que no contexto da média dos países da U.E.27 este indicador presente, no período em análise, uma tendência para alguma estabilização na ordem dos 4%, em Portugal tem registado uma subida progressiva desde 2001, altura em que apresentava uma taxa de 1.5%. Em 2011, essa taxa era de 6.2%, ou seja 356,4 mil pessoas (representando 52,9% do total de desempregados) encontravam-se desempregadas há mais de um ano, 59,4% das quais estavam nessa situação há mais de dois anos. A percentagem de mulheres em situação de desemprego de longa duração era superior à dos homens e 69,5% desses desempregados tinham como habilitações escolares até ao terceiro ciclo do ensino básico. Estes dados sugerem que o desemprego tem vindo a adquirir contornos de diferenciação e seletividade, particularmente em função do género, do nível de escolaridade e do grupo socioprofissional. São, com efeito, várias as análises de natureza institucional e outras de carater científico que evidenciam que as taxas de desemprego das mulheres apresentam, de forma consistente, nos últimos anos valores superiores às dos homens. Em Portugal, na década 2000-2010, a taxa de desemprego cresceu 6.7% para os homens e 7.2% para as mulheres. Em 2011, segundo o relatório que estamos a citar, essa taxa era de 12,4% para os homens e de 13,1% para as mulheres. Nesse mesmo ano, 65,2% do total dos desempregados (437,2 mil indivíduos) tinham como habilitações escolares até ao ensino básico, o que parece confirmar a tendência que se verifica desde o início do milénio: no período de 2000-2010, a taxa de desemprego dos indivíduos com habilitações escolares até ao ensino básico foi quase sempre superior à registada relativamente aos outros níveis de escolaridade, tendo-se verificado, de resto, o acentuar dessa diferença a partir de 2008. Não surpreende, portanto, que seja nos grupos socioprofissionais dos operários, artífices e trabalhadores similares e nos dos trabalhadores não qualificados que se verificou, na última década, o maior aumento do número de desempregados.

O desemprego está estruturalmente associado à precarização do emprego, relativamente à qual são também muitas as controvérsias teóricas (Oliveira *et al.*, 2011). Ainda assim, a grande maioria das fontes e investigações estatísticas assinalam o aumento dos contratos de trabalho de duração determinada. Revelam também que o emprego precário

tem adquirido nos últimos anos particular expressão ao nível dos trabalhadores menos qualificados e das mulheres, “A maior fragilização dos vínculos contratuais, a insegurança de emprego e o trabalho a tempo parcial involuntário atingem sobretudo a população feminina” (Casaca, 2010: 283). Outras referem os designados falsos trabalhadores independentes e também o emprego clandestino. Fala-se, enfim, de trajetórias de “Flexibilidade precária estável” (Kovács, 2005). Vários estudos falam-nos das consequências da precariedade do emprego na precarização dos modos de vida dos indivíduos (Le Blanc, 2007; Almeida *et al.*, 2011). Outros fazem a distinção entre precariedade objetiva e precariedade subjetiva (Gonçalves, 2009), sendo talvez esta última expressão da precariedade a que melhor dá conta das transformações de grande intensidade que estão a ocorrer nos mercados de trabalho. Mesmo os que têm trajetórias laborais estáveis revelam sentimentos de incerteza quanto ao emprego e ao seu futuro profissional.

Referindo-se apenas ao trabalho temporário ou contratos a termo, o relatório que estamos a citar revela que, no conjunto dos países da U.E.27, a percentagem média desse tipo de contratos tem crescido, embora de forma pouco expressiva, desde 2001. Mesmo assim representava, em 2011, 14,1% do emprego total. Essa percentagem é particularmente pronunciada em Portugal, já que, no mesmo ano, representava 22,2% do emprego. Um estudo (Oliveira e Carvalho, 2008), que analisou, com base nos dados fornecidos pelo Eurostat, a evolução da precarização do emprego (contrato a tempo determinado) num conjunto de países europeus nos últimos vinte anos refere que, pesem embora algumas diferenças, o trabalho temporário está generalizado a todos os países da União Europeia e instalado em todas as gerações, ainda que sejam os mais jovens os mais atingidos por estas formas “atípicas” de trabalho. Esse estudo conclui, de forma mais geral, que “os mercados de trabalho na Europa mostram uma mudança estrutural no sentido de uma redefinição das relações de emprego”, indiciadoras de uma nova relação salarial que as autoras designam por neoconcorrencial, “na medida em que todos os países avançam para uma maior liberalização das relações de emprego, seja pela liberalização das demissões individuais e/ou coletivas, seja pela expansão do trabalho temporário ou pela combinação de ambas” (Oliveira e Carvalho, 2008: 561).

O que estes dados indiciam é que, mesmo que se apresentem com contornos e dimensões temporais e locais diferenciadas, o desemprego e a precarização do emprego são questões persistentes em todas as sociedades europeias. Parecem configurar-se, aliás, como elementos estruturais do mercado de trabalho, não apenas da Europa, mas da maioria das sociedades de capitalismo avançado. Estaremos, assim, perante uma situação relativamente nova na história recente do trabalho: após ter sido o principal atrator e configurador da vida individual e coletiva, ao que hoje assistimos é à sua rarefação e descontinuidade no trajeto laboral do sujeito.

1.2. Segmentação do trabalho e fragmentação do estatuto do trabalhador

Essa descontinuidade das carreiras laborais participa e é reforçada pela fragmentação do mercado laboral, que ganhou particular expressão a partir do final dos anos setenta do último século, tendo registado nos anos noventa a sua confirmação. As exigências da produção e as necessidades do sistema económico, impulsionadas pelo império da competitividade, não param de diferenciar as formas e situações de trabalho. Ao que hoje assistimos é, pois, à multiplicidade de mercados laborais, ou, como refere Pais, “o mercado de trabalho é um arco-íris de segmentações” (Pais, 2001: 17). Mais do que isso, e como tem sido sublinhado por vários autores (Berger e Piore, 1980; Offe, 1992; Gorz, 1991), a diferenciação interna do trabalho tende a arrumar-se em dois grandes segmentos: a par de um segmento dito primário, que assegura melhores salários, exige e proporciona melhores qualificações e (ainda) parece prometer carreiras ou trajetos profissionais mais estáveis, existe outro segmento, o secundário, caracterizado pelo desemprego intermitente, precariedade extrema (pluriatividade, trabalho clandestino, trabalho temporário, trabalho ao domicílio, teletrabalho, trabalho a tempo parcial involuntário, autoemprego, etc.), por baixos salários e baixas qualificações. Enfim, exercido nas piores condições. Este segmento parece, aliás, cada vez mais expressivo e com tendência a crescer (Beck, 2000) e a especializar-se. Algumas investigações (cf. Purser, 2006) revelam que, nos últimos anos, têm surgido, designadamente nos Estados Unidos da América, outro segmento especialmente dirigido aos excluídos do mercado de trabalho “convencional”, à “Arma industrial de reserva contemporânea”. Trata-se de empresas de trabalho temporário que estão particularmente vocacionadas para recrutamento à “jorna” de prisioneiros em situação de liberdade condicional, ex-detidos, velhos beneficiários de ajudas sociais excluídos do sistema, sem abrigo e emigrantes clandestinos.

Essa segmentação não resulta apenas dos mecanismos da flexibilidade externa, mas também do interior da própria empresa, o que talvez possa ser considerada uma forma maior de fragmentação do estatuto do trabalhador, tal como sugere Dubet, “O indivíduo passa de um lado para o outro e talvez no seio da mesma empresa encontram-se trabalhadores tendo exatamente o mesmo tipo de atividade e estatutos totalmente diferentes” (Dubet, 1999: 13). É por isso, aliás, que o discurso da empresa integradora ou empresa cidadã que apela à sua responsabilidade social tem cada vez menos consistência, já que “a empresa funciona também, e aparentemente cada vez mais, como uma máquina de vulnerabilização, e até mesmo como máquina de exclusão” (Castel, 1998: 519). A par da segmentação, a fragmentação do estatuto do trabalhador parece ser, portanto, uma outra linha orientadora da organização do mercado laboral nas sociedades ocidentais contemporâneas. Traduzida, além do mais, no facto de, quer a nível coletivo, quer a nível individual, haver cada vez menos correspondência entre as qualificações, as competências e funções exercidas e os rendimentos e os estatutos, a fragmentação do estatuto do trabalhador coloca várias

questões de natureza teórica e empírica à forma como concebemos e interpretamos o trabalho na atualidade. Para alguns autores (Offe, 1992; Gorz, 1991), constitui mesmo um sinal claro da perda da sua centralidade social e cultural. Seria, também um fator de alargamento do campo das desigualdades, já que, além das que resultam da hierarquia tradicional de rendimentos entre categorias sócio laborais, a fragmentação do estatuto do trabalhador originaria desigualdades intracategoriais, ou “novas” desigualdades que “Procedem da requalificação de diferenças no interior de categorias consideradas anteriormente homogéneas” (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 41).

1.3. Trabalho e organização da experiência biográfica. O sistema contra o ator?

A rarefação e segmentação do trabalho e a fragmentação do estatuto do trabalhador têm suscitado, nos últimos anos, dúvidas e interrogações acerca do seu valor subjetivo, ou seja, da importância e do significado que assume no trajeto existencial do sujeito. Esse tipo de dúvidas aumenta e ganha maior consistência quando se toma em consideração a sua crescente desumanização, no sentido em que os processos de racionalização técnica e organizacional, cada vez menos, permitem a manifestação das características e qualidades da pessoa que o executa. Surgem também quando se constata que as sociedades de capitalismo avançado sustentam na individualização da gestão do risco e no princípio da incerteza do emprego a sua lógica de funcionamento, o que pode “corroer o nosso sentido de carácter” (Sennett, 2001: 130). Trata-se de saber, em síntese, se as condições da sua realização nas sociedades ocidentais contemporâneas não corrói e desagrega a sua ética tradicional, em que “As pessoas procuravam provar o seu valor através do trabalho” (Sennett, 2001: 154). O que, em termos mais imediatos e concretos, coloca, desde logo, questões como a de saber se é possível continuar a considerá-lo como o grande integrador da experiência pessoal e social; ou se o papel da atividade profissional nos processos de socialização e de construção das identidades deve ser relativizado. Mais geralmente, trata-se de saber se o trabalho é hoje um instrumento para a vida ou forma de realização de si.

É ainda maioritária a conceção segundo a qual o trabalho constitui o referencial maior na vida dos indivíduos (Dubar, 1997; Schnnapper, 1998). São, no entanto, muitos os sinais evidenciados por pesquisas de recorte qualitativo (Grell e Wery, 1993; Schehr, 1999), que permitem colocar a possibilidade de que já não é o valor central e que a sua ética se encontra, pelo menos, fortemente relativizada, ou nas palavras de Bauman (2007: 149) “O ‘trabalho’ já não pode oferecer um uso seguro no qual enrolar e fixar definições do eu, identidades e projetos de vida.” Também Schehr, a propósito das perspetivas que tendem a conferir uma importância decisiva à identidade profissional para a identidade social, afirma: “este ponto de vista esquece muito simplesmente de invocar outras experiências sociais que não o trabalho, que também podem ser fundamentais da construção identitária”

(Schehr, 1999: 250). O trabalho tenderia, assim, a perder significado enquanto símbolo maior daquilo que somos (Estanque, 2005: 114).

É possível, em qualquer caso, admitir que o valor do trabalho, o seu lugar na construção das identidades individuais e sociais, a satisfação que as pessoas experimentam quando o exercem, ou seja, a sua apropriação subjetiva, enfim, a importância que lhe é conferida pelos sujeitos, não constituem realidades homogêneas. Estarão dependentes de fatores diversos, uns intrínsecos, outros extrínsecos ao próprio trabalho. Na interpretação dos dados do inquérito realizado em França, em 2003, a cerca de 8400 indivíduos, Hèlène Garner *et al.* referem que “Do ponto de vista do lugar do trabalho na identidade, uma fronteira muito nítida separa dois grupos, os quadros e os independentes, para os quais o trabalho é um forte componente da identidade, e os empregados e operários, para os quais é menos” (Garner *et al.*, 2006: 28). Quanto à importância que lhe é concedida seriam as pessoas com mais baixos salários, piores condições de trabalho, com filhos menores e, sobretudo, com pouca segurança no emprego, as que lhe atribuíam menor importância. Com base nesse estudo concluem, enfim, que, quer como elemento de identidade, quer como atividade mais ou menos valorizada, o trabalho tem um lugar relativo face a outras atividades, nomeadamente familiares, e a outros valores. Parece, portanto, que o seu lugar na construção das identidades e a importância que o indivíduo contemporâneo lhe atribui estão associados à situação pessoal e familiar e, sobretudo, à trajetória e posição socioprofissional.

Do que até agora dissemos, decorre também a questão de saber se o trabalho é sobretudo um instrumento para a vida (versão instrumental) ou forma de realização de si (versão expressiva). A perspetiva dominante tem sido a de considerar que é, sobretudo, a sua realização o que o homem procura no trabalho, até porque ele é, por essência, realizador. No entanto, e tendo presente o que atrás dissemos sobre as condições da sua realização nas sociedades ocidentais contemporâneas, é possível admitir que, pelo menos para um grande número de indivíduos, ele não permite a manifestação das suas faculdades, a sua forma e ritmo de funcionamento, ou os seus interesses e valores, enfim, a expressão de si. E será assim, desde logo porque “o nosso envolvimento no trabalho torna-se superficial, uma vez que nos falta entendimento do que estamos a fazer.” (Sennett, 2001: 114). Aliás, pelo tipo de racionalidade que impõe, pode mesmo provocar uma cisão na vida dos indivíduos. Estamos de acordo com Gorz quando nos diz que “as qualidades profissionais são isentas de virtudes pessoais e a vida privada resguardada contra os imperativos da vida profissional” (Gorz, 1991: 54). A relação dominante com o trabalho seria, nesta perspetiva, uma relação moralmente neutra, de tipo instrumental, o que leva mesmo alguns autores a considerar que deixou de ser uma questão de ética para passar a constituir, sobretudo, uma experimentação estética (Bauman, 2007).

É verdade que o contrato salarial continua a ser o modelo e o fundamento dos contratos sociais, desde logo, porque o rendimento continua, no essencial, a estar indexado

à posição do indivíduo no sistema económico. Contudo, o que reflexões como as que acabamos de fazer sugerem é que o trabalho, tal como se configura atualmente para um número crescente de pessoas, poderá ser percebido e vivido, sobretudo, como um constrangimento à sua autonomia e autorrealização (Dubet, 2006). Podemos estar, assim, em presença de um conflito entre o sistema e o ator, ou seja, o trabalho como norma já não tem o mesmo sentido e significado para o ator e para o sistema (Touraine, 2005), o qual tudo faz para lhe conservar o lugar.

2. Ética do trabalho, pobreza e processos de marginalização social

É neste contexto que é possível interpretar os sucessivos e sempre renovados esforços para manter viva e até reforçada a sua ética. A partir dos anos noventa do último século, isso tem-se traduzido na implementação de dois grandes tipos de medidas de alcance e significado particularmente importantes. Um deles, alargando o conceito de trabalho, tornando-o pouco preciso e até de contornos indefinidos, de tal forma que se torna difícil perceber o que é trabalho e não-trabalho. É assim que se tem assistido à tentativa de invenção e descoberta de novas “jazidas de emprego”, o que poderá significar alimentar uma política de retorno à plena atividade, mas não à situação de pleno emprego (Castel, 2009). Os serviços prestados às pessoas são os mais salientados por alguns teóricos do emprego, entre os quais Schnapper, que, a este propósito, afirma: “É o conjunto a que se chama o social no sentido lato do termo: cuidar materialmente, moralmente, intelectualmente das crianças, dos adolescentes e dos idosos, dos doentes e enfermos, e até mesmo dos adultos activos, isto é, instruí-los, tratá-los e distraí-los” (Castel, 2009: 83). Este tipo de propostas parece ter tido bom acolhimento nos países da União Europeia e também em Portugal. Demonstra-o, com efeito, o aumento registado, nos últimos anos, em Portugal como noutros países, da oferta formativa nesta área e o crescimento do número de trabalhadores inseridos neste setor de atividade, na maior parte das situações considerados trabalhadores não-qualificados e com baixas remunerações (Meda e Vennat, 2004). Notemos, contudo, que essa opção não é isenta de riscos, desde logo porque coloca a possibilidade de nos tornarmos uma sociedade de servidores e de neo-domesticidade (Gorz, 1991). O que poderá significar o aprofundamento das desigualdades, antes de tudo o mais pela diferente valorização do tempo de cada um dos trabalhadores. Um outro, implementando uma panóplia de medidas e de dispositivos que visam a prevenção precoce do desemprego e a reinserção laboral, através das políticas ativas de emprego e de “ativação” dos desempregados. Essas políticas, como de resto as políticas sociais em geral, são crescentemente orientadas pelo princípio do “individualismo normativo” (Delory-Momberger, 2010), nos termos do qual cabe ao indivíduo cuidar e demonstrar a sua “empregabilidade”. Ou seja, deve estar permanentemente preparado para poder convencer

um potencial empregador da sua adequação às condições de emprego que lhe poderão ser oferecidas, ainda que não saiba exatamente quais e se isso vai ocorrer. Foi também com base nesse princípio que foi reforçada uma prática já antiga, mas que, a partir da década de noventa do último século, assumiu, em grande parte dos países da Europa e também em Portugal (Fonseca, 2008), novos contornos e importância crescente. Faz parte, aliás, de uma das prioridades da Estratégia Europeia para o Emprego de 1997 (Conter, 2007), o controlo dos desempregados, sobretudo daqueles que estão a receber indemnização pela situação de desemprego. Para além de poder servir para fazer ajustamentos nas taxas de desemprego, o que este reforço do controlo traduz de mais significativo é a responsabilização do desempregado pela sua situação de desemprego (Dubois, 2008). Desta forma, e a par da tendência para a diminuição progressiva das prestações sociais de desemprego, quer em termos do valor, quer no que se refere aos períodos de concessão, o que se pretende é que os desempregados procurem e consigam, por si sós, encontrar emprego. Ora, pelo menos para alguns, tal poderá significar procurar o que não existe. Estamos de acordo com Alonso quando refere que “As novas exigências do mundo laboral transformam muitos produtores em dificilmente empregáveis” (Alonso, 2004: 34). Este tipo de observações adquire maior alcance e significado se tivermos em conta que o desemprego, e particularmente o de longa duração, é, na maior parte das economias de capitalismo avançado e também em Portugal, seletivo, designadamente em função do nível de habilitações escolares e profissionais, do grupo socioprofissional e do género (Maruani, 2004; Observatório do emprego e Formação Profissional, 2012). Para muitos outros, poderá traduzir-se na aceitação de empregos mal remunerados, sem interesse e exercidos nas piores condições, o que ajudará a compreender os dados apresentados pela Fundação Europeia Para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Fundação Europeia Para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho – EUROFOUND, 2010), segundo os quais, em 2007, 8% da população empregada na União Europeia pertencia à categoria de trabalhador pobre. Essa percentagem seria ainda mais pronunciada em Portugal, sendo vários os estudos (eg. Carmo *et al.*, 2010) que apontam para que 12% dos trabalhadores viviam, no mesmo ano, abaixo do limiar de pobreza. É de admitir, de resto, que esta situação tenha sofrido algum agravamento nos últimos anos, tanto no contexto europeu, como nacional.

Tendo sido apresentadas como fazendo parte de uma estratégia para alcançar o “pleno emprego”, são, até agora, poucos os resultados conseguidos a esse respeito pelas políticas da ativação dos desempregados e da promoção da “empregabilidade”. Isto justifica compará-las ao “mito de Sísifo” (Castel, 1998), a considerá-las falsas ou, no mínimo, ingénuas (Bauman, 2005), tendo em conta, designadamente e como atrás dissemos, que a taxa média do desemprego nos países da União Europeia, há pelo menos uma década, ronda os 9%. Muito longe, portanto, da taxa de 3%, frequentemente considerada compatível com a situação de pleno emprego (Conter, 2007). Também Pedro Hespanha e Carla Valadas nas conclusões da análise a que procedem do impacto das principais medidas previstas no

primeiro Plano Nacional de Emprego (PNE, 1998) implementado em Portugal, referem: “Alguns resultados medidos das políticas de activação dos desempregados no âmbito da abordagem precoce do desemprego, parecem evidenciar particulares problemas de (re) inserção estável no mercado de trabalho” (Hespanha e Valadas, 2002: 169). É possível, portanto, admitir que essas políticas, mais do que acabar com o desemprego, visam, sobretudo, mantê-lo a níveis controláveis e como instrumento de gestão das relações laborais. Em particular, levarão ao aumento da concorrência entre os indivíduos pelos postos de trabalho disponíveis, no que sairão quase sempre a perder os de menores recursos educacionais, culturais, económicos e sociais. É nesse sentido que apontam as reflexões, a nosso ver pertinentes e de grande potencial heurístico, de alguns autores (Maruani, 2001; Conter, 2007): analisando as políticas de emprego desenvolvidas no quadro da União Europeia, evidenciam o papel que o desemprego tem assumido como forma de pressão sobre as condições de trabalho e de emprego. Sublinham, em particular, que o desemprego e as medidas ativas apresentadas como forma de o combater têm funcionado, sobretudo, como instrumentos de diminuição dos custos salariais, de precarização do emprego e de afastamento de muitos trabalhadores do mercado de trabalho.

Estaremos, pois, num contexto económico-social em que o mercado de trabalho é, cada vez mais, o centro de produção, reprodução, ampliação e reforço de velhas e novas desigualdades (Cingolani, 2011). A ética do trabalho, que tendo sido construída com base na promessa de acabar com a pobreza, parece constituir hoje um poderoso mecanismo no processo de empobrecimento e de marginalização de consideráveis setores da população (cf. Hespanha, 2007) que, antes de tudo o mais, estão afastados do mercado de trabalho. É isso, aliás, o que autoriza alguns autores a falar de uma nova marginalidade, seja ela designada por *Underclass*, nova pobreza ou exclusão social. Independentemente das críticas que lhes têm sido dirigidas (Karsz, 2004; Bauman, 2005; Fernandes, 1998), o que estas categorias de análise acabam por dar conta é das profundas transformações registadas, nas últimas décadas, pelo trabalho e as suas novas configurações na organização e no funcionamento das sociedades do pós-fordismo e do capitalismo avançado. Pode servir-nos de exemplo Wacquant, quando refere que, com a “modernização económica acelerada, provocada pela reestruturação global do capitalismo” (Wacquant, 2001: 168), surge um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana que designa por “marginalidade avançada”. Nesta noção, o autor engloba um conjunto de desinserções e figuras da marginalidade que proliferam como consequência desta nova fase do capitalismo. A marginalidade é considerada avançada também porque traduz uma nova forma de existência da pobreza: na medida em que está dissociada dos ciclos económicos, tende a ser de longa duração. Está, além disso, confinada a bairros relegados, num processo social bem ilustrado por Dubet: “O declínio da sociedade salarial acarretou um deslocamento da questão social que se assemelha em vários pontos ao da época da entrada na sociedade industrial, na medida em que o núcleo dos problemas se desloca das fábricas para a cidade, para as periferias ou centros de cidade degradados,

onde se concentram os grupos mais frágeis, mais pobres, mais estigmatizados” (Dubet, 2001: 9). O que estas afirmações sugerem é que, se é verdade que pobres sempre existiram (Bauman, 2005), não menos certo é que conheceram contextos diferentes de existência. Em contraste com o período da expansão industrial, em que, além do mais, a pobreza estava dispersa por vários espaços operários e era sobretudo cíclica, nas sociedades ocidentais contemporâneas, ser pobre não significa apenas viver em situação de privação económica. Traduz-se, frequentemente, também em viver em espaços relegados, caracterizados pela concentração e estigmatização da pobreza. Habitar nesse tipo de territórios, para além de confirmar a situação de pobreza de quem lá vive ou de quem para lá vai viver, pode, assim, significar a sua perpetuação. Investigações recentes revelam, com considerável consistência teórica/metodológica, que os jovens residentes em espaços estigmatizados experimentam dificuldades acrescidas de competitividade nos mercados de trabalho: não apenas porque têm maiores dificuldades no acesso ao emprego, quando se compara com o que acontece com jovens residentes noutros territórios, o que permite verificar “um efeito específico e importante do lugar de residência sobre o acesso ao emprego” (L’Horty *et al.*, 2011: 87); mas também porque os jovens residentes nesses territórios, quando conseguem emprego, têm maiores dificuldades em aceder aos mais qualificados e auferem remunerações mais baixas, quando comparadas com o que acontece com jovens residentes noutros locais. Neste caso, o lugar de residência constitui-se como um efeito específico de discriminação salarial (Couppié *et al.*, 2010). Idênticas conclusões podem ser encontradas num trabalho de investigação de natureza qualitativa realizado num dos bairros dos arredores de Lisboa (cf. Silva e Machado, 2010). Para além de se confirmar que a taxa de desemprego jovem nesse bairro era “cerca de três vezes maior do que a nível nacional” e de que “há no bairro mais precariedade laboral do que no país”, comparando a situação laboral dos jovens aí residentes com a de outros jovens, conclui-se que “São proporcionalmente muitos mais nas categorias profissionais mais desqualificadas e muito poucos nas mais qualificadas” (Silva e Machado, 2010: 201). Por outro lado, estudos realizados em prisões portuguesas (cf. Cunha, 2002; Fernandes e Silva, 2009) revelam que, desde os anos 80 do último século e até ao ano 2000, a taxa de encarceramento tem vindo a aumentar, seguindo uma tendência verificável noutros países ocidentais de capitalismo avançado. Este tipo de dados poderá traduzir uma reinvenção da prisão como “solução penal frente ao novo problema da exclusão social e económica” (Garland, 2005: 323). Evidenciam, além disso, que a sociografia dos detidos tem vindo a mudar. Os dados apresentados na investigação que Maria Ivone Cunha realizou no estabelecimento prisional de Tires, dizem-nos que subiu o número das detidas que se incluem no segmento secundário do mercado de trabalho, com baixa remuneração e participação em economias informais e, por outro lado, que essas reclusas provêm “esmagadoramente das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e, nestas, das zonas de barracas, bairros de realojamento, bairros sociais suburbanos. Afinal, conclui-se, as mesmas zonas por onde se distribui a pobreza” (Fernandes e Neves, 2010: 326).

Em síntese, numa situação de “penúria” de emprego e de recuo do estado social, o facto de se viver num “bairro social degradado” pode condicionar, ainda mais negativamente, o percurso profissional dos que lá habitam. Viver nesses territórios significa estar, frequentemente, em situação de múltipla relegação. A relegação dessas populações não é, com efeito, apenas por parte dos empregadores, mas também da polícia, dos tribunais, dos serviços de apoio social (Wacquant, 2001) e dos próprios vizinhos (Dubet, 2001). Torna-se, assim, difícil a tarefa de conseguir (e, muito mais complicado ainda, manter) emprego no mercado formal. A saída para muitos dos seus habitantes poderá ser aceitar trabalhos mal remunerados, exercidos nas piores condições de higiene e de segurança. São, além disso, frequentemente pagos à jorna, o que poderá surgir como uma solução ajustada à extrema precariedade financeira e à pobreza económica de muitas famílias: é necessário ganhar hoje dinheiro para suportar as despesas do dia seguinte. Para outros, poderá ser o trabalho clandestino, de que releva a venda de drogas e de outras atividades ilegais.

Considerações finais

Uma análise como aquela que aqui fizemos às transformações registadas pelo trabalho assalariado, nas últimas décadas, nas sociedades de capitalismo avançado, autoriza a pensar que este, depois de ter sido considerado como o grande integrador, gerador de compromissos sociais e de ter subsumido todas as dimensões da vida social, poderá constituir hoje um importante fator de desestruturação da vida individual e coletiva. Parece configurar-se, aliás, como paradoxal. Desde logo, porque, pelo menos nas últimas cinco décadas, tem vindo a aumentar o número de pessoas, particularmente mulheres, que participam no mercado de trabalho na condição de assalariadas. Contudo, ao que hoje assistimos é à persistência de elevadas taxas de desemprego e ao emprego incapaz de gerar confiança para a construção de projetos de futuro, quer no plano individual, quer coletivo. O mercado contemporâneo de trabalho é marcado pelo princípio da insegurança do emprego e da normalidade do desemprego (Silvestre e Fernandes, 2012), ele próprio seletivo e desigual. O desemprego, como a precariedade do emprego, é experimentado de forma mais dura e radical por mulheres, por emigrantes, por indivíduos mais velhos, por pessoas com menos habilitações escolares e profissionais, com menos capital social. De acordo com as tendências atuais, muitas dessas pessoas dificilmente regressarão ao mercado de trabalho, enquanto outras continuarão a lutar por um lugar que lhes assegure a subsistência (Honneth, 2008). Muitas outras executam atividades sem conteúdo expressivo e em condições precariamente protegidas e altamente desregulamentadas. Paradoxal também porque, em nome da sua antiga ética e do reforço da sua centralidade normativa, isto é, a tendência para o considerar como condição quase única de cidadania (Noguera, 2002), o trabalho assalariado é representado como a principal fonte de subsistência

material e signo do estatuto social, constituindo a única forma das pessoas escaparem à pobreza. São, no entanto, muitos (e, ao que parece, com tendência a crescer e a instalar-se na paisagem social) os que trabalham e são pobres. O mesmo é dizer que o trabalho já não protege as pessoas contra a pobreza, na medida em que não assegura a muitos dos trabalhadores condições mínimas para uma independência económica e uma vida minimamente decente (Castel, 2009). É em nome do valor normativo do trabalho que se retiram prestações sociais e se diminuem intensamente as de desemprego a pessoas que não dispõem de outras formas de subsistência e não conseguem trabalhar. Em Portugal, para além de ter vindo a baixar o número de desempregados protegidos, também “se assiste a uma diminuição dos valores e duração das prestações, o que não deixarão de gerar «armadilhas de pobreza» entre os desempregados” (Adão e Silva e Pereira, 2012: 313). Conjugam-se, assim, dois fatores maiores no processo de empobrecimento e até de marginalização social de amplos setores da população: o estado social recua, ao mesmo tempo que o trabalho assalariado escasseia e perde relevância social e cultural. A sua crescente rarefação, desregulação e individualização (a nível empresarial e societal) parece colocá-lo no centro de crescentes e renovadas desigualdades e no jogo de múltiplas exclusões. E, desde logo, porque a crescente seletividade do trabalho reforça e reinscreve antigas desigualdades estruturais.

Referências bibliográficas

- ADÃO E SILVA, Pedro; PEREIRA, Mariana Trigo (2012), “As políticas de proteção no desemprego em Portugal”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, pp. 133-150.
- ALMEIDA, Nuno Alves *et al.* (2011), *Jovens em transições precárias – Trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- ALONSO, Luís (2004), “La sociedad del Trabajo: debates actuales. Materiales inestables para lanzar la discusión”, in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 4, pp. 21-48.
- ARENDT, Hannah (1995), *A condição humana*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BAUMAN, Zygmunt (2005), *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*, Barcelona, Gedisa Editorial.
- (2007), *Modernidad líquida*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económico.
- BECK, Ulrich (2000), *Un nuevo mundo feliz – la precariedad del Trabajo en la era de la globalización*, Barcelona, Paidós.
- BERGER, Suzanne; PIRE, Michael (1980), *Dualism and discontinuity in industrial society*, Cambridge, University Press.
- CARMO, Renato Miguel do *et al.* (2010), “Análise de Indicadores (Portugal e comparação europeia)”, in Renato Miguel do Carmo (Org.), *Desigualdades sociais 2010 – Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 5-97.
- CASACA, Sara Falcão (2010), “A (des)igualdade de género e a precarização do emprego”, in

- Virgínia Ferreira (Org.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal*, Lisboa, CITE, pp. 261-291.
- CASTEL, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social*, Rio de Janeiro, Vozes.
- (2009), *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de L'individu*, Paris, Éditions du Seuil.
- CINGOLANI, Patrick (2011 [2005]), *La Précarité*, 3^e ed., Paris, Puf.
- CONTER, Bernard (2007), “Plein-emploi ou Chômage nécessaire: la stratégie européenne pour L'emploi, entre utopie et pragmatisme”, in *Politique européenne*, 1, pp. 21-40.
- COUPPIÉ, Thomas *et al.* (2010), “Lieu de résidence et discrimination salariale: le cas des jeunes habitant dans une zone urbaine sensible”, in *Économie et statistique*, 433-434, pp. 47-70.
- CUNHA, Maria Ivone (2002), *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*, Lisboa, Fim de Século.
- DELORY-MOMBERGER, Christine (2010), *La condition biographique. Essais sur le récit de soi dans la modernité avancée*, Paris, Téraèdre.
- DUBAR, Claude (1997), *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.
- DUBET, François (1999), “Le travail et ses sociologies. Sociologie du Travail”, in *Le seuil, 40 ans de Sociologie du travail (Conférence Introductive)*, pp. 1-24.
- (2001), “As desigualdades multiplicadas”, in *Revista Brasileira de Educação*, 17, pp. 5-19.
- (2006), *Injustices – l'expérience des inégalités au travail*, Paris, Éditions du Seuil.
- DUBOIS, Vincent (2008), “Estado social activo e controlo dos desempregados: uma viragem rigorista entre tendências europeias e lógicas nacionais”, in *Sociologia*, 17/18, pp. 11-31.
- ESTANQUE, Elísio (2005), “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, pp. 113-140.
- FERNANDES, Luís (1998), “Redefinir exclusão social”, in *Antropológica*, 2, pp. 85-92.
- FERNANDES, Luís; NEVES, Tiago (2010), “Controlo da marginalidade, violência estrutural e vitimações colectivas”, in Carla Machado (Coord.), *Novas formas de vitimação criminal*, Braga, Psiquilíbrios Edições, pp. 13-335.
- FERNANDES, Luís; SILVA, Maria do Rosário (2009), *O que a droga fez à prisão: um percurso a partir das terapias de substituição opiácea*, Lisboa, Instituto da Droga e da Toxicod dependência.
- FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre (1997), *A nova era das desigualdades*, Oeiras, Celta Editora.
- FONSECA, Bernardete (2008), *Ideologia ou economia? Evolução da protecção no desemprego em Portugal*, Tese de Mestrado (não publicada), Aveiro, Universidade de Aveiro.
- FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO (EURO-FOUND) (2010), *Trabalhadores pobres na Europa*, Documento eletrónico [Consult. a 20.01.2013]. Disponível em:
http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/employment_rights_and_work_organisation/c11111_pt.htm

- GARLAND, David (2005), *La cultura del control. Crimen y orden social en la sociedad contemporánea*, Barcelona, Gedisa.
- GARNER, Hélène *et al.* (2006) “La place du travail dans les identités”, in *Économie et statistique*, 383-384, pp. 21-40.
- GAUTIÉ, Jérôme (1998), “Da invenção do desemprego à sua desconstrução”, in *Revista MANA*, 4 (2), pp. 67-83.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (Coord.) (2009), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas.
- GORZ, André (1991), *Metamorphoses du travail, Quêtê du Sens – Critique de la raison économique*, Paris, Glileè.
- GRELL, Paul; WERY, Anne (1993), *Heros Obscurs de la Précarité*, Paris, L’Harmattan.
- HABERMAS, Jurgen (2000), *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, Dom Quixote.
- HESPANHA, Pedro (Org.) (2007), *É o (des)emprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra*, Coimbra, REAPN.
- HESPANHA, Pedro; VALADAS, Carla (2002), “Globalização dos problemas sociais, globalização das políticas. O caso da estratégia europeia para o emprego”, in Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro (Org.), *Risco social e incerteza. Pode o estado social recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 123-175.
- HONNETH, Axel (2008), “Trabalho e reconhecimento. Uma tentativa de uma redefinição”, in *Civitas*, 1, pp. 46-67.
- KARSZ, Saul (2004), *La exclusión: bordeando sus fronteras – Definiciones e matices*, Barcelona, Gedisa.
- KOVÁCS, Llona (Org.) (2005), *Flexibilidade de emprego – Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora.
- L’HORTY, Yannick *et al.* (2011), “Les effets du lieu de résidence sur l’accès au l’emploi: un test de discrimination auprès de jeunes qualifiés”, in *Économie et statistique*, 447, pp. 71-95.
- LE BLANC, Guillaume (2007), *Vies ordinaires. Vies précaires*, Paris, Seuil.
- MARUANI, Margaret (2001), “L’emploi dans une société de plein Chômage”, in Amólie Pouchet (Dir.), in *Sociologies du travail: 40 ans après*, Paris, Elsevier, pp. 191-200.
- (2004), “Activité, Précarité, Chômage: Toujours Plus?”, in *Revue de L’OFCE*, 90, pp. 95-115.
- MEDA, Dominique (1999), *O trabalho: um valor em vias de extinção*, Lisboa, Fim de Século.
- MEDA, Dominique; VENNAT, Francis (Dir.) (2004), *Le travail non qualifiés*, Paris, La Découverte.
- NOGUERA, José Antonio (2002), “El concepto de Trabajo y la teoría social crítica”, in *Papers*, 68, pp. 141-168.
- OBSERVATÓRIO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2012), *Aspetos estruturais do mercado de trabalho*, Lisboa, OEFP.
- OFFE, Claus (1992), *La sociedad del Trabajo – Problemas Estructurales y perspectivas de futuro*, Madrid, Alianza Editorial.
- OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena (2008), “A precarização do emprego na Europa”, in *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 5, pp. 541-567.

- OLIVEIRA, Luísa *et al.* (2011), “Formas atípicas de emprego na União Europeia”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, pp. 27-48.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates*, Porto, Ambar.
- PURSER, Gretchen (2006), “‘QUE DU SALE BOULOT’ Risques et accidents corporels chez les travailleurs journaliers aux États-Unis”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 165, pp. 52-71.
- RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010), *Escassos Caminhos. Os processos de imobilização social dos beneficiários do rendimento social de inserção*, Porto, Edições Afrontamento.
- SCHEHR, Sebastien (1999), *La vie quotidienne des jeunes chômeurs*, Paris, Puf.
- SCHNAPPER, Dominique (1998), *Contra o fim do trabalho*, Lisboa, Terramar Editores.
- SENNETT, Richard (2001), *A corrosão do carácter, as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa, Terramar Editores.
- SILVA, Alexandra; MACHADO, Fernando Luís (2010), “Trabalho e desemprego entre jovens de um bairro social”, in Renato Miguel do Carmo (Org.), *Desigualdades sociais 2010 – Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 199-206.
- SILVESTRE, Agostinho Rodrigues; FERNANDES, Luís (2012), “Mutações do trabalho e da pobreza na modernidade avançada”, in *Atas do VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade, Crise e Reconfigurações*, Porto, Associação Portuguesa de Sociologia.
- TOURAINE, Alain (2005), *Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje*, Lisboa, Instituto Piaget.
- WACQUANT, Loic (2001), *Parias Urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*, Buenos Aires, Manantial.

Artigo recebido a 24 de fevereiro de 2013. Publicação aprovada a 26 de maio de 2013.

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos¹

Luísa Pinheiro²

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo | A situação no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior é, atualmente, um tema em debate público e académico. As crescentes dificuldades que trespasam a transição do sistema de ensino para o económico têm contribuído para a visibilidade dessa temática. Neste artigo, e tomando por base os diplomados de uma instituição do ensino politécnico português, centramo-nos em alguns aspetos que enformam a sua transição para o mercado de trabalho, bem como a avaliação que fazem das condições de ensino e do curso concluído, da satisfação no emprego atual e das suas expectativas profissionais.

Palavras-chave: diplomados do ensino superior; inserção profissional; mercado de trabalho.

Abstract | *Higher education graduates and evaluative positions*

The situation in the labor market of higher degree holders is, presently, a matter of public and academic debate. The growing difficulties that cover the transition from the education system to the economic one have contributed to increase the visibility of this matter. In this article, and using the degree holders of a Portuguese polytechnic educational institution as a base, we focus on a few aspects that show their transition to the labor market, as well as their assessment of the education conditions and the completed degree, their satisfaction in the current job and professional expectations.

Keywords: higher education graduates; transition to work; labor market.

¹ O presente artigo retoma alguns dos aspetos que a autora explicita na sua tese de doutoramento – *Diplomados do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e mercado de trabalho* – desenvolvida no âmbito do Programa Doutoral em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

² Docente da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESCE-IPVC) (Viana do Castelo, Portugal). Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Escola Superior de Ciências Empresariais, Avenida Miguel Dantas, 4930-678 Valença, Portugal. *E-mail*: luisapinheiro@esce-ipc.pt

Resumé | *Les diplômés de l’enseignement supérieur et positions d’évaluation*

La situation sur le marché du travail des diplômés de l’enseignement supérieur est, actuellement, un sujet de débat public et académique. Les difficultés croissantes qui percent la transition entre le système d’enseignement et le système économique ont contribué à la visibilité de cette question. Dans cet article, et basé sur les diplômés d’un établissement polytechnique portugais, nous nous concentrons sur certains aspects qui façonnent leur transition vers le marché du travail, ainsi que leur évaluation des conditions d’enseignement et de leur cours, de leur satisfaction au travail et de leurs perspectives professionnelles.

Mots-clés: diplômés de l’enseignement supérieur; insertion professionnelle; marché du travail.

Resumen | *Graduados de la enseñanza superior y posiciones de evaluación*

La situación en el mercado laboral para los graduados de la enseñanza superior es, actualmente, un tema de debate público y académico. Las dificultades iniciales que atraviesan la transición del sistema educativo hacia el económico han contribuido para la visibilidad de este problema. En este artículo, y basándonos en los graduados de una institución de enseñanza politécnica portuguesa, nos centramos en algunos aspectos que dan forma a su transición al mercado de trabajo, así como la evaluación de las condiciones de la enseñanza y de lo curso, de la satisfacción en el trabajo y sus expectativas profesionales actuales.

Palabras clave: graduados de la enseñanza superior; transición profesional; mercado de trabajo.

Introdução

Atualmente, verifica-se uma evidente atenção pela questão da situação no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior. Somos quotidianamente confrontados, nos meios de comunicação, com notícias sobre o emprego dos diplomados, ora expressando as suas dificuldades no mercado de trabalho, ora dando conta de casos de “sucesso”, mas meramente num registo individual. Discussões que têm por pano de fundo, por vezes, o papel da educação nas sociedades ocidentais e, num quadro mais vasto, o do Estado Providência³; veicula-se, recorrentemente, uma visão utilitarista e economicista da educação. Igualmente, o tema é objeto de interesse, quer por parte de organizações políticas internacionais, o caso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e da União Europeia, quer por investigadores da área das ciências sociais. Estão, nestes casos, vários projetos

³ Discussão que nos remete para a avaliação, na Europa do Estado Providência, quanto às suas áreas de abrangência, agentes sociais intervenientes e financiamento, entre outros aspetos.

de investigação de cariz internacional: o *Comparative Analysis of Transitions from Education to Work in Europe* (CATEWE), realizado entre 1997 e 2000; o *Tuning Educational Structures in Europe* (Projeto Tuning), iniciado em 2000; o *Carrers After Graduation – An Europe Research Study* (CHEERS), de 1997 a 2006; o *Flexible Professional in the Knowledge Society* (REFLEX), desde 2004; o *Higher Education as a Generator of Strategic Competences* (HEGESCO), desde 2007; o *The Flexible Professional in the Knowledge Society New Demands on Higher Education in Europe* (PROFLEX), desde 2007⁴; os relatórios sobre a situação da educação na Europa da responsabilidade da rede Eurydice (Eurydice, 2012, por exemplo). Por outro lado, no espaço da investigação científica desenvolvida, em instituições de ensino superior, as contribuições de Teichler e da sua equipa têm sido seminiais, nomeadamente por via do projeto CHEERS, que foi continuado pelo projeto REFLEX. Com uma importante ressonância em Portugal, estão as abordagens de Vernières (1997), Vincens (1997; 1998), Rose (1984; 1998) e Sainsaulieu (1988; 2003).

Em particular no campo da Sociologia, em Portugal, o tema da inserção profissional e as posições dos diplomados do ensino superior fazem também parte da agenda da investigação. Sem preocupações de exaustividade elencamos alguns dos trabalhos: Arroitea e Martins (1998); Escária (2008); Baptista (2006); Romão (2004); Marques (2006); Gonçalves (2007); Alves (2007); Alves (2008); Gonçalves, coord. (2009); Saúde (2008); Chaves (2010); Almeida (2007; 2010); Sousa (2010)⁵. Por outro lado, as instituições de ensino superior têm desenvolvido diversos estudos, sobretudo de natureza sociográfica, sobre o tema⁶. Por exemplo, o Observatório dos Percursos dos Estudantes da Universidade de Lisboa, o Observatório do Emprego da Universidade do Porto, o Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade Nova de Lisboa, o Observatório da Empregabilidade do Instituto Superior Técnico e o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

⁴ Consulte-se o texto de Marques (2010) sobre uma apresentação de alguns destes projetos de investigação.

⁵ Outros estudos têm sido apresentados, os quais resultam do tratamento de dados publicados pelas instâncias oficiais, como é o caso de Pacheco *et al.* (2012) sobre os diplomados desempregados da Universidade do Minho, utilizando, para o efeito, os dados publicados pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, por sua vez, produzidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

⁶ Registe-se que uma parte desta atividade de recolha e análise de dados sobre o emprego dos diplomados cumpre disposições legais que estipulam a disponibilização de dados, pelas instituições de ensino superior, sobre a situação profissional dos seus diplomados. Em finais dos anos 1990, várias organizações estatais nacionais criaram o Sistema de Observação dos Percursos dos Diplomados do Ensino Superior (ODES), que realizou o primeiro estudo, e único até ao momento, sobre os percursos escolares e socioprofissionais dos diplomados do ensino superior no ano letivo de 1994-1995 (ODES, 2001). Por outro lado, desde 2007, que é publicado semestralmente, primeiro pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e atualmente pelo Ministério da Educação, uma caracterização dos diplomados desempregados registados nos centros de emprego do IEFP. Dados que são contestados pela comunidade científica, quanto à sua representatividade e utilização, de cariz político, como elemento avaliativo da situação de emprego dos diplomados do ensino superior.

O debate sobre o emprego dos diplomados entrecruza-se, numa malha densa, com pelo menos duas questões axiais. Uma primeira consubstanciada nas relações entre o sistema de ensino e o sistema económico. Não obstante a diversidade de questionamentos e de reflexões, umas mais de cariz político e outras decorrentes das abordagens ancoradas em disciplinas das ciências sociais, como a sociologia, a economia e as ciências da educação, emergem duas principais posturas sobre aquelas relações: uma que podemos designar de funcionalista, adequacionista ou utilitarista e outra de natureza mais liberal. A primeira, como o nome indica, pugna por uma proposta que conforma especificamente os objetivos do sistema de ensino ao sistema económico, principalmente às dinâmicas do tecido empresarial e às necessidades, em termos de volume e de qualidade da mão-obra, correspondentes a um determinado padrão de evolução económica (Bills, 2004; Alves, 2007; Gonçalves, 2009). Deste modo, a questão principal coloca-se em termos de correspondência entre educação e emprego. Numa posição diametralmente oposta, encontramos aqueles que defendem a autonomia do sistema educativo face ao sistema económico e o seu papel importante na transmissão e produção de conhecimento e na construção da cidadania.

Encontramos a outra questão axial nas transformações no ensino superior ocorridas nos últimos vinte anos na Europa e, particularmente, em Portugal. Objetivos, organização interna e formas de governo; relações com o tecido económico, o mercado de trabalho e o poder político; volume da procura e diferenciação social e económica dos estudantes; oferta e diversificação de cursos e de modelos de ensino-aprendizagem; adoção de critérios de gestão de carater empresarial; acréscimo da internacionalização da educação e da investigação são apontadas, em alguma bibliografia, como as principais transformações⁷. Acresce-se, o fato de, atualmente, o ensino superior estar permeado por um discurso managerial, que atribui uma notória importância ao emprego dos diplomados⁸ (Magalhães, 2004).

O presente artigo debruça-se, precisamente, sobre o emprego dos diplomados que concluíram a sua formação, entre os anos letivos de 2004/05 a 2006/07, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC). Período imediatamente anterior à aplicação da reorganização do ensino superior, que é conhecida como Processo de Bolonha. Em termos metodológicos, optámos pela aplicação *online* de um inquérito por questionário⁹, no final

⁷ Veja-se: Teichler (2001 e 2009); Rose (1998); Magalhães (2004); Gonçalves, coord. (2009).

⁸ Que vulgarmente se designa por taxa de empregabilidade.

⁹ A aplicação dos inquéritos *online* é cada vez mais frequente. Não obstante as suas vantagens face a outro tipo de inquéritos, estes inquéritos são objeto de questionamentos, sobretudo no campo das ciências sociais, designadamente em termos metodológicos: reduzida preocupação de exaustividade na viabilidade e fiabilidade dos dados recolhidos; condições físicas de apresentação e do desenho gráfico do inquérito, que, por vezes, podem condicionar as respostas; segurança dos dados recolhidos; normas éticas aplicadas; aplicação centrada nos inquiridos com acesso a computadores e à internet, entre outros (Couper e Miller, 2008).

do ano de 2011, à totalidade dos diplomados (1.484 indivíduos) que integravam os vinte e nove cursos e as cinco escolas do IPVC. Obtiveram-se 610 respostas válidas, que constituem a amostra intencional (o que corresponde a uma taxa de resposta de 41,1%)¹⁰.

Ao longo das próximas páginas iremos centrar-nos em determinadas questões: nas situações no mercado de trabalho dos diplomados no momento de aplicação do inquérito por questionário¹¹; na avaliação que fazem das dificuldades do curso que frequentaram, do trabalho pessoal realizado, das condições de ensino, para além da satisfação face ao emprego atual e às suas expectativas profissionais.

1. Emprego atual

Nos últimos meses de 2011, uma parcela importante dos diplomados do IPVC estava empregada. O desemprego abrangia 13,1%. Face ao total dos inquiridos predominava, como seria exetável, a procura de um novo emprego regular (9,8%) e a proporção dos que ainda não tinha acedido ao primeiro emprego, isto é, que vivenciavam uma situação de desemprego de inserção, era reduzida (3,3%). A discriminação de género salientava-se (78,8% do total dos desempregados eram mulheres), padrão que, igualmente, se deteta em outros estudos (Gonçalves, 2010; Casaca, 2010). Se atendermos à situação no mercado de trabalho na altura, os respetivos valores alinham-se com os acima apontados. A taxa de desemprego em Portugal era de 14,0% e na Região Norte de 12,6%. Por sua vez, para o país a taxa de emprego era de 52,4% e na Região Norte de 53,5%. Para a globalidade daquele ano a taxa de desemprego dos indivíduos com um curso superior era de 9,4% (inferior aos que possuíam, no máximo, o ensino secundário ou o ensino básico, respetivamente 15,4% e 14,5%). Dados que indiciam que um nível de escolaridade elevado protege mais do desemprego.

¹⁰ Uma taxa de resposta consistente que pode traduzir o interesse dos diplomados pelo estudo. Como é por demais sabido, e apontado em estudos congéneres, a aplicação destes inquéritos enfrentam dificuldades que afetam, necessariamente, o volume de inquiridos como: a desatualização dos endereços físicos e eletrónicos dos diplomados; o desinteresse por parte dos diplomados; a apresentação e extensão do guião do inquérito.

¹¹ Passaremos a utilizar a expressão emprego atual.

Quadro 1 – Situação ocupacional atual por área de educação (%)

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
Empregado	77,0	74,5	91,7	88,2	88,2	96,6	88,5	86,7	98,9	88,2	85,7	86,1
Desempregado	22,9	23,4	5,0	11,8	5,9	3,4	11,5	11,1	1,1	11,7	14,2	13,1
Formação e estágio profissionais	0,0	0,0	1,7	0,0	5,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Outras situações	0,0	2,1	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(174)	(47)	(60)	(17)	(17)	(29)	(52)	(45)	(90)	(51)	(28)	(610)

Subsistem diferenças entre as áreas de educação¹². O peso dos empregados é mais expressivo em SA e IT; por contraste, é em AR e FPCE que estão as maiores percentagens de desempregados (17,0% dos licenciados em AR estão à procura do primeiro emprego regular; 21,8% em FPCE estão à procura de novo emprego).

O Quadro seguinte regista algumas das principais variáveis caracterizadores do emprego atual. Predomina o grupo das profissões Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas (com um peso importante de professores, engenheiros e enfermeiros). Os Administrativos e Comerciais ficam pelos 18,6%. Tendo isto em conta e as áreas de educação, conclui-se que a maioria das áreas abrange mais de 75,0% dos licenciados no grupo profissional mais qualificado. Excetuam-se INF, CE e SP com menos de metade dos diplomados nesse grupo – o que poderá denunciar, embora com a devida prudência que os dados impõem, a existência de uma maior sobrequalificação académica nestas áreas, como veremos mais à frente. Por contraposição, mais de 50,0% dos diplomados naquelas três áreas situam-se no conjunto dos designados Administrativos e Comerciais. Note-se que, no caso de INF, o termo ‘empregado de escritório’ pode incluir um conjunto diversificado de tarefas; o mesmo podemos afirmar para CE. Cerca de metade dos inquiridos encontram-se numa situação de precariedade laboral¹³; 44,2% detêm uma posição mais estável no mercado de trabalho – a esmagadora maioria no setor privado (74,2%). Existe heterogeneidade entre as áreas de educação. Assim, é entre os diplomados em FPCE que encontramos a maior proporção de indivíduos em precariedade laboral, o que traduz a

¹² Ao longo do texto, uma parte dos dados será discriminada por áreas de educação. Em termos de economia de texto serão usadas unicamente siglas: FPCE (Formação de professores/formadores e Ciências da educação); AR (Artes); CE (Ciências empresariais); INF (Informática); ENG (Engenharia e técnicas afins); IT (Indústrias transformadoras); AC (Arquitetura e construção); ASP (Agricultura, silvicultura e pescas); SA (Saúde); SP (Serviços pessoais); PA (Proteção do ambiente).

¹³ Abrange o contrato a termo certo e o contrato de prestação de serviços/ recibos verdes.

condição socioprofissional da profissão de professor entre nós e a forma como o sistema de ensino se encontra organizado. Segue-se ENG e PA. Em contrapartida, CE, INF e IT exibem um peso mais elevado de indivíduos com contrato sem termo.

Quadro 2 – Dados sobre o emprego atual

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
Grupos de profissões ¹⁴												
Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	90,6	77,2	44,7	37,6	86,6	92,6	94,0	78,0	98,9	48,9	84,0	80,6
Administrativos e Comerciais	6,3	22,9	55,4	62,5	13,3	7,4	6,0	19,5	1,1	53,0	16,0	18,6
Operário	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(160)	(35)	(56)	(16)	(15)	(27)	(50)	(41)	(90)	(49)	(25)	(564)
Tipo de contrato de trabalho												
Não precário	15,6	57,1	70,4	68,8	37,5	64,3	56,9	51,3	51,7	59,2	26,9	44,2
Precário	78,2	37,2	27,8	25,1	62,6	32,1	41,2	38,5	48,3	34,6	57,7	51,0
Outra situação	6,3	5,7	1,9	6,3	0,0	3,6	2,0	10,2	0,0	6,1	15,4	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(163)	(36)	(55)	(17)	(16)	(29)	(50)	(41)	(90)	(49)	(26)	(572)
Salário médio mensal (em euros)												
Igual ou inferior a 400	9,3	8,3	1,8	0,0	6,3	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	7,7	4,1
De 401 a 700	34,6	25,0	29,1	37,5	12,5	18,5	20,0	30,0	5,6	48,9	23,1	26,6
De 701 a 1000	25,3	50,0	47,3	25,0	43,8	51,9	34,0	27,5	34,8	31,9	42,3	34,6
De 1001 a 1300	24,7	11,1	14,5	31,3	31,3	11,1	32,0	27,5	48,3	6,4	7,7	24,8
Igual ou superior a 1301	6,2	5,6	7,2	6,3	6,3	18,5	14,0	12,5	11,2	12,8	19,2	10,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(162)	(36)	(55)	(16)	(16)	(27)	(50)	(40)	(89)	(47)	(26)	(564)
Setores de atividade												
Primário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,7	0,0	47,5	0,0	0,0	12,0	4,4
Secundário	0,6	17,1	10,9	6,3	18,8	39,3	0,0	5,0	0,0	0,0	8,0	5,7
Terciário	99,3	82,9	89,1	93,9	81,3	50,1	99,9	47,5	100	99,8	80,0	89,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(163)	(35)	(55)	(16)	(16)	(28)	(49)	(40)	(90)	(49)	(25)	(566)

¹⁴ No primeiro grupo profissional, o dos Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas incluímos as profissões de: Diretor e Gerente; Engenheiro; *Designer*; Enfermeiro; Professor; Educador de

No que concerne ao rendimento líquido auferido, temos como valor modal os 701 a 1000 euros (34,6%). Porém, cerca de 30,7% dos diplomados ganham um salário inferior a 701 euros. Note-se que apenas 34,8% ganham um salário superior a 1000 euros. De entre as áreas de educação mais bem pagas sobressai SA. Por oposição, AR, CE, IT, SP e PA são aquelas em que os diplomados recebem salários mais baixos. O Terciário é fortemente dominante (onde, por sua vez, prepondera a Educação, a Saúde e ação social e Administração pública). No Secundário a importância vai para as Indústrias Transformadoras. Com exceção de IT, que apresenta um valor elevado deste último setor, nas restantes áreas de educação o Terciário é plenamente dominante. Na empresa privada trabalha cerca de metade dos licenciados (50,4%), não sendo por isso de estranhar a importância das organizações com menos de 101 trabalhadores (64,1%). Os tipos de organização que, direta ou indiretamente, se inscrevem na área do Estado (empresas públicas, Administração pública e institutos públicos) agregam 38,8% dos inquiridos. Na Administração pública (que abarca quase 30,0% dos diplomados) os valores mais elevados estão em FPCE – como já tivemos oportunidade de referir, aqui estamos perante um segmento de mercado de trabalho específico, o dos Professores e parte dos Enfermeiros. Com exceção destas duas áreas de educação, a empresa privada salienta-se face às restantes áreas de educação.

Para esta breve caracterização do emprego atual, um último aspeto importa igualmente abordar: as relações que se estabelecem entre a formação académica e o emprego. Optou-se por questionar os inquiridos sobre a possibilidade das funções profissionais no emprego atual (ou último) poderem ser desempenhadas por outros indivíduos, de acordo com o seu nível de escolaridade¹⁵. 68,2% dos inquiridos referem que as suas funções só podem ser desempenhadas por alguém unicamente com um curso na mesma área científica da sua. Para estes existe adequação entre formação e emprego. É observável tal situação sobretudo na área de SA, o que seria de esperar atendendo a que estamos perante uma

infância; Contabilista; Analista e programador; Técnico de turismo; Técnico de qualidade; Projetista. O segundo grupo, o dos Administrativos e Comerciais, abrange: Empregado de escritório; Empregado de agência de viagens; Rececionista; Vendedor. O terceiro, o dos Operários, abarca os Operários.

¹⁵ Adotamos para o efeito o método subjetivo indireto. Outros métodos podem ser utilizados para medir e avaliar a relação entre o nível de formação académica dos trabalhadores e o nível ótimo para realizar o seu trabalho (Groot e van der Brink, 2000): os métodos objetivos e os métodos subjetivos diretos. Os primeiros partem da análise dos postos de trabalho (pelo investigador, por um organismo oficial ou por um grupo de especialistas); os segundos desenvolvem-se a partir da informação facultada pelos trabalhadores, por exemplo, solicitando diretamente ao trabalhador que se auto classifique num dos três possíveis grupos – infra qualificado, sobre qualificado ou adequadamente qualificado –, tendo em conta a relação entre a sua formação académica (grau académico e conteúdos formativos) e o emprego que exerce. No nosso estudo em concreto perguntamos aos diplomados se o seu trabalho podia ser realizado por outro indivíduo (ver opções de resposta no Quadro 3), a partir das respostas obtidas avaliamos a situação dos inquiridos.

profissão institucionalizada, alicerçada no fechamento social e de acesso condicionado. O mesmo podemos afirmar para a área de AC (é composta somente pelo curso de Engenharia Civil e do Ambiente que é objeto de regulação profissional).

Quadro 3 – Possibilidade das funções profissionais no emprego atual (ou último) poderem ser desempenhadas por outros indivíduos, por área de educação (%)

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
Unicamente com um curso na mesma área de educação do inquirido	78,0	48,6	49,1	12,5	68,8	64,3	86,3	65,9	98,9	32,7	40,0	68,2
Com uma licenciatura de outra área de educação	8,9	21,6	25,5	37,5	18,8	10,7	7,8	22,0	0,0	24,5	32,0	14,3
Com um título académico inferior ao do inquirido	11,3	27,0	23,6	50,0	12,5	21,4	5,9	12,2	0,0	40,8	16,0	15,7
Com um título académico superior ao do inquirido	1,8	2,7	1,8	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	1,1	2,0	12,0	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(168)	(37)	(55)	(16)	(16)	(28)	(51)	(41)	(89)	(49)	(25)	(575)

Outros inquiridos consideram a possibilidade de indivíduos com formações académicas diversas e distintas das suas, mas com o grau de licenciado, poderem desempenhar as suas funções (14,3%). Várias linhas explicativas podem ser avançadas para dar conta desta situação: resultar da penúria de empregos na área de educação daqueles diplomados, o que os leva a aceitar outros empregos, que consideram, contudo, ainda serem compagináveis com o seu título académico e conteúdo de formação; afigurar-se como uma prática de intermutabilidade entre diferentes cursos para a concretização das tarefas inscritas no emprego (Gonçalves, coord., 2009). Isto pode ser explicado, entre outros fatores, pela existência de um contexto socioeconómico de intensas transformações no mundo do trabalho, com a emergência e desenvolvimento de novas atividades laborais, já não confinadas aos perfis mais tradicionais, maioritariamente no setor dos serviços, que exigem um naipe de conhecimentos e competências transversais às diversas formações académicas. Necessariamente a especificidade e a qualidade daquelas acaba por qualificar ou não o emprego ocupado pelo diplomado.

Por último, 15,7% dos inquiridos aceitam que o seu trabalho pode ser realizado por alguém com um título académico inferior ao seu. Neste caso, consideramos que estamos perante uma situação de sobrequalificação académica. Consideramo-la como uma situação no mercado de trabalho em que os agentes detêm um grau de escolaridade superior ao que é exigido para a concretização das múltiplas tarefas que integram o emprego que ocupam¹⁶. A sobrequalificação ganha peso relativo nas áreas (AR, CE e SP) onde estão mais concentradas as profissões que exigem menores habilitações académicas, tais como: Rececionistas, Vendedores, Operários e Técnicos de turismo.

Como se processou a passagem dos diplomados para o primeiro emprego? Em primeiro lugar, a maioria (70,4%) constata a existência de dificuldades, o que tem todo o sentido num contexto socioeconómico de crise como o que vivenciamos em Portugal no presente. A diminuta oferta de empregos na sua área geográfica de interesse, o excesso de licenciados com o seu curso, a ausência de experiência profissional e o fraco apoio do IPVC e do Centro de Emprego do IEFP são as principais razões apontadas pelos inquiridos e que estão em linha com outros estudos (Gonçalves e Menezes, 2011; Gonçalves, Menezes e Martins, 2010). A última razão é demonstrativa da necessidade de uma maior intervenção do Estado, por via das suas instituições, assumindo a qualidade de intermediários de emprego (Rose, 1998), na definição e aplicação de políticas ativas de emprego direcionadas para o emprego da mão de obra mais qualificada academicamente¹⁷. As duas primeiras razões estão intrinsecamente relacionadas com as relações entre ensino e mercado de trabalho. Não obstante considerar-se que é o último que determina essa relação, na medida em que é o espaço social de criação/destruição por excelência de empregos, a oferta (excessiva) de cursos e diplomados pelo sistema de ensino face ao volume, conjuntural ou estrutural, de empregos disponibilizados concorre, igualmente, para as dificuldades assinaladas pelos inquiridos.

Observa-se que, ao fim de três meses após a finalização do curso, 35,9% dos inquiridos estavam empregados (com forte sucesso para AC e ENG) e 62,6% decorridos seis

¹⁶ Subsistem posições diferenciadas sobre o conceito. Confronte-se, entre outros, os textos de Lefresne (2003), Arribas (2007) e Custódio (2011).

¹⁷ Tendo em conta o passado recente em Portugal, é possível agrupar aquelas medidas em cinco categorias principais: os estágios profissionais (subsidiaram a contratação e formação em contexto de trabalho, podendo o formando ser contratado ou não pela mesma entidade, no término do estágio); as medidas ocupacionais (subsidiaram a colocação, por um período limitado, de trabalhadores desempregados em instituições do setor público ou em organizações sem fins lucrativos); o apoio à contratação (subsidiou a contratação de desempregados e trabalhadores pertencentes a grupos desfavorecidos por empresas do setor privado da economia); o apoio ao empreendedorismo (subsidiou a constituição de novas entidades de pequena dimensão que contratem trabalhadores por conta de outrem); o apoio à criação do próprio emprego (subsidiou a criação do próprio emprego por trabalhadores desempregados). Sobre estas medidas veja-se: Varejão e Dias (2012); Centeno, Centeno e Novo (2008); Sousa (2010). Consulte-se, igualmente, o *site* do IEFP: www.iefp.pt

meses (sobressaem INF, ENG, IT, SP, AR e FPCE). Passado um ano, a quase totalidade encontrava-se empregada. O desemprego de longa duração (superior a 12 meses) atingia cerca de 12,0% (com valores expressivos para ASP e AR). Apesar do contexto socioeconómico recessivo que se desenvolvia no país no período em que os diplomados procuravam o seu primeiro emprego, verifica-se que uma parte deles não teve um elevado tempo de desemprego de inserção, embora existam diferenças entre as áreas de educação. A passagem entre o ensino e o primeiro emprego é determinada por fatores, que agem de modo interdependente, como: a natureza da dinâmica económica; a menor oferta de emprego em termos quantitativos e qualitativos pelos empregadores; a procura, por parte dos empregadores, de determinados conhecimentos e competências detidos pelos diplomados e disponibilizados pelo ensino superior; os modos de gestão da mão de obra e práticas de recrutamento e seleção que usam; o conhecimento sobre os cursos pelos empregadores e a sua valorização para o funcionamento das organizações; e, por último, o valor dos títulos académicos no mercado de trabalho. Por força das dinâmicas do mercado de trabalho, as áreas de educação são um fator explicativo do posicionamento dos diplomados nesse mercado. Por outro lado, a duração do tempo de desemprego condiciona fortemente o desenvolvimento da transição do ensino para o mercado de trabalho.

Quadro 4 – Tempo de procura do primeiro emprego regular após a conclusão da licenciatura, por área de educação e em meses (%)

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
0 a 3	40,4	34,6	20,7	20,0	60,0	47,4	70,8	36,0	20,9	39,3	29,4	35,9
4 a 6	22,7	34,6	27,6	50,0	10,0	26,3	20,8	28,0	34,9	25,0	11,8	26,7
7 a 9	12,8	7,7	13,8	20,0	10,0	15,8	0,0	0,0	32,6	17,9	5,9	15,4
10 a 12	9,2	0,0	27,6	10,0	10,0	0,0	4,2	8,0	9,3	7,1	35,3	10,1
+ de 12	14,9	22,9	10,3	0,0	10,0	10,6	4,2	28	2,3	10,7	17,7	11,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(141)	(26)	(29)	(10)	(10)	(19)	(24)	(25)	(86)	(28)	(17)	(415)

Cruzando os valores do Quadro acima pela variável género, conclui-se que, genericamente, as mulheres são mais discriminadas que os homens no acesso ao primeiro emprego. Ao fim de 6 meses, 78,2% dos homens estavam empregados, contra 58,0% das mulheres. Ao fim de 12 meses, aquele valor cresceu para 93,8% e 86,6% (homens e mulheres, respetivamente). O desemprego de longa duração masculino quedou-se pelos 6,2%, já o feminino pelos 13,4%. O acesso ao primeiro emprego das diplomadas é, por conseguinte, mais penalizante, porque mais longo. Outros estudos vão no mesmo sentido –

ODES (2001), Alves (2005; 2008), Gonçalves, coord. (2009), Casaca (2010), Sousa (2010), Alves (2007; 2009). Podemos considerar algumas pistas explicativas para a desigualdade de género¹⁸: os empregadores optam pelos homens, mantendo, assim, a tradição da presença maioritária masculina no respetivo setor de atividade, isto é, persistem as representações sobre as atividades adstritas a cada um dos géneros; uma possível proatividade dos homens na procura do primeiro emprego (24,8% destes iniciaram a procura ainda antes de terminarem a licenciatura, enquanto as mulheres ficaram pelos 19,0%), o que pode ser consequência de uma certa desvalorização por parte das mulheres nessa ação, provavelmente porque têm elevadas expectativas de acederem a um emprego no final do curso ou, então, decidem-se por um empenhamento mais forte na conclusão do curso, se possível com classificações finais mais elevadas.

2. Processos avaliativos

No ponto anterior fizemos uma breve caracterização do emprego atual dos diplomados do IPVC. Iremos agora debruçar-nos sobre a avaliação que aqueles fazem em relação a vários aspetos: grau de dificuldade do curso que frequentaram; trabalho pessoal realizado; condições de ensino; satisfação face ao emprego atual; expectativas.

Vejam os três primeiros. Os inquiridos apontam para que o grau de dificuldade do curso foi moderadamente alto (3,53) e que o seu trabalho pessoal, enquanto estudantes, foi relativamente elevado – a média de resposta é de 3,85. São os diplomados em ENG, seguidos dos de SA e de AC, os que percecionam um grau maior de dificuldade (apresentando valores acima da média global encontrada), contra os de AR, INF e SP, que apresentam as médias mais baixas. Entretanto, face ao trabalho individual dedicado ao curso, salientam-se FPCE, ENG e SA, com valores médios em torno dos 4,00. Em contrapartida, ASP e SP têm os valores mais baixos, isto é, avaliam o seu trabalho pessoal como tendo sido menor do que a média encontrada para o total de respondentes. Quanto às condições de ensino oferecidas pelo IPVC, na generalidade, a avaliação é bastante satisfatória, em particular para os que frequentaram SA, ENG e FPCE. Inversamente, AR e SP assumem uma posição mais crítica.

¹⁸ Sobre esta questão veja-se Alves (2004).

Quadro 5 – Avaliação do curso, do trabalho pessoal e das condições de ensino por área de educação

		Avaliação da dificuldade do curso ^{a)}	Avaliação do trabalho pessoal ^{b)}	Condições de ensino ^{c)}
FPCE	Média	3,56	4,08	3,76
	D.P.	0,683	0,733	0,702
AR	Média	3,21	3,74	3,30
	D.P.	0,720	0,575	0,832
CE	Média	3,50	3,67	3,68
	D.P.	0,597	0,681	0,681
INF	Média	3,24	3,71	3,47
	D.P.	0,831	0,849	1,231
ENG	Média	3,88	4,06	3,94
	D.P.	0,697	0,748	0,659
IT	Média	3,59	3,76	3,86
	D.P.	0,682	0,636	0,833
AC	Média	3,65	3,81	3,63
	D.P.	0,590	0,627	0,715
ASP	Média	3,43	3,56	3,45
	D.P.	0,545	0,590	0,697
SA	Média	3,77	3,99	4,03
	D.P.	0,654	0,551	0,644
SP	Média	3,25	3,56	3,37
	D.P.	0,891	0,675	0,692
PA	Média	3,57	3,71	3,46
	D.P.	0,573	0,535	0,576
Total	Média	3,53	3,85	3,68
	D.P.	0,695	0,683	0,543

Legenda:

D. P. (desvio padrão); ^{a)} Escala de 1 = Muito baixo a 5 = Muito elevado; ^{b)} Escala de 1 = Mau a 5 = Muito bom; ^{c)} Escala de 1 = Nada satisfeito a 5 = Muito satisfeito.

Quanto à satisfação face ao emprego atual, e antes de apresentarmos propriamente os resultados encontrados, importa tecer algumas considerações. A satisfação no trabalho é uma das variáveis mais estudadas no campo da psicossociologia e do comportamento organizacional, ocupando um lugar central em vários estudos. Embora não exista uma definição unanimemente aceite sobre o conceito, a satisfação face ao trabalho é considerada um importante fator explicativo de um conjunto de atitudes e comportamentos dos indivíduos no seio das organizações (Mignonac, 2004; Spector, 1997; Brief, 1998), com consequências várias, designadamente ao nível do absentismo, da rotatividade e da produtividade (Clegg, 1983; McEvoy e Cascio, 1985).

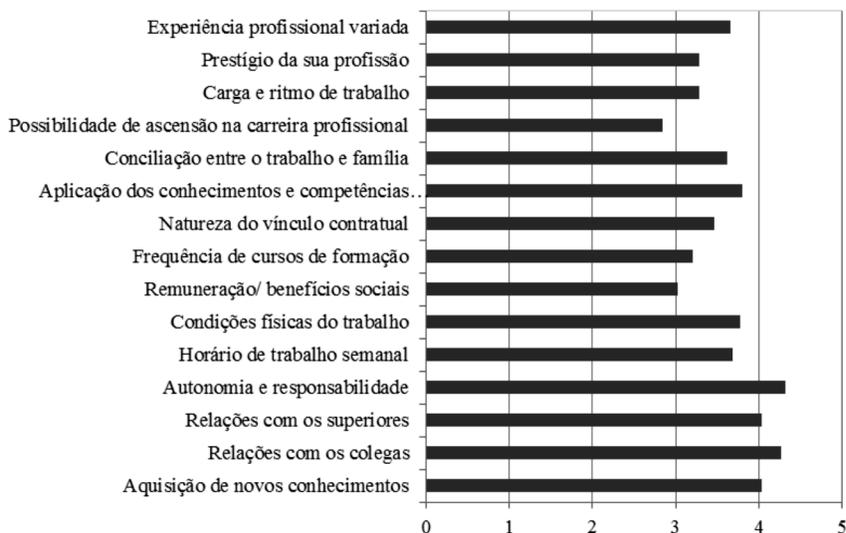
Para alguns autores (Barbash, 1976), a satisfação é entendida como um processo que evolui em função das necessidades e das aspirações do indivíduo, bem como da realidade por ele vivenciada dentro da organização. Para outros, a satisfação no trabalho resulta de uma avaliação ou de um estado emocional (Locke, 1976; Brief, 1998), ou seja, é concebida em função da relação percebida entre o que a pessoa deseja e aquilo que ela obtém no seu trabalho. Numa tentativa de síntese dos diversos posicionamentos teóricos face à satisfação no trabalho, Alcobia (2001: 290), aponta duas grandes perspetivas sobre a satisfação: uma como um estado emocional, sentimentos ou respostas afetivas face ao trabalho; outra como uma atitude generalizada face ao trabalho. O autor não deixa de frisar que, em termos operacionais, a arrumação das plurais teorias existentes pode ser feita tendo em consideração uma leitura “unidimensional” (uma atitude face ao “trabalho em geral”) ou outra “multidimensional” em que a satisfação é composta por um conjunto de fatores passíveis de serem objeto de medição separadamente. Deste modo, a satisfação no trabalho deverá ser entendida como um construto dinâmico e multidimensional, que envolve uma complexa interação entre papéis, tarefas, responsabilidades, benefícios, recompensas e reconhecimento. De referir ainda que a satisfação pode ser intrínseca (simbólica ou qualitativa) ou extrínseca (instrumental ou material). Intrínseca quando a pessoa obtém satisfação e prazer com a realização do seu trabalho; extrínseca quando a satisfação deriva daquilo que a função que realiza lhe pode propiciar (*idem, ibidem*).¹⁹

No caso do nosso estudo, e numa aceção unidimensional do conceito, podemos afirmar que, em termos globais, a satisfação dos inquiridos face ao emprego atual é satisfatória (3,38). Numa outra leitura, e com o objetivo de perceber quais os componentes mais valorizados, pedimos aos diplomados que se posicionassem em relação a 15 itens por nós selecionados²⁰.

¹⁹ Toda esta divisão é tributária, em parte, da teoria bifatorial de Herzberg, desenvolvida nos anos sessenta do século passado. Enquanto a satisfação dependia dos denominados “fatores motivadores” (relacionados diretamente com o conteúdo do trabalho), a insatisfação dependia dos denominados “fatores higiénicos” (contexto social de trabalho, condições de trabalho, remuneração e outros).

²⁰ Seleção que foi feita tendo por base outros estudos que, entre outros aspetos, focaram a satisfação no trabalho, a saber: Gonçalves e Menezes (2011), Gonçalves, Menezes e Martins (2010); Clark (1998); Blais (2005), entre outros.

Gráfico 1 – Valorização dos diversos itens de satisfação no emprego atual (médias)



Legenda:

Escala de 1 = Nada satisfeito a 5 = Muito satisfeito.

Os itens em que os respondentes encontram maiores níveis de satisfação relacionam-se com a autonomia e a responsabilidade no trabalho, o clima relacional e a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, isto é, de aprender. Por sua vez, declaram valores de satisfação mais reduzidos nas categorias associadas à progressão na carreira e ao sistema de recompensas – o que não nos surpreende, atendendo às políticas em curso, que pugnam pelo congelamento da progressão de carreiras e de salários, designadamente ao nível da função pública (relembre-se que um segmento importante dos nossos inquiridos trabalha em organizações públicas/estatais, como é o caso, por exemplo, dos professores e dos enfermeiros).

Por último, abordamos as expectativas que os inquiridos tinham face ao seu futuro quando concluíram a sua licenciatura no IPVC, tendo presente os aspetos do emprego atual. Para a maioria foram parcialmente concretizadas (com especial relevo para AC, CE e SA). Mesmo assim, o valor dos que consideram que as expectativas não foram concretizadas não é de ignorar (IT, SA e AR são as áreas com os valores mais elevados). As opções feitas pelos inquiridos refletem as suas trajetórias no mercado de trabalho e, por isso mesmo, foram sendo reconfiguradas ao longo do tempo, expressando as posições que os diplomados foram tendo.

Quadro 6 – Expetativas face ao futuro profissional (%)

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
Foram integralmente concretizadas	9,7	5,6	8,3	11,1	16,7	27,3	18,5	26,7	14,3	13,3	23,1	13,8
Foram parcialmente concretizadas	55,9	61,1	75,0	44,4	66,7	36,4	77,8	53,3	74,3	50,0	61,5	60,2
Não foram concretizadas	31,2	33,3	16,7	33,3	16,7	36,4	0,0	20,0	11,4	33,3	7,7	23,4
Não tinham expectativas	3,2	0,0	0,0	11,1	0,0	0,0	3,7	0,0	0,0	3,3	7,7	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(163)	(36)	(55)	(17)	(16)	(29)	(50)	(41)	(90)	(49)	(26)	(572)

3. Tipos de avaliação

Considerando em conjunto as posições avaliativas dos diplomados face ao seu curso, à sua prestação como estudante do IPVC e ao seu emprego atual, optamos por fazer um outro exercício, desta feita tomando por base a constituição de agrupamentos²¹. Para isso, aplicamos a técnica de análise multivariável. Especificamente, optou-se pelo uso da análise fatorial de correspondências múltiplas e pela análise classificatória²². Deste modo, e muito sinteticamente²³, é possível dar conta das associações ou correspondências entre as variáveis e agrupar os inquiridos em diversas classes (que correspondem, no nosso estudo, a tipos de trajetórias desde que apresentem significado sociológico)²⁴. Atendendo ao nosso quadro teórico e aos objetivos que norteiam a investigação que fomos desenvolvendo, selecionamos um conjunto de variáveis agrupadas por dimensões de análise. No plano analítico distingue-se entre variáveis ativas e ilustrativas. As primeiras têm um estatuto principal no encadeamento que conduz à constituição das classes, na medida em que estabelecem quer as relações de semelhança entre as variáveis em si no seio das classes, quer porque, concomitantemente, possibilitam a diferenciação entre as classes propriamente ditas; já as segundas, as ilustrativas, e tal como a designação deixa entender, caracterizam,

²¹ Abrangemos a totalidade dos inquiridos com exceção dos que, à data de aplicação do inquérito por questionário, ainda estavam à procura do seu primeiro emprego regular.

²² Para o efeito, usou-se o programa informático *Logiciel d'Analyse des Donnés* (SPAD).

²³ Para um maior desenvolvimento, veja-se Veloso (2008).

²⁴ Estipulámos só considerar as variáveis que tivessem uma valor-teste absoluto igual ou superior a 2,0%. Acrescente-se que, no caso da análise classificatória, foi usado o critério de agregação de Ward.

de acordo com as dimensões em que se inserem, as classes. São um instrumento importante, em termos sociológicos, para uma análise mais qualificada e, sem dúvida, para a compreensão mais fundamentada das classes que se selecionam face aos princípios analíticos eleitos.

Foi possível delimitar seis agrupamentos, embora nem todas com significado sociológico face ao nosso quadro analítico²⁵. Um primeiro que representa 65,0% dos inquiridos. Em termos do emprego atual, 15,5% são engenheiros, uma ampla parcela trabalha a tempo inteiro (76,9%), como trabalhador por conta de outrem (92,4%) e numa empresa privada (52,3%). 12,6% permanecem numa pequena empresa (1 a 5 trabalhadores), 31,2% usam bastante os conhecimentos que aprenderam durante a sua formação no IPVC, o que é um fator distintivo e que não deixa de se relacionar com o facto de 71,1% dos inquiridos são da opinião que as suas atividades profissionais só podem ser realizadas por outros que tenham o mesmo curso superior (neste caso uma licenciatura). 47,8% consideram-se razoavelmente satisfeitos e 32,3% satisfeitos. Quanto à avaliação do grau de dificuldade do curso que concluíram no IPVC, 55,4% consideram que foi elevado e 44,6% médio. Em parte em contraste com tais dados, 29,4% referem que o seu trabalho pessoal foi suficiente. Para uma proporção ampla (65,9%) as expectativas que tinham face ao seu futuro profissional quando terminaram o seu curso foram parcialmente concretizadas.

O segundo é constituído por 12,0% dos inquiridos. 30,0% exercem atualmente a profissão de enfermeiros. Preponderam determinados atributos: 35,6% trabalham em organização com mais de 500 trabalhadores (o que decorre do peso da principal profissão ligada à área da saúde); 57,6% não têm um vínculo laboral precário; 37,3% auferem um rendimento mensal líquido entre 1001 e 1300 euros; 32,2% estão muito satisfeitos com o emprego atual. Necessariamente, para 33,9% as expectativas face ao seu futuro profissional foram cumpridas. Quanto ao curso, a média final é elevada (15 valores) para 38,9% dos inquiridos. A totalidade destes encontra-se muito satisfeita com as condições de ensino e 76,3% avaliam como elevado o grau de dificuldade do curso. Em linha com estes dados, 35,6% percecionam como muito bom o seu trabalho pessoal.

No terceiro incluem-se 5,8% dos inquiridos. Mais de metade são professores (53,6%), 57,1% trabalham a tempo parcial, 14,3% têm um rendimento mensal igual ou inferior a 400 euros e a totalidade encontra-se nada satisfeita com o emprego atual. A par disto, a sua posição no mercado de trabalho tem sido marcada pela instabilidade e pela mobilidade. À data do inquérito, 35,7% procuravam novo emprego, 17,9% já estiveram três vezes desempregados, o que correspondeu para 21,4% a um período sem emprego de 10 a 12 meses e 78,6% teve mais de um emprego após a conclusão do curso no IPVC. 71,4% apontam para que as suas expectativas profissionais não tenham sido concretizadas.

²⁵ Dois deles registam dados sem pertinência sociológica, por isso não foram utilizados na nossa análise.

O último agrupamento reúne 7,0% dos diplomados. Abrange profissões menos qualificadas a trabalhar na área dos serviços pessoais, o caso dos empregados de agência de viagem (9,4%) e rececionistas com o mesmo valor. 28,1% usam pouco os conhecimentos adquiridos na formação ministrada no IPVC. Em suma, situações que traduzem a sobrequalificação académica. Têm uma posição negativa face ao curso e à instituição IPVC: 84,4% avaliam a dificuldade do seu curso como baixa, 28,1% encontram-se pouco satisfeitos com as condições de ensino e 34,4% consideram que o seu trabalho pessoal enquanto alunos foi medíocre.

Conclusão

Em primeiro lugar, a área de educação em que os diplomados se licenciaram influencia quer a passagem do sistema de ensino para o mercado de trabalho, quer as posições que os diplomados vão ocupando neste, quer ainda a avaliação que fazem quanto ao grau de dificuldade do curso que frequentaram, o trabalho pessoal realizado, as condições de ensino e a sua situação laboral atual, entre outros aspetos. Por outras palavras, as áreas constituem uma variável influenciadora da transição do ensino para o mercado de trabalho. Em segundo, é observável a desigualdade de género no acesso ao primeiro emprego, mais penalizante para as mulheres, porque mais longo. Elas são também mais vulneráveis ao desemprego. Em terceiro, a precariedade contratual caracteriza a posição no mercado de trabalho para um vasto conjunto de diplomados – à data do inquérito (último trimestre de 2011), cerca de metade dos diplomados encontravam-se nessa situação, a maioria de FPCE. Tal dado é inerente à condição socioprofissional de professor em Portugal.

A maioria dos inquiridos considera que as suas funções só podem ser desempenhadas por alguém com um curso e uma área de educação idêntica à sua. Estes percecionam, num plano avaliativo, a relação entre o emprego que ocupam e a sua formação académica em termos de adequação. Outros diplomados, porém, consideram a possibilidade de indivíduos com outras formações académicas e com um nível académico inferior ao seu poderem desempenhar as suas funções, o que nos leva a considerar estarmos perante situações de sobrequalificação académica. Uma análise por área de educação mostra que INF e SP distinguem-se das demais.

Por fim, a apreciação que os diplomados fazem do seu atual emprego é satisfatória. Os itens em que encontramos níveis mais elevados de satisfação relacionam-se com a autonomia e a responsabilidade no trabalho, bem como com o clima relacional e a possibilidade de adquirir novos conhecimentos. Inversamente, mostram-se menos satisfeitos no que respeita à progressão na carreira e ao sistema de recompensas (em particular no caso dos professores e dos enfermeiros). Quanto ao grau de satisfação da formação obtida no

IPVC, a avaliação é bastante positiva (principalmente para os que frequentaram SA, ENG e FPCE; AR e SP, por oposição, assumem uma posição mais crítica).

Em suma, o nosso estudo permitiu-nos identificar e perceber alguns dos aspetos que caracterizam a passagem dos diplomados para o mercado de trabalho após o término da sua formação académica. Para uma ampla parcela dos nossos inquiridos aquela transição tem-se caracterizado como um processo de certo modo linear e sem grande complexidade. Para outros, porém, e ainda que num número limitado, tem sido mais difícil. Transição que não deixa de estar influenciada, embora assumindo expressões diferentes conforme a área de educação, pelo contexto de deterioração económica em que se encontra atualmente o país. De registar que, à data de aplicação do inquérito, a situação ocupacional dos diplomados do IPVC alinhava pelos padrões nacionais e regionais em termos de emprego e desemprego. Aspeto de nota e que nos impede de nomear os diplomados que foram objeto de inquirição como uma exceção.

Referências bibliográficas

- ALCOBIA, Paulo (2001), “Atitudes e satisfação no trabalho”, in J. M. Ferreira *et al.*, *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, McGraw-Hill, pp. 281-306.
- ALMEIDA, José (2007), “Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal”, in *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 2, pp. 51-58.
- (2010), “Formação, mercado de trabalho e profissões: balanço de uma experiência na área das ciências empresariais”, in Ana Paula Marques e Mariana Gaio Alves (Org.), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, pp. 73-97.
- ALVES, Mariana G. (2004), “Os diplomados do ensino superior: diferenciação sexual nos processos de inserção profissional”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, XIV, pp. 227-250.
- (2007), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2009), “Ensino superior, trabalho e emprego na actual sociedade de risco. Um olhar sobre o caso dos mestres e doutores”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 59, pp. 107-124.
- ALVES, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados (1999-2003)*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, Educa.
- ARRIBAS, R. G. (2007), “La sobreeducación en España: estudio descriptivo y revisión crítica del concepto”, in *Papers*, 86, pp. 11-31.
- ARROTEIA, J.; MARTINS, A. (1998), *Inserção Profissional dos diplomados pela Universidade de Aveiro*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

- BAPTISTA, M. Lurdes (2006), *Os jovens e o mercado de trabalho*, Lisboa, DGEEP.
- BARBASH, J. (1976), *Enquêtes sur les attitudes concernant la satisfaction au travail*, Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques.
- BILLS, David (2004), *The Sociology of Education and Work*, Oxford, Blackwell.
- BLAIS, D. (2005), “Les déterminants de la satisfaction au travail et de l’intention de rester”, in *Cahier de recherche exploratoire du cours. Instruments de recherché en gestion de projet*, 2 (1), pp. 1-27.
- BRIEF, A. P. (1998), *Attitudes in and around organizations*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- CASACA, Sara F. (2010), “As desigualdades de género em tempos de crise: um contributo para a reflexão sobre as implicações da vulnerabilidade laboral”, in *Sociedade e Trabalho*, 4, pp. 183-204.
- CENTENO, L.; CENTENO, M.; NOVO, A. (2008), “Evaluating job search programs for old and young individuals: heterogeneous impact on unemployment duration”, *Working Papers*, Lisboa, Banco de Portugal.
- CHAVES, Miguel (2010), *Confrontos com o trabalho entre jovens advogados: as novas configurações da inserção profissional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- CLARK, A. E. (1998), “Measures of Job Satisfaction. What makes a good job? Evidence from OECD Countries”, in *OECD Labour Market and Social Policy Occasional Papers*, nº 34, OECD Publishing.
- CLEGG, C. W. (1983), “Psychology of Employee Lateness, Absence and Turnover: a methodological critique and an empirical study”, in *Journal of Applied psychology*, 68, pp. 88-101.
- COUPER, M. P.; MILLER, P. V. (2008), “Web survey methods: introduction”, in *Public Opinion Quarterly*, 72 (5), pp. 831-853.
- CUSTÓDIO, A. (2011), *Overeducation: evidence from Portugal*, Tese de Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Internacional, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- ESCÁRIA, V. (coord.) (2008), *Percursos de inserção no mercado de trabalho dos diplomados do Ensino Superior*, Lisboa, DGEEP/MTSS.
- EURYDICE (2012), *Key data on education in Europe*, Brussels, European Union.
- GONÇALVES, Carlos M. (2009), “Desenvolvimento do estudo: notas teórico-metodológicas”, in Carlos M. Gonçalves (Coord.), *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 17-60.
- (2010), “Emprego dos licenciados universitários”, in Renato M. Carmo (Org.), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 181-189.
- GONÇALVES, Carlos M. (Coord.) (2009), *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas.
- GONÇALVES, Carlos M.; MENEZES, Isabel (2011), *Transição para o trabalho dos diplomados do Porto em 2009*, Porto, Universidade do Porto.
- GONÇALVES, Carlos M.; MENEZES, Isabel; MARTINS, M. Clara (2010), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2007-2008)*, Porto, Universidade do Porto.

- GONÇALVES, M. Manuela (2007), *Educação, Trabalho e Família: Trajectórias de diplomados universitários*, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- GROOT, W.; VAN DER BRINK, H. M. (2000), “Overeducation in the Labour Market: a Meta-Analysis”, in *Economics of Education Review*, 19 (2), pp. 149-158.
- LEFRESNE, F. (2003), *Les jeunes et l’emploi*, Repères, La Découverte.
- LOCKE, Edwin (1976), “The nature and causes of job satisfaction”, in M. D. Dunnette (Eds.), *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*, Chicago, Rand McNally, pp. 1297-1349.
- MAGALHÃES, António (2004), *A Identidade do Ensino Superior: Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MARQUES, Ana Paula (2006), *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Edições Afrontamento.
- (2010), “Perspectivar a inserção profissional de graduados no contexto internacional”, in Ana Paula Marques e Mariana Alves, *Inserção profissional de graduados em Portugal*, Braga, Húmus, pp. 13-30.
- MCEVOY, G. M.; CASCIO, W. F. (1985), “Strategies for Reducing Employee Turnover: A Meta-Analysis”, in *Journal of Applied Psychology*, 70, pp. 342-353.
- MIGNONAC, K. (2004), “Que mesure-t-on réellement lorsque l’on invoque le concept de satisfaction au travail?”, in *Revue de Gestion des Ressources Humaines*, 53, pp. 80-93.
- ODES (2001), *1º Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001*, s/ local, documento policopiado.
- PACHECO, E. et al. (2012), *O desemprego dos diplomados da Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho.
- ROMÃO, Ana (2004), *A inserção profissional dos jovens diplomados no Algarve*, Faro, FJ/DA.
- ROSE, José (1984), *Enquête de l’emploi*, Paris, *Económica*.
- (1998), *Les jeunes face à l’emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- SAINSAULIEU, R. (1988), *L’identité au travail. Les effets culturels de l’organisation*, Paris, PFNSP.
- (2003), *Pourquoi j’irais travailler*, Paris, Eyrolles.
- SAÚDE, Sandra (2008), *Empregabilidade e percursos de inserção profissional: os diplomados no ensino superior politécnico*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- SOUSA, Luís (2010), *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SPECTOR, P. E. (1997), *Job Satisfaction: Application, Assessment, Causes and Consequences*, California, Sage.
- TEICHLER, U. (2001), “Mass higher education and the need for new responses”, in *Tertiary Education and Management*, 7, pp. 3-7.

- (2009), *Higher Education and the World of Work*, Rotterdam, Sense Publishers.
- VAREJÃO, J.; DIAS, M. C. (2012), *Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego*, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- VELOSO, Luísa (2008), *Aprendizagem e identificação: o espaço das empresas-estudo sociológico num grupo empresarial português*, Porto, Edições Afrontamento.
- VERNIÈRES, M. (Coord.) (1997), *L'insertion professionnelle*, Paris, Económica.
- VINCENS, J. (1997), “L'insertion professionnelle des jeunes: à la recherche d'une définition conventionnelle”, in *Formation et Emploi*, 60, pp. 21-36.
- (1998), “L'insertion professionnelle des jeunes: quelques réflexions théoriques”, in *Formation et Emploi*, 61, pp. 59-72.

Artigo recebido a 19 de março de 2013. Publicação aprovada a 17 de setembro de 2013.

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira¹

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Ana Delicado²

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Raquel Rego³

Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações

Cristina Palma Conceição⁴

Instituto Universitário de Lisboa

Resumo | A participação associativa dos portugueses é geralmente considerada baixa, apesar da profusão de associações. Este artigo dá conta das práticas e motivações associativas de um grupo particular, os investigadores científicos. Com base num inquérito por questionário sobre a sua participação em associações científicas nacionais e internacionais, explora-se questões como a pertença ou não pertença, os perfis motivacionais para a adesão e as formas de envolvimento na vida destas organizações, procurando aferir a sua relação com as variáveis sociodemográficas relevadas.

Palavras-chave: associações; investigadores; motivações; participação.

Abstract | *Participation in associations by scientific researchers in Portugal*

Association membership in Portugal is generally low, despite the high number of associations. This article examines the practices and motivations for belonging to associations in a particular group, researchers. Based on a questionnaire survey on their participation in national and international or foreign scientific associations, issues such as memberships, motivations profiles and engagement in the associations' life are explored. Variations by sociodemographic characteristics are also analysed.

Keywords: associations; researchers; motivations; participation.

¹ Doutorando em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Rua Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal. *E-mail*: luis.junqueira@ics.ul.pt

² Socióloga. Investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: ana.delicado@ics.ul.pt

³ Socióloga. Investigadora auxiliar do SOCIUS-ISEG – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Lisboa, Portugal). *E-mail*: raquerego@iseg.utl.pt

⁴ Socióloga. Professora auxiliar convidada do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: cristina.conceicao@iscte.pt

Resumé | *Participation dans les associations par des chercheurs scientifiques au Portugal*

La participation dans les associations au Portugal est généralement faible, malgré le nombre élevé d'associations. Cet article examine les pratiques et les motivations de l'appartenance associative d'un groupe particulier, les chercheurs. Basé sur une enquête par questionnaire sur leur participation dans les associations scientifiques nationales et internationales ou étrangères, des questions telles que les appartenances, les profils de motivations et leur engagement dans les associations sont explorées. Les variations selon les caractéristiques sociodémographiques sont également analysées.

Mots-clés: associations; chercheurs; motivations; participation.

Resumen | *Participación en asociaciones de los investigadores científicos en Portugal*

La participación de los portugueses en asociaciones se considera baja, a pesar de la profusión de asociaciones. Este artículo da cuenta de las prácticas y motivaciones de los miembros de un grupo en particular, los investigadores científicos. Sobre la base de un cuestionario acerca de su participación en asociaciones científicas nacionales e internacionales, explora temas como la pertenencia o no pertenencia, los perfiles motivacionales para la adhesión y las formas de participación en la vida de estas organizaciones, tratando de evaluar su relación con las variables sociodemográficas relevadas.

Palabras clave: asociaciones; investigadores; motivaciones; participación.

Introdução

O associativismo científico é um dos elementos dos sistemas científicos menos conhecidos e debatidos na sociologia da ciência. O desenvolvimento das instituições e da comunidade científica em Portugal durante as últimas décadas, produto de um aumento substancial do financiamento para a ciência, traduziu-se também num crescimento do número de associações científicas no país. Ao mesmo tempo, a internacionalização dos cientistas portugueses (patente na mobilidade laboral para outros países, na publicação em revistas internacionais, na participação em conferências e redes transnacionais) também sofreu um substancial incremento. Neste contexto, as práticas associativas dos investigadores portugueses, em associações nacionais e internacionais, surgem como um fenómeno relevante para a plena compreensão do funcionamento do sistema científico nacional.

Este artigo, tendo por base um projeto de investigação concluído em 2012⁵ que teve como objetivo central compreender o papel das associações científicas em Portugal, pro-

⁵ Projeto SOCSCI Sociedades científicas na ciência contemporânea, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CS-ECS/101592/2008), desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em cooperação com o CIES-UL e o SOCIUS-ISEG (www.socsci.ics.ul.pt).

cura fazer uma caracterização das práticas associativas dos cientistas portugueses. Após um breve enquadramento teórico, são apresentados dados relativos à pertença, motivações e modos de participação associativa dos investigadores, registando-se as suas variações segundo as características sociodemográficas e profissionais dos inquiridos.

1. Enquadramento

Enquanto tema de contacto entre a sociologia da ciência e a sociologia das organizações, o estudo do associativismo científico tem sido relativamente pouco trabalhado por estas tradições sociológicas. O trabalho que se tem desenvolvido em torno do associativismo científico tem-se focado sobretudo nas suas organizações, as associações científicas e as suas funções contemporâneas, mais do que nas práticas associativas dos cientistas. Schofer (2003) estudou o desenvolvimento das associações científicas a nível internacional, com ênfase no seu desdobramento enquanto organizações de natureza profissional e organizações orientadas para a resposta a problemas sociais contemporâneos. Outros trabalhos que procuraram identificar as funções e atividades das associações científicas em sistemas científicos nacionais, como a Alemanha (Schimank, 1988) ou Portugal (Delicado *et al.*, 2011), encontraram uma pluralidade de funções, desde o aconselhamento de políticas públicas, à disseminação da ciência, passando pelo apoio profissional e a tradicional comunicação entre pares através da organização de congressos e publicações. Os trabalhos que incluem elementos sobre a adesão dos cientistas fazem-no a partir da ótica das associações, isto é, focando sobretudo o recrutamento dos seus associados ou dos seus órgãos sociais. Como exemplo temos o estudo de Mackie (2000) sobre a caracterização dos associados do Instituto Inglês de Engenharia Química ou o trabalho de Lees (2002) sobre a presença de mulheres nos órgãos sociais de várias associações nacionais e internacionais de neuroquímica.

A adesão e participação em associações é, no entanto, um tema abundantemente trabalhado em sociologia. Existem, por exemplo, vários estudos comparativos sobre as taxas de pertença a associações em vários países ocidentais, que identificam níveis baixos de associativismo em Portugal e nos outros países da Europa do Sul, por oposição às elevadas taxas dos países da América do Norte e da Escandinávia (Curtis, Baer e Grabb, 2001; Curtis, Grabb e Baer, 1992; Dekker e Van den Broek, 1998; Schofer e Longhofer, 2011). Outros trabalhos procuram diferenciar as taxas de pertença aos diversos tipos de associação, em países como a França (Prouteau e Wolff, 2002), os Países Baixos (Bekkers, 2005) ou os Estados Unidos da América (Putnam, 1995; Rotolo, 2000). Estes trabalhos diferem no leque de associações consideradas, mas mesmo os mais exaustivos não exploram o associativismo científico.

Este artigo procura contribuir para preencher esta lacuna, ao analisar as práticas associativas dos investigadores portugueses. Centra-se exclusivamente na participação em

associações científicas nacionais e internacionais/estrangeiras, mas tomando em conta três tipos distintos identificados em Portugal (Delicado, Rego e Junqueira, 2013):

- Sociedades científicas disciplinares (SCD), o grupo mais numeroso entre as organizações recenseadas (73%), cuja finalidade principal é a promoção de uma determinada disciplina científica;
- Associações de profissionais científicos (APC), um pequeno grupo de organizações (5% do total recenseado) que está sobretudo ligado à representação socioprofissional de trabalhadores em ciência, a maioria das quais assume um carácter interdisciplinar, enquanto as restantes se distribuem por diferentes áreas científicas;
- Associações de divulgação científica (ADC) que representam perto de um quarto das associações científicas recenseadas, englobando entidades tão diversas como clubes de astronomia, organizações para o estudo e conservação da natureza, associações arqueológicas ou grupos para a difusão de tecnologias, e cujo fim primordial é a disseminação do conhecimento científico.

Por outro lado, há ainda que relevar que este artigo não dá conta da diversidade de membros das associações científicas, uma vez que muitos não são investigadores, mas esta questão já foi abordada noutra publicação (Delicado *et al.*, 2011).

2. Metodologia

Este artigo tem como principal sustentação empírica um inquérito aplicado a investigadores em Portugal sobre as suas práticas associativas, com base numa amostra não probabilística intencional, realizado entre novembro de 2011 e janeiro de 2012. As práticas associativas aqui consideradas centraram-se na pertença ou não a associações científicas nacionais e internacionais/estrangeiras, nas motivações para a pertença e nas formas de participação na vida destas organizações. São exploradas as variações segundo o tipo de associação, o seu âmbito geográfico e as características sociodemográficas e profissionais dos inquiridos.

No que respeita à constituição da amostra, na ausência de uma listagem de contactos da comunidade científica portuguesa, teve de se proceder a uma recolha prévia. Atendendo às dimensões da população em análise (de acordo com os dados disponíveis, em 2011, haveria 86 mil investigadores em atividade em Portugal) (GPEARI, 2011), optou-se por restringir *a priori* as disciplinas científicas abrangidas. Foi assim escolhida uma disciplina por cada uma das áreas científicas do financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)⁶:

⁶ Procurou-se evitar a sobreposição com disciplinas já exploradas nos estudos de caso do projeto em que o inquérito se insere.

Física, Biologia, Ciências da Saúde, Engenharia Eletrotécnica e Informática, Economia e Gestão e História.

No caso dos investigadores em Instituições Públicas de Investigação e Desenvolvimento (I&D) foram selecionadas cinco unidades financiadas pelo Programa Plurianual dentro de cada uma das disciplinas científicas, tentando excluir unidades de dimensão reduzida, com classificação abaixo de “Bom” na avaliação da FCT e com informação insuficiente sobre os contactos dos investigadores, assumindo-se que um dos fatores relevantes é, de facto, o desempenho científico dos investigadores considerados. Foram selecionados também os Laboratórios Associados e Laboratórios de Estado ligados a estas disciplinas.⁷ Procedeu-se, então, à recolha de todos os contactos de *email* de investigadores disponíveis nos *websites* de 44 instituições (totalizando 3704, tendo-se depois verificado que 112 não eram válidos, pelo que o universo do inquérito se cifrou em 3592 indivíduos).

Procurou-se, ainda, adicionar à amostra os investigadores que trabalham em empresas. Neste caso, foram selecionadas, entre as empresas com maior volume de despesa em I&D, 24 empresas com investigação ligada às áreas escolhidas. Visto que as empresas tendem a ser mais “opacas” no que respeita ao seu pessoal (não disponibilizando listagens e contactos nos *websites*), optou-se por contactar os departamentos de I&D, pedindo a sua colaboração na distribuição do inquérito pelos seus investigadores.

Por forma a incluir nesta análise os investigadores estrangeiros que trabalham em Portugal, foram criadas duas versões do questionário, uma em português e outra em inglês. O inquérito foi disponibilizado *online*, através da plataforma SurveyMonkey.

O número total de respostas recebido foi de 862 (22 foram preenchidas em língua inglesa), o que corresponde a uma taxa de resposta aproximada de 24%. Esta taxa de resposta pode ser considerada em linha com o que é habitual para esta modalidade de administração do inquérito.⁸ Há, no entanto, que apontar alguma tendência de enviesamento da amostra: haverá uma maior disponibilidade dos membros mais interessados ou envolvidos nas associações para responderem ao questionário (o efeito de “saliência” do inquérito, ou seja, o interesse que o tema do inquérito suscita entre os inquiridos – Sheehan, 2006). O Quadro 1 sumariza as características da amostra.

⁷ Com a exceção do Centro de Estudos Sociais (Laboratório Associado), que foi adicionado como instituição da área das ciências sociais, devido à ausência de Laboratórios associados da área científica de economia e gestão.

⁸ As taxas de resposta dos inquéritos a estudantes de ensino superior ou pessoal docente e investigador das universidades têm variado entre 19,3% e 47,2% (Kaplowitz, 2004; Sheehan e Grubs, 1999).

Quadro 1 – Amostra do inquérito a investigadores sobre práticas associativas

		N	%
Sexo ⁹	Masculino	326	37,8
	Feminino	350	40,6
	Não respondeu	186	21,6
Escala Etário	Até 30 anos	187	21,7
	Entre 31 e 40 anos	264	30,6
	Entre 41 e 50 anos	138	16,0
	Mais de 50 anos	83	9,6
	Não respondeu	190	22,0
Grau académico	Licenciatura	79	21,7
	Mestrado	227	30,6
	Doutoramento	318	16,0
	Agregação ¹⁰	51	9,6
	Não respondeu	186	21,6
Situação contratual ¹¹	Contrato de trabalho sem termo	201	23,3
	Contrato de trabalho a termo	116	13,5
	Bolseiro	313	36,3
	Outra	46	5,3
	Não respondeu	186	21,6
Instituição onde exerce investigação	Centro de investigação universitário	347	51,4
	Laboratório Associado	258	38,2
	Laboratório de Estado	48	7,1
	Instituição privada sem fins lucrativos	41	6,1
	Hospital	17	2,5
	Empresa	28	4,1
	Outra unidade de investigação	23	3,4
Área científica	Ciências exatas	77	8,9
	Ciências naturais	112	13,0
	Ciências da saúde	167	19,4
	Ciências da engenharia e tecnologias	145	16,8
	Ciências sociais	137	15,9
	Humanidades	37	4,3
	Não respondeu	187	21,7

N = 862

Quanto ao tratamento estatístico dos dados, foram utilizados três procedimentos principais:

⁹ Não foram encontradas variações estatisticamente significativas respeitantes a esta variável.

¹⁰ Apesar de a agregação não ser formalmente um grau académico, mas sim um título que permite o acesso à posição de professor catedrático, foi decidido manter esta distinção na análise bivariada por ser, em muitos casos, fonte de uma variação estatisticamente significativa.

¹¹ Não foram encontradas variações estatisticamente significativas respeitantes a esta variável.

- testes de associação entre variáveis, cuja significância estatística das relações foi avaliada com recurso a testes estatísticos apropriados para o tipo de variáveis (teste de χ^2 de independência entre duas variáveis, com cálculo do V de Cramer; teste de correlação de Pearson; e teste de Kruskal-Wallis quando não se verificou uma distribuição normal);
- método de *cluster* hierárquico *within group linkage* com a distância entre casos medida por *simple matching* (rácio de correspondências) para as variáveis sobre razões de adesão às associações;
- análise de componentes principais com rotação *varimax* para explorar a existência de agrupamentos de variáveis para construção de índices (consistência interna avaliada pelo cálculo do α de Cronbach) para as variáveis sobre participação em atividades das associações.

3. Pertença a associações científicas

Os dados recolhidos revelam uma taxa elevada de pertença associativa entre os investigadores inquiridos, superior a 50% das respostas nas associações nacionais e perto de 40% nas estrangeiras ou internacionais (Quadro 1). Estes valores são francamente superiores à taxa global de pertença a associações da população portuguesa, que, segundo o último European Values Survey (2008), se cifra em 20% (substancialmente abaixo da média europeia de 44%). Porém, o mesmo inquérito indica que as taxas de pertença associativa são superiores nos grupos mais escolarizados (26% nos licenciados, 33% nos pós-graduados) e nos especialistas das atividades intelectuais e científicas (30%), um resultado rotineiramente demonstrado na literatura desta área (Curtis, 1971; Smith, 1994; Warde *et al.*, 2003).

Este resultado deve ser encarado, no entanto, com especial cautela, uma vez que haverá uma maior propensão dos investigadores com envolvimento em atividades associativas em responder ao inquérito poderá ser responsável pelo valor elevado de pertença que é observado, ou seja, presume-se que os inquiridos com filiação associativa tenham maior propensão também para o manifestar. Contudo, isto não retira valor à observação de que, apesar da internacionalização da ciência ao longo dos últimos anos, as associações científicas parecem continuar a cativar o interesse dos investigadores portugueses.

Quadro 2 – Pertença a associações científicas por âmbito e tipo de associação

	Âmbito da associação			
	Portuguesa		Estrangeira/internacional	
	N	%	N	%
Associação científica (pelos menos um dos tipos)*	462	53,6	344	39,9
Tipo de associação				
Sociedade científica disciplinar**	319	69,0	271	78,8
Associação de profissionais científicos **	225	48,7	75	21,8
Associação de divulgação científica**	84	18,2	25	7,2

N = 862

* A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos

** A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos que responderam positivamente à questão sobre pertença a associações científicas.

Considerando os três tipos de associações (Quadro 2), constata-se que, entre os inquiridos que são membros de associações, é mais comum a pertença a sociedades científicas disciplinares, sobretudo estrangeiras ou internacionais, o que vai ao encontro da distribuição por tipo de associação, pois este é o tipo mais numeroso, conforme visto acima. Sendo estas de âmbito variado, verificou-se que a pertença a sociedades disciplinares internacionais (ou regionais, por exemplo europeias, ibéricas) é mais comum do que a pertença a associações de um país estrangeiro específico (ex. americanas, britânicas, francesas). Um pouco menos de metade dos inquiridos pertence a associações de profissionais científicos e a pertença a associações de divulgação científica é mais rara, sobretudo se de nível internacional.

A falta de trabalhos publicados nesta área específica do associativismo científico torna difícil estabelecer comparações, mesmo tendo em conta a abundância de estudos sobre pertença associativa. A comunidade científica é um subgrupo muito particular dentro da sociedade, para o qual alguns dos critérios utilizados no estudo da variação da pertença a associações são difíceis de aplicar, designadamente o nível de qualificações. Como acima se viu, este é um dos fatores explicativos para a adesão a associações e, neste caso, a detenção de um grau de ensino superior é um denominador comum a toda a comunidade científica.

Porém, são detetáveis algumas diferenças entre os diversos graus de nível superior (Quadro 3), tal como Prouteau e Wolff (2002) registaram entre licenciados e pós-graduados: os doutorados (e sobretudo os que realizaram provas de agregação) têm taxas de pertença associativa superiores aos licenciados e mestres. Estes resultados são necessariamente compreendidos tendo em conta que o grau de doutoramento é obtido sobretudo para fins de carreira académica e neste sentido o envolvimento no sistema científico do qual as associações são um dos agentes tenderá também a ser superior neste estrato da população.

Quando é tida em conta a pertença aos diferentes tipos de associações (Quadro 3) encontramos a mesma tendência atrás apontada, mas apenas para as sociedades científicas

disciplinares. Existe um crescendo da taxa de pertença com a variação de grau académico, que se inicia a partir do grau de mestrado. Apesar de ser observada uma taxa mais reduzida para as associações de profissionais científicos e de divulgação científica do que para as sociedades científicas disciplinares, as duas primeiras parecem atrair os cientistas portugueses de forma mais transversal aos vários graus académicos.

Quadro 3 – Pertença a associações científicas por grau académico (%)

	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Agregação	N
Associações científicas portuguesas**^a	41,8	41,6	58,5	86,3	674
Sociedade científica disciplinares** ^b	67,6	55,8	75,9	93,2	360
Associações de profissionais científicos**	45,5	50,0	56,1	54,5	360
Associações de divulgação científica**	21,2	23,4	20,3	13,6	358
Associações científicas estrangeiras/ internacionais**^c	27,8	32,7	51,9	82,0	673
Sociedades científicas disciplinares** ^d	81,8	67,6	81,0	89,7	298
Associações de profissionais científicos**	22,7	18,9	19,9	25,0	302
Associações de divulgação científica**	13,6	9,7	5,4	13,6	300

* A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos dentro de cada categoria da variável grau académico.

** A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos que responderam positivamente à questão sobre pertença a associações científicas dentro de cada categoria da variável grau académico.

a: variação estatisticamente significativa, $p = 0,000$; V de Cramer = 0,190

b: variação estatisticamente significativa, $p = 0,000$; V de Cramer = 0,258

c: variação estatisticamente significativa, $p = 0,000$; V de Cramer = 0,251

d: variação estatisticamente significativa, $p = 0,029$; V de Cramer = 0,174

Estes dados parecem indicar que é a pertença a sociedades científicas disciplinares que se torna mais revelante num momento de carreira relativamente consolidado.

Como seria de esperar, a variação por escalão etário (Quadro 4) mostra uma tendência semelhante à da variação por grau académico. O valor da taxa de pertença a associações científicas aumenta ao longo dos escalões etários apresentados. Esta diferença mostra-se estatisticamente significativa tanto a nível nacional como internacional. Já quando é especificada a pertença por tipo de associação, a variação com a idade apenas se mantém estatisticamente significativa para as sociedades científicas disciplinares nacionais.

Quadro 4 – Pertença a associações científicas por escalão etário (%)

	Até 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Mais de 50 anos	N
Associação científica portuguesa**a	36,4	51,9	63,8	75,6	668
Sociedades científicas disciplinares**b	64,8	66,4	78,7	82	358
Associações de profissionais científicos**	47,8	54,7	50	59,7	358
Associações de divulgação científica**	15,9	27,9	14,6	17,7	356
Associação científica estrangeira/internacional*	29,9	45,2	54,3	59,8	667
Sociedades científicas disciplinares **c	77,6	74,6	76,7	93,5	295
Associações de profissionais científicos**	17,5	21,8	16,2	28,6	299
Associações de divulgação científica**	7,1	7,6	8,2	6,1	297

* A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos dentro de cada categoria da variável escalão etário.

** A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos que responderam positivamente à questão sobre pertença a associações científicas dentro de cada categoria da variável escalão etário.

a: variação estatisticamente significativa, $p = 0,000$; V de Cramer = 0,211

b: variação estatisticamente significativa, $p = 0,000$; V de Cramer = 0,188

c: variação estatisticamente significativa, $p = 0,031$; V de Cramer = 0,157

A pertença a associações segundo a área disciplinar também é variável, em função da organização de diferentes culturas disciplinares no interior da comunidade científica (Knorr-Cetina, 1999; Nowotny, Scott e Gibbons, 2001). A taxa de pertença a associações nacionais (Quadro 5) é superior entre os investigadores que trabalham nas áreas das ciências da saúde e das ciências sociais. Já os inquiridos da área das ciências da engenharia e das tecnologias são os que têm a menor taxa de pertença.

No que respeita às associações de âmbito nacional, quando são tidas em conta as variações por tipo de associação destaca-se a maior taxa de pertença a sociedades científicas disciplinares dos inquiridos da área das ciências exatas. As áreas das ciências da engenharia e das tecnologias e das ciências sociais são aquelas em que esta proporção se revela mais reduzida. No caso das associações de divulgação científica é de destacar a proporção de inquiridos que trabalha na área das humanidades e pertence a este tipo de associação, que é mais elevada entre todas as áreas disciplinares. Em segundo plano, destaca-se também a taxa de pertença dos inquiridos das ciências sociais e das ciências naturais. A variação por disciplina observada para as associações de profissionais científicos não é estatisticamente significativa.

Considerando as associações de âmbito internacional, apenas é estatisticamente significativa a variação por disciplina dos filiados nas associações de profissionais científicos, destacando-se principalmente a área das ciências da engenharia e das tecnologias, em que esta proporção é mais elevada, e a das humanidades, em segundo plano.

Quadro 5 – Pertença a associações científicas área científica (%)

	Ciências exatas	Ciências naturais	Ciências da saúde	Ciências da engenharia e tecnologias	Ciências sociais	Humanidades	N
Associações científicas portuguesas * ^a	49,4	51,4	59,3	39,9	61,8	51,4	671
Sociedade científica disciplinar ** ^b	86,8	75,9	77,0	62,7	62,7	73,7	357
Associação de profissionais científicos**	36,8	56,9	53,5	44,1	61,9	63,2	357
Associação de divulgação científica** ^c	8,3	27,6	16,2	13,6	23,8	52,6	355
Associações científicas estrangeiras ou internacionais * ^a	40,3	45,5	38,9	47,9	47,1	54,1	673
Sociedade científica disciplinar**	89,7	74,5	87,7	68,7	77,8	81,0	296
Associação de profissionais científicos** ^d	19,4	11,8	10,8	39,1	15,9	28,6	300
Associação de divulgação científica**	3,2	13,7	6,2	2,9	9,7	10,0	298

* A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos dentro de cada categoria da variável área científica.

** A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos que responderam positivamente à questão sobre pertença a associações científicas dentro de cada categoria da variável área científica.

a: variação estatisticamente significativa, $p = 0,005$; V de Cramer = 0,137; $N = 671$

b: variação estatisticamente significativa, $p = 0,035$; V de Cramer = 0,183

c: variação estatisticamente significativa, $p = 0,001$; V de Cramer = 0,240

d: variação estatisticamente significativa, $p = 0,000$; V de Cramer = 0,273

4. Motivos de adesão a associações científicas

A literatura científica relativa às motivações para adesão às associações é abundante e aponta tanto para fatores mais instrumentais como mais altruístas que se conjugarão com perfis e trajetórias (Forsythe e Welch, 1983; Smith, 1994; Hwang, Grabb, e Curtis, 2005). No que diz respeito aos investigadores e às associações científicas, assumindo o caráter profissional desta adesão, será de esperar que os interesses individuais como a formação, a integração na comunidade ou o prestígio assumam maior relevância que as motivações mais abnegadas. No entanto, tal como foi já referido, as associações científicas contemporâneas assumem um conjunto plural de funções, que apesar de ligadas de uma forma ou outra à esfera científica, vão além da comunicação entre pares ou do desenvolvimento do saber científico (Rilling, 1986; Schimank, 1988; Schofer, 2003; Delicado, Rego e Junqueira, 2013). Face a esta pluralidade, as razões que levam os investigadores portugueses a aderir a estas organizações tornam-se menos óbvias e é importante escrutiná-las de modo a perceber quais são as motivações privilegiadas globalmente e como se distribuem entre a comunidade científica e por tipo de associação. O contexto atual, de rápida internacionalização da ciência portuguesa, com consequências para a relevância científica das associações científicas nacionais, realça ainda mais esta questão. Estão as associações científicas portuguesas condicionadas a competir com as associações internacionais na oferta “incentivos seletivos” (Olson, 1998) capazes de captar o interesse dos investigadores, ou estará a adesão também associada a motivações não utilitárias? Os trabalhos sobre outros tipos de associativismo têm apontado no sentido da pluralidade de motivações para a adesão a associações voluntárias. Knoke (1986) argumenta que o desenvolvimento das ideias de Olson por outros autores tem levado ao enquadramento de elementos não utilitários, como motivações identitárias, enquanto incentivos seletivos. Outros trabalhos mais críticos têm concluído que os bens públicos ou bens comunitários são tão relevantes para a adesão como os incentivos de natureza utilitária (Dekker e Van den Broek, 1998; Gruen, Summers e Acito, 2000).

Examinando os dados (Quadro 6), é de salientar que as sociedades científicas disciplinares atraem os seus membros pelos motivos utilitários de receber informação, ter acesso a atividades e benefícios (congressos, publicações, prémios) e fazer *networking*, mas também pelo sentimento de pertença a uma comunidade (sobre o papel das associações científicas neste domínio, ver Griffin, Green, e Medhurst, 2005). As motivações para a pertença de associações científicas internacionais são muito semelhantes às atrás elencadas. Porém, é de referir que, nas sociedades científicas disciplinares estrangeiras, a oportunidade de *networking* atinge valores mais elevados que nas portuguesas (vários estudos demonstram a importância de *networking* na ciência, com efeitos sobre a produtividade e a obtenção de contratos e de financiamento – Van Rijnsoever, Hessels e Vandeberg, 2008). As associações de profissionais científicos estrangeiros são vistas como uma mais importante fonte de informação atualizada e de acesso a congressos, publicações ou prémios. Por outro lado,

as associações de divulgação científica estrangeiras são mais valorizadas pela representação de interesses que as nacionais. Neste último grupo estarão então incluídas as associações internacionais que Schofer (2003) designa como “orientadas socialmente”, centradas em questões sociais como o desenvolvimento, o ambiente ou a paz, e que terão funções de aconselhamento junto de organizações internacionais como a ONU e a UNESCO.

Quadro 6 – Motivações para a pertença a associações científicas portuguesas e internacionais (%)*

	Associações científicas portuguesas			Associações científicas estrangeiras e internacionais		
	SCD	APC	ADC	SCD	APC	ADC
Pertencer a uma comunidade científica/profissional	73,8	71,6	44,1	73,9	86,4	63,6
Contribuir para promover a cultura científica na sociedade	44,7	33,5	86,8	31,4	40,7	63,6
Receber informação sobre eventos na minha área científica	50,4	39,6	32,4	73,8	62,7	50,0
Ter acesso a congressos, publicações, prémios, serviços, apoio jurídico, etc.	47,5	36,0	25,0	73,9	76,3	59,1
Gostar de participar em atividades de divulgação científica	25,5	14,7	61,8	20,7	14,7	61,8
Conviver com pessoas com interesses semelhantes	35,1	28,4	38,2	43,7	40,7	50,0
Fazer <i>networking</i> ou criar oportunidades de colaboração	41,8	20,8	32,4	60,6	49,2	45,5
Ter os meus interesses representados junto do poder político ou de outras instâncias	15,2	52,8	8,8	8,0	11,9	22,7
Obter informação atualizada sobre avanços técnico-científicos	25,2	18,3	26,5	50,2	59,3	27,3
Valorizar o meu currículo/carreira científica	20,9	18,8	20,6	33,0	30,5	18,2
Tomar conhecimento de oportunidades de emprego	11,0	17,3	11,8	15,7	20,3	18,2
N	319	225	84	271	75	25

* A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos que responderam positivamente à questão sobre pertença a cada um dos tipos de associações científicas.

Legenda: SCD – Sociedade científica disciplinar; APC – Associação de profissionais científicos; ADC – Associação de divulgação científica.

A análise multivariada das motivações de adesão às associações foi restringida às sociedades científicas portuguesas devido ao número reduzido de respostas sobre os outros tipos de associação.¹² As perguntas sobre adesão a este tipo de associações foram sujeitas a um método de *clustering* hierárquico (*within group linkage*) com a distância entre casos

¹² As sociedades disciplinares estrangeiras foram excluídas por limitações de espaço.

medida por *simple matching* (rácio de correspondências), que identificou quatro grupos, correspondendo a perfis motivacionais (Quadro 7).

Os resultados permitem destacar dois perfis em extremos opostos, um primeiro (“**identitários**”) em que é valorizada a função das associações enquanto integradores na comunidade científica e outro (“**utilitários**”) em que é valorizado principalmente o acesso a atividades das associações. Os dois perfis restantes combinam as razões de pertença a uma comunidade científica com outros. Os indivíduos classificados como “**identitários/utilitários**” apontam o acesso a eventos científicos e a informação sobre estes eventos como razões importantes. Já os “**comunitários**” valorizam a possibilidade de contribuir para a promoção da cultura científica na sociedade, o acesso a informação sobre eventos e a possibilidade de fazer *networking*.

Quadro 7 – Razões de adesão a sociedades científicas disciplinares portuguesas por perfil motivacional (%)*

	Identitários	Identitários/ utilitários	Comunitários	Utilitários
Pertencer a uma comunidade científica/profissional	71,0	90,6	91,5	22,7
Receber informação sobre eventos na minha área científica	7,5	94,1	61,7	38,6
Ter acesso a congressos, publicações, prémios, serviços, apoio jurídico, etc.	6,5	64,7	40,4	93,2
Contribuir para promover a cultura científica na sociedade	51,6	18,8	97,9	11,4
Fazer <i>networking</i> ou criar oportunidades de colaboração	16,1	40,0	85,1	38,6
Conviver com pessoas com interesses semelhantes	28,0	28,2	68,1	13,6
Obter informação atualizada sobre avanços técnico-científicos	30,1	15,3	25,5	20,5
Gostar de participar em atividades de divulgação científica	29,0	16,5	38,3	9,1
Ter os meus interesses representados junto do poder político ou de outras instâncias	15,1	9,4	12,8	9,1
Valorizar o meu currículo/carreira científica	9,7	29,4	10,6	15,9
Tomar conhecimento de oportunidades de emprego	3,2	12,9	8,5	6,8
N	93	85	47	44

* Os valores a negrito sinalizam as variáveis que caracterizam os *clusters* identificados.

Os perfis motivacionais apresentam uma distribuição diversa segundo as características dos inquiridos. Em termos de variações por idade (Quadro 8), é interessante notar que os indivíduos de perfil **Identitário** têm um nível etário mais elevado quando comparado com os restantes perfis, revelando que é entre os inquiridos de idade mais avançada que encontramos quem adira às associações sobretudo por razões de pertença à comunidade científica. Por outro lado, os perfis que mais valorizam o acesso a eventos (**Identitários/utilitários** e **Utilitários**) são aqueles que concentram investigadores mais jovens. Já o grupo denominado **Comunitários**, que tem como fatores distintivos razões de promoção da cultura científica e de oportunidades de *networking*, revela um perfil de idade intermédio. Para as variações por grau académico mantém-se a tendência observada para a variação por idade. Tanto o agrupamento **Identitários** como o **Comunitários** concentram mais inquiridos com agregação do que os dois restantes grupos, enquanto o inverso se verifica para os inquiridos com licenciatura e mestrado. Também é relevante notar que os inquiridos com doutoramento se distribuem de forma aproximadamente uniforme pelos quatro perfis identificados.

Os inquiridos das ciências sociais distribuem-se de forma aproximadamente uniforme por todos os perfis motivacionais. Já nas restantes áreas disciplinares é possível identificar algumas diferenças. Os inquiridos das ciências exatas e das ciências da engenharia e tecnologias mostram um padrão semelhante, de maior presença nos perfis **Identitários** (em primeiro plano) e **Comunitários** (em segundo), ou seja, os grupos em que o acesso a eventos das associações se mostra menos importante como razão para a adesão. Entre as ciências da saúde, verifica-se precisamente o inverso, com a maior proporção nos perfis **Identitários/Utilitários** e **Utilitários**, em que o acesso a eventos científicos é relevante como razão de adesão. Já os inquiridos das humanidades revelam dar importância sobretudo à pertença a uma comunidade científica, pela sua concentração no grupo **Identitários**, enquanto os das ciências naturais destacam sobretudo o acesso a eventos (**Utilitários**) ou uma combinação de pertença à comunidade científica com acesso a eventos (**Identitários/Utilitários**) ou com atividades de divulgação (**Comunitários**).

Quadro 8 – Perfis motivacionais de adesão a sociedades científicas disciplinares portuguesas por idade, grau académico e área disciplinar (%)

		Identitários	Identitários/ utilitários	Comunitários	Utilitários
Idade ^a	Média das idades	44,78	38,39	41,77	37,91
	<i>Mean Rank</i>	145,70	105,39	128,88	98,65
Grau académico ^b	Licenciatura	2,5	13,0	6,8	13,6
	Mestrado	20,3	22,1	11,4	27,3
	Doutoramento	50,6	58,4	59,1	52,3
	Agregação	26,6	6,5	22,7	6,8
Área disciplinar ^c	Ciências exatas	19,0	11,7	16,3	2,3
	Ciências naturais	6,3	19,5	18,6	25,6
	Ciências da saúde	22,8	37,7	25,6	34,9
	Ciências da engenharia e tecnologias	20,3	9,1	16,3	11,6
	Ciências sociais	19,0	22,1	18,6	23,3
	Humanidades	12,7		4,7	2,3

a: N = 242; Teste de Kruskal-Wallis, p = 0,000

b: N = 244; p = 0,005; V de Cramer = 0,179

c: N = 242; p = 0,003; V de Cramer = 0,218

5. Participação em atividades das associações científicas

A pertença a associações é um indicador importante mas insuficiente para caracterizar o associativismo científico porque a variação de grau de compromisso entre os membros de uma associação é geralmente bastante significativa. Em muitos casos, as associações são compostas por um grupo de sócios nominais, cuja participação se limita à pertença, um grupo de sócios ativos, que participam nas atividades organizadas, e um grupo mais reduzido de voluntários, que trabalha na organização dessas atividades e na manutenção da associação (Bekkers, 2005; Freire, 2004; Torpe, 2003).

No que respeita às formas de participação nas associações científicas portuguesas (Quadro 9), se as mais comuns (pagar quotas, ler publicações) são transversais aos três tipos de associações, algumas são mais frequentes em alguns tipos, como a participação em congressos nas sociedades científicas disciplinares e outras distinguem-se pelos baixos valores atingidos: menos de metade dos investigadores membros das associações de divulgação científica vota nos seus processos eleitorais, menos de um terço dos sócios das associações de profissionais científicos faz trabalho voluntário ou colabora nas publicações.

Tendências muito semelhantes são encontradas no que respeita às associações científicas estrangeiras ou internacionais, ainda que a distância geográfica implique um menor grau de envolvimento nas atividades das associações fora de Portugal, com a exceção dos congressos e publicações. O nível participação na vida das associações parece ser sistematicamente mais baixo nas associações de divulgação científica, à exceção da categoria “beneficia de outras atividades da associação”. As diferenças entre sociedades científicas e associações de profissionais são ténues, ainda que as taxas de participação nas atividades das primeiras são consistentemente superiores.

Quadro 9 – Formas de participação nas associações científicas (%)¹³

	Associações científicas portuguesas			Associações científicas estrangeiras e internacionais		
	SCD	APC	ADC	SCD	APC	ADC
Paga as quotas*	98,2	95,6	90	95,8	100	94,4
Lê as publicações da associação*	97,1	90,3	84,7	96,5	98,2	95,5
Participa em congressos/encontros científicos*	94,9	70,5	84,7	96,2	100	81
Vota nos processos eleitorais*	68,3	71,8	45,5	61,4	66,6	38,9
Vai a reuniões/assembleias*	64,5	56,9	55,4	52,5	58,2	55
Participa na organização de atividades da associação*	60,7	48,4	64,7	39,5	49,1	28,6
Angaria novos membros para a associação*	58	51,7	56,4	49,1	58,8	38,9
Beneficia de outras atividades da associação*	42,2	56,3	48,1	36,4	46,6	58,8
Escreve nas publicações da associação*	50,8	35,1	56,3	51,7	60	47,6
Faz trabalho voluntário na associação*	43,9	29,8	51,6	24,9	29,4	31,3
N	225	171	50	240	52	19

* A percentagem refere-se à proporção de respostas afirmativas no total de inquiridos para cada tipo de associação.

Legenda: SCD – Sociedade científica disciplinar; APC – Associação de profissionais científicos; ADC – Associação de divulgação científica.

A análise multivariada das formas de participação associativa foi também restrita às sociedades científicas portuguesas, pelas razões acima indicadas. Neste caso procedeu-

¹³ As respostas sobre participação nas associações foram dadas sobre a forma de uma escala com 3 itens: ‘Nunca’, ‘Ocasionalmente’ e ‘Frequentemente’. De forma a simplificar a apresentação destes dados, o quadro regista a soma dos valores das duas últimas categorias.

se a uma análise de componentes principais com rotação *varimax* para explorar a existência de agrupamentos de variáveis para construção de índices. Os grupos de variáveis com valores elevados (destacadas no quadro) para uma mesma componente tiveram a sua consistência interna avaliada pelo cálculo do α de Cronbach. O índice resultante varia de 1 (nunca participa nas atividades) a 3 (participa regularmente em todas as atividades).

Os dados observados apresentam a formação de três componentes principais (Quadro 10). A primeira (C1), mais explicativa da variância dos dados, está relacionada com atividades de maior envolvimento na associação, seja nos processos de decisão formal (voto, participação em assembleias), na produção de conteúdos e organização de atividades ou no recrutamento de novos membros. Os outros dois componentes estão relacionados com o consumo de conteúdos produzidos pelas associações e o mero pagamento de quotas (C3) e com a participação em eventos científicos e o benefício de outras atividades (C2).

Quadro 10 – Componentes de participação em atividades de sociedades científicas disciplinares portuguesas*

	C1	C2	C3	Comunalidades
Participa na organização de atividades da associação	,826	,281	,066	,766
Vai a reuniões/assembleias	,816	,201	,024	,707
Vota nos processos eleitorais	,806	,046	,106	,663
Angaria novos membros ou financiamentos para a associação	,718	,287	,198	,637
Faz trabalho voluntário na associação	,797	,136	,157	,678
Escreve nas publicações/ <i>website</i> da associação	,641	,261	,329	,587
Participa em congressos ou outros encontros científicos organizados pela associação	,156	,854	,101	,763
Beneficia de outras atividades da associação (ex. ações de formação; apoio jurídico, etc.)	,333	,655	-,044	,542
Paga as quotas	,158	-,143	,737	,589
Lê as publicações da associação/consulta o <i>site</i>	,105	,225	,791	,687
Variância (%)	37,3	52,5	66,2	

N = 180

* Os valores a negrito sinalizam as variáveis que caracterizam as componentes principais identificadas.

Em cada caso foi analisada a consistência interna das variáveis destacadas para as três componentes. Apenas na primeira é possível construir um índice para as variáveis associadas à primeira componente de cada caso, pois apenas apresentam um valor aceitável de consistência interna ($\alpha = 0,905$).

Quando se tem em conta a variação das componentes identificadas (Quadro 11) observa-se uma relação entre o índice que representa as atividades de maior envolvimento nestas associações e as variáveis associadas à progressão na carreira científica – idade e

grau académico. Em todos estes casos, as respostas que se identificam com posições mais avançadas na carreira estão relacionadas com um maior grau de participação nestas atividades de maior envolvimento.

Quadro 11 – Índice de participação em atividades de maior envolvimento por idade e grau académico

		Média	Mean Rank
Escalaões etários ^a	Até 30 anos	1,41	61,92
	Entre 31 e 40 anos	1,64	86,99
	Entre 41 e 50 anos	1,89	105,57
	Mais de 50 anos	2,15	125,86
Grau académico ^b	Licenciatura	1,44	68,61
	Mestrado	1,59	79,11
	Doutoramento	1,72	82,51
	Agregação	2,28	140,81

a: N = 189; Teste de Kruskal-Wallis, $p = 0,000$; Correlação de Pearson = 0,379, $p = 0,000$

b: N = 191; Teste de Kruskal-Wallis, $p = 0,001$

Conclusão

Os dados recolhidos através de um inquérito por questionário a investigadores em Portugal sobre a participação em associações científicas permitem observar uma elevada taxa de pertença a estas organizações. No entanto, estes resultados devem ser encarados com alguma cautela devido à técnica utilizada na distribuição do inquérito.

Os resultados obtidos permitem também destacar a importância do grau académico (de certa forma indicativo de uma determinada posição na carreira) para o envolvimento associativo. Tal parece mostrar o que a literatura tem vindo a defender para a generalidade da população, ou seja, que quanto mais instruídos, mais civicamente ativos. Os inquiridos com graduações mais elevadas (e por inerência mais velhos) não só tendem a pertencer mais a sociedades científicas disciplinares portuguesas ou estrangeiras/internacionais, mas também a terem um maior envolvimento nas atividades dessas associações. Contudo, a inexistência de outros estudos torna difícil perceber se esta variação está relacionada com a progressão na carreira profissional ou representa uma mudança de atitude dos novos investigadores face ao associativismo que se tem verificado para outro tipo de associações. Por outro lado, no que respeita às associações científicas estrangeiras, a internacionalização implica algum capital social e científico que os mais novos ainda não terão, pelo que as

associações nacionais parecem poder funcionar como uma “porta de entrada” para primeiras experiências na comunidade científica.

Este inquérito mostra também que os investigadores mais velhos parecem encarar a participação nas associações científicas nacionais de forma diferente dos mais jovens, revelando-se mais motivados por sentimentos de pertença ou orientados para a sociedade enquanto os mais novos são mais instrumentais. Encontramos sinais de que as associações nacionais conseguem captar o interesse dos jovens cientistas através dos serviços que oferecem (congresso, publicações), mas não dos investigadores mais velhos, que tendem a manter-se ligados às associações por motivações de cariz menos utilitário. Nas associações internacionais, onde recai o foco da comunicação entre pares, estas diferenças etárias não foram detetadas.

Finalmente, importa referir as variações derivadas da área disciplinar. Destaca-se a maior taxa de pertença associativa das ciências da saúde e sociais (no que respeita a associações nacionais) e das ciências da engenharia e tecnologias (nas associações estrangeiras). Os inquiridos das ciências da engenharia e das tecnologias, juntamente com os das ciências exatas, mostram-se também mais propensos ao que designamos de perfil motivacional de cariz identitário ou comunitário. Já os inquiridos das ciências sociais são os que mais apresentam um perfil utilitário.

Em suma, estes resultados permitem obter uma primeira caracterização geral de um fenómeno pouco estudado, mesmo a nível internacional, a participação dos investigadores nas associações científicas. Neste sentido, a compreensão do seu envolvimento nas associações implicará, necessariamente, um trabalho complementar, quer com vista a explorar outras variáveis, quer recorrendo a outras técnicas de recolha de dados, que permitam identificar, porventura, representações e práticas efetivas diferenciadoras deste grupo particular da população. Em todo o caso, os resultados deste inquérito fornecem pistas indispensáveis para a prossecução do seu estudo.

Referências bibliográficas

- BEKKERS, R. (2005), “Participation in Voluntary Associations: Relations with Resources, Personality, and Political Values”, in *Political Psychology*, 26 (3), pp. 439-454.
- CURTIS, J. (1971), “Voluntary association joining: A cross-national comparative note”, in *American Sociological Review*, 36 (5), pp. 872-880.
- CURTIS, J. E.; BAER, D. E.; GRABB, E. G. (2001), “Nations of joiners: explaining voluntary association membership in democratic societies”, in *American Sociological Review*, 66 (6), pp. 783-805.
- CURTIS, J. E.; GRABB, E. G.; BAER, D. E. (1992), “Association membership in fifteen countries”, in *American Sociological Review*, 57 (2), pp. 139-152.

- DEKKER, P.; VAN DEN BROEK, A. (1998), “Civil Society in Comparative Perspective: Involvement in Voluntary Associations in North America and Western Europe”, in *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 9 (1), pp. 11-38.
- DELICADO, A. *et al.* (2011), “Associações científicas portuguesas: mapeamento e caracterização”, in *Fórum Sociológico*, 21, pp. 97-110.
- DELICADO, A.; REGO, R.; JUNQUEIRA, L. (2014), “Associações científicas: uma proposta de tipologia”, in *Sociologia Online*, 7 [Consult. a 07.03.2014]. Disponível em: http://revista.aps.pt/cms/files/artigos_pdf/ART53034a16e960a.pdf
- EUROPEAN VALUES SURVEY (2008), *Integrated Dataset (EVS 2008)*, Tilburg, EVS, [Consult. a 05.02.2013]. Disponível em: <http://www.europeanvaluesstudy.eu/>
- FORSYTHE, D. P.; WELCH, S. (1983). “Joining and Supporting Public Interest Groups: A Note on Some Empirical Findings”, in *The Western Political Quarterly*, 36 (3), pp. 386-399.
- FREIRE, J. (2004), *Associações profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta.
- GPEARI (2011), *Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional 2009*, Lisboa, GPEARI.
- GRIFFIN, G.; GREEN, T.; MEDHURST, P. (2005), *The Relationship between the Process of Professionalization in Academe and Interdisciplinarity: A Comparative Study of Eight European Countries*, Yorkshire, University of Hull, [Consult. a 15.02.2013]. Disponível em: http://www.york.ac.uk/res/researchintegration/ComparativeReports/Comparative_Report_Professionalization_and_Interdisciplinarity.pdf
- GRUEN, T. W.; SUMMERS, J. O.; ACITO, F. (2000), “Relationship Marketing Activities. Commitment, and Membership Behaviors in Professional Associations”, in *Journal of Marketing*, 64, pp. 34-49.
- HWANG, M.; GRABB, E.; CURTIS, J. (2005), “Why get involved? Reasons for voluntary-association activity among Americans and Canadians”, in *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 34 (3), pp. 387-403.
- KAPLOWITZ, M. D. (2004), “A Comparison of Web and Mail Survey Response Rates”, in *Public Opinion Quarterly*, 68 (1), pp. 94-101.
- KNOKE, D. (1986), “Associations and interest groups”, in *Annual Review of Sociology*, 12, pp. 1-21.
- KNORR-CETINA, K. D. (1999), *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*, Cambridge, Cambridge MA, Harvard University Press.
- LEES, M. B. (2002), “Participation of women in neurochemistry societies”, in *Neurochemical research*, 27 (11), pp. 1259-1267.
- MACKIE, R. (2000), “But what is a chemical engineer?: profiling the membership of the British Institution of Chemical Engineers, 1922–1956”, in *Minerva*, 38, pp. 171-199.
- NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBONS, M. (2001), *Rethinking science: knowledge in an age of uncertainty*, Cambridge, Polity.
- OLSON, M. (1998), *A Lógica da Acção Colectiva*, Oeiras, Celta.
- PROUTEAU, L.; WOLFF, F.-C. (2002), “La participation associative au regard des temps sociaux”, in *Economie et statistique*, 352 (1), pp. 57-80.

- PUTNAM, R. (1995), "Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America", in *Political Science and Politics*, 28 (4), pp. 664-683.
- RILLING, R. (1986), "The Structure of the Gesellschaft Deutscher Chemiker (Society of German Chemists)", in *Social Studies of Science*, 16 (2), pp. 235-260.
- ROTOLO, T. (2000), "A Time to Join, A Time to Quit: The Influence of Life Cycle Transitions on Voluntary Association Membership", in *Social Forces*, 78 (3), pp. 1133-1161.
- SCHIMANK, U. (1988), "Scientific associations in the German research system: Results of an empirical study", in *Knowledge in Society*, 1 (2), pp. 69-85.
- SCHOFER, E. (2003), "International Science Associations, 1870-1990", in G. S. Drori, J. W. Meyer, F. O. Ramirez e E. Schofer (Eds.), *Science in the Modern World Polity: institutionalization and globalization*, Stanford CA, Stanford University Press, pp. 81-99.
- SCHOFER, E.; LONGHOFER, W. (2011), "The Structural Sources of Associational Life", in *American Journal of Sociology*, 117 (2), pp. 539-585.
- SHEEHAN, K. B. (2006), "E-mail Survey Response Rates: A Review", in *Communication*, 6 (2), pp. 1-30.
- SHEEHAN, K.; GRUBS, M. (1999), "Using E-mail To Survey Internet Users In The United States: Methodology And Assessment", in *Journal of Computer-Mediated Communication*, 4 (3), [Consult. a 15.02.2013]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.1999.tb00101.x/full>
- SMITH, D. H. (1994), "Determinants of voluntary association participation and volunteering: A literature review", in *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 23 (3), pp. 243-263.
- TORPE, L. (2003), "Democracy and Associations in Denmark: Changing Relationships between Individuals and Associations?", in *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32 (3), pp. 329-343.
- VAN RIJNSOEVER, F. J.; HESSELS, L. K.; VANDEBERG, R. L. J. (2008), "A resource-based view on the interactions of university researchers", in *Research Policy*, 37 (8), pp. 1255-1266.
- WARDE, A. et al. (2003), "Trends in social capital: membership of associations in Great Britain, 1991-98", in *British Journal of Political Science*, 33 (3), pp. 515-525.

Artigo recebido a 28 de fevereiro de 2013. Publicação aprovada a 18 de junho de 2013.

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa¹

Instituto Piaget de Viseu e
Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações

Ilona Kovács²

Instituto Superior de Economia e Gestão e
Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações

Resumo | Desde há duas décadas que a economia social constitui objeto de análise e discussão nos meios académicos e políticos. Porém, não há consenso sobre a sua definição e funções. O artigo inicia-se com o debate em torno da economia social e seu papel na solução da crise do emprego. A segunda parte incide sobre a caracterização da economia social como empregadora, ou seja, como espaço de inserção e de integração no mercado de trabalho. Esta caracterização é feita com base em alguns resultados de um projeto de investigação sobre o trabalho e o emprego na economia social, ainda que geograficamente delimitado (o estudo abrange concelhos de dois distritos: Viseu e Guarda). Conclui-se com uma reflexão sobre as potencialidades e os limites da economia social como empregadora.

Palavras-chave: economia social; emprego; distritos de Viseu e da Guarda.

Abstract | *The social economy as an employer sector in the districts of Viseu and Guarda*

For two decades the social economy is the subject of analysis and debate among academics and politicians. However, there is no consensus on its definition and functions. The article begins with the debate on the social economy and its role in solving the employment crisis. The second part focuses on the characterization of the social economy as an employer, or as a space for insertion and integration into the labor market. This characterization is based on some results of a research project on labor and employment in the social economy, although geographically delimited (the study includes municipalities in two districts: Viseu and Guarda). It concludes with a reflection on the potentialities and limits of the social economy as an employer.

Keywords: social economy; employment; districts of Viseu and Guarda.

¹ Professora do Instituto Piaget de Viseu (Viseu, Portugal), colaboradora do SOCIUS-ISEG – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Lisboa, Portugal). *E-mail*: tnsousa@netc.pt; teresasousa71@gmail.com

² Professora do Instituto Superior de Economia e Gestão, investigadora do SOCIUS-ISEG – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Economia e Gestão, Rua Miguel Lupi, 20, 1249-078 Lisboa, Portugal. *E-mail*: ilona@iseg.utl.pt

Resumé | *Le secteur de l'économie sociale en tant qu'employeur dans les districts de Viseu et Guarda*

Depuis deux décennies, l'économie sociale fait l'objet d'analyses et de débats dans les milieux universitaires et politiques. Cependant, aucun consensus sur sa définition et ses fonctions. L'article commence par le débat sur l'économie sociale et son rôle dans la résolution de la crise de l'emploi. La deuxième partie se concentre sur la caractérisation de l'économie sociale en tant qu'employeur ou en tant qu'espace pour l'insertion et l'intégration dans le marché du travail. Cette caractérisation est basée sur des résultats d'un projet de recherche sur le travail et l'emploi dans l'économie sociale, bien que géographiquement délimité (l'étude comprend des municipalités de deux districts: Viseu et Guarda). On conclut avec une réflexion sur les potentialités et les limites de l'économie sociale en tant qu'employeur.

Mots-clés: économie sociale; emploi; districts de Viseu et Guarda.

Resumen | *El sector de la economía social como empleador en los distritos de Viseu y Guarda*

De dos décadas la economía social es el objeto de análisis y debate en el ámbito académico y político. Sin embargo, no hay consenso sobre su definición y funciones. El artículo comienza con el debate sobre la economía social y su papel en la solución de la crisis del empleo. La segunda parte se centra en la caracterización de la economía social como empleador, o como un espacio para la inserción y la integración en el mercado laboral. Esta caracterización se basa en los resultados de un proyecto de investigación sobre el trabajo y el empleo en la economía social, aunque geográficamente delimitado (el estudio incluye municipios en dos distritos: Viseu y Guarda). Se concluye con una reflexión sobre las potencialidades y los límites de la economía social como empleado.

Palabras clave: economía social; empleo; distritos de Viseu y Guarda.

Introdução

Apesar de alguns avanços significativos e recentes na conceptualização da economia social, este conceito ainda hoje permanece sujeito a diferentes entendimentos. A comprová-lo, estão, aliás, as várias designações a ele associadas: terceiro setor, terceiro sistema, setor não lucrativo, economia popular, economia comunitária, economia solidária, nova economia social, etc. Estes termos questionam a tradicional dicotomia entre o setor privado lucrativo e o setor público (Defourny, Develtere e Fonteneau, 1999: 11). A economia social nos diferentes países revela perfis diferenciados de acordo com as diferentes histórias nacionais e formas de desenvolvimento social e económico (Uralde, 2008: 12). Trata-se de uma realidade plural que não tem a mesma denominação em todos os países e as definições do con-

ceito também sofrem variações. Optámos pelo termo economia social³ que compreende as cooperativas, as mutualidades, as associações e também as fundações, ou seja, organizações que se caracterizam, entre outros aspetos, pelos seguintes: uma das finalidades principais é servir os seus membros e a coletividade; os objetivos económicos são secundários; os processos de decisão são democráticos e a valorização das pessoas e do trabalho sobre o capital.

Ao longo da história, a economia social teve épocas de maior visibilidade e outras em que tal não aconteceu. O modelo de crescimento da Europa Ocidental durante o período de trinta anos pós-guerra teve como protagonistas o setor privado e o setor público. Foi uma época de crescimento baseado na convergência entre a procura, a produção e o emprego. Nesta fase, pertencendo quase todo o protagonismo ao Estado, a economia social praticamente desapareceu (Defourny e Favreau, 1996; Demoustier, 2001; Alcolea-Bureth, 2004; CIRIEC, 2007). Contudo, com a crise dos anos 70, iniciou-se um processo de transformação económica, institucional e político profundo, colocando novos desafios à economia social. Para isto muito contribuiu a incapacidade do Estado e do mercado em darem resposta às novas procuras sociais, fundamentalmente ao nível do emprego, da participação e da proteção social. A transformação da economia mundial, favorecida pelo neoliberalismo, rompe com o modelo de desenvolvimento fordista e o Estado intervencionista. O aumento do desemprego, da exclusão e da pobreza são algumas das consequências dessa transformação. Se a economia social fora, no século XIX, simultaneamente, uma resposta inédita e uma adaptação funcional à economia de mercado, neste início do século XXI, a nova economia social (ou economia solidária) é uma resposta inovadora à incapacidade conjunta do mercado e do Estado em assegurar proteção social e pleno emprego nas mesmas bases do período de expansão de uma economia mista (Favreau, 2003: 9-10).

Um dos grandes trunfos atribuído à economia social é a sua contribuição na procura de soluções para a crise do emprego, quer seja facilitando o acesso ao mercado de trabalho, à formação, à reconversão ou à inserção ou, ainda, explorando novas oportunidades de emprego e de atividades, quer seja na satisfação da procura e na estruturação da oferta ou, também, suscitando o aparecimento de novos empregadores coletivos (Demoustier e Pezzini, 1999). Mas as relações entre a economia social e a problemática do emprego/desemprego são múltiplas e complexas e não podem ser abordadas de forma unilateral (Defourny, Develtere e Fonteneau, 1999). Contudo, apesar do consenso considerável sobre a importância da economia social em matéria de emprego, estamos na presença de uma “*performance* curiosamente mal reconhecida” devido à falta de estudos (Demoustier, 2001: 98). Acresce que, em Portugal, existem poucos dados/informações sobre o emprego na economia social.

³ A expressão economia social surge, em França, no século XIX. Atualmente, é um conceito muito utilizado em países como a França, a Bélgica e uma parte do Canadá, nomeadamente a região do Quebec. Esta designação conheceu/conhece também alguma divulgação em países como Portugal, Espanha, Itália e Suécia.

1. A economia social e o seu papel na solução da crise do emprego

As grandes transformações ocorridas nas últimas décadas implicam a crise do pleno emprego, do trabalho assalariado (ou emprego) e da integração social pelo emprego. Há um conjunto de fatores em interação que provocam a crise do emprego, nomeadamente a globalização da economia com a preponderância do capital financeiro, a difusão das tecnologias de informação e comunicação, o predomínio da política económica neoliberal, a divisão internacional de trabalho, a reestruturação das empresas na lógica da racionalização flexível, bem como a debilidade dos sindicatos e o desequilíbrio de forças no mercado de trabalho e nas relações laborais (Kovács, 2002, 2009). No contexto da globalização e das tecnologias de informação e comunicação, são as práticas inspiradas na ideologia dominante do livre mercado que levam ao desemprego maciço, ao subemprego, à insegurança, à precariedade e à degradação do emprego (Beck, 2000; Kovács, 2009; Kovács e Chagas Lopes, 2009). Esta evolução provém “da reestruturação actual que sofre a relação capital e trabalho, ajudada por poderosas ferramentas que proporcionam as novas tecnologias da informação e facilitada por uma nova forma de organização, a empresa rede” (Castells, 1998: 303).

A crise do emprego está em interação com a crise do Estado-providência e das formas da regulação social do mercado de trabalho, com a crise da regulação política do mercado nacional e com a crise do compromisso capital-trabalho que, até aos meados dos anos 70 do século XX, permitiu a redistribuição dos ganhos de produtividade. A fragilização ou a remoção das instituições de regulação do mercado de trabalho e a maior liberdade das empresas na utilização do trabalho levam à proliferação de empregos precários (mal pagos, incertos e sem perspectivas de progresso profissional). A crise do emprego, juntamente com outras crises, ameaça a coesão social e a cidadania. Segundo Fitoussi e Rosanvallon (1997: 17), estamos perante uma nova era das desigualdades, onde surge uma crise antropológica, no sentido civilizacional, a crise do próprio indivíduo.

É neste contexto que a economia social suscita um crescente interesse nos meios académicos e políticos, depois de um certo adormecimento nos trinta anos pós-guerra (Lipietz, 2001; Laville, 2007). A crescente atenção prestada à economia social relaciona-se com as crises interligadas da economia, do Estado e do ambiente. Segundo Bouchard (2006: 6), se se fizer uma análise histórica é possível ver que, a cada crise económica, sucede uma vaga de emergência da economia social e que, ao mesmo tempo ela se vai desenvolvendo, adaptando e respondendo às novas questões. Desta forma, a economia social desempenha uma função amortecedora da crise, por duas razões essenciais e que estão relacionadas com a especificidade das suas organizações: as suas normas particulares e os seus compromissos sociais. Consequentemente, a economia social poderá ser considerada uma saída adequada às múltiplas crises que enfrentamos na base de uma nova relação – entre os indivíduos e a sociedade, a autonomia e a interdependência e a responsabilidade

individual e coletiva – cumprindo uma função anticíclica e inovadora na atual época de mal estar económico e social (CIRIEC, 2012).

O aumento do desemprego, do risco de marginalização e de pobreza, ameaçando a coesão social, têm impulsionado políticas de apoio à economia social e incentivado a inovação social, com particular relevo para o empreendedorismo social. Trata-se de um setor com singularidades ligadas a especificidades organizacionais, relações particulares com o mercado e com o Estado. Um conjunto de autores sublinham que este setor contribui não apenas para a produção da riqueza, a satisfação das necessidades dos indivíduos, das famílias e das comunidades locais, mas também para a promoção de valores como a democracia participativa e a resolução de problemas sociais, nomeadamente pela criação de emprego e pela integração de grupos desfavorecidos no mercado de trabalho (Defourny e Monzón Campos, 1992; Browne, 1999; Demoustier, 2004; Bouchard, Ferraton e Michaud, 2006; CIRIEC, 2007). A economia social tende a ser encarada como um dos meios para responder à crise do emprego, pela criação de empregos, manutenção de empregos em setores ameaçados pela crise, inserção no mercado de trabalho de grupos vulneráveis, redução do desemprego e da precariedade do emprego, promoção da empregabilidade e diminuição das desigualdades (CIRIEC, 2000, 2007, 2012). Acresce, ainda, a sua contribuição para a valorização do trabalho socialmente útil e também do trabalho remunerado (Ferreira, 2006).

Os efeitos da crise económica e financeira sobre o emprego na Europa foram, em geral, mais moderados na economia social do que nas empresas privadas tradicionais. Assim, o emprego na economia social resistiu melhor na primeira fase da crise (2008-2012), comparativamente ao emprego do setor privado tradicional, ainda que posteriormente, como consequência da gravidade da situação, as organizações da economia social também tenham perdido empregos (CIRIEC, 2012).

As origens do emprego na economia social podem ser diversas, tais como: a necessidade de assegurar a concretização dos objetivos e das atividades; as exigências associadas à importância de deter competências específicas; a passagem de trabalhadores voluntários a trabalhadores assalariados; a razão de ser do próprio projeto; a substituição de voluntários que, por questões de tempo ou disponibilidade, não podem continuar; a pressão de financiadores; as exigências de qualidade; entre outras. Na maior parte dos casos, o emprego surge como resultado do desenvolvimento de cada organização e não como um fim em si mesmo, é um subproduto do que é feito e das respostas que se desenvolvem para responder às mais diversificadas necessidades (Archambault, 1999). Importa registar também que a criação do emprego se faz quer em áreas habituais, quer em novos domínios, como o ambiente. O crescimento do emprego que daqui possa resultar pode assumir formas diversas e a sua expressão qualitativa e quantitativa variar consoante a realidade dos países. A criação de novos empregos através do desenvolvimento de novas atividades é, pois, um dos grandes desafios da economia social (Demoustier, 2004).

Importa também ter em consideração que a economia social é, muitas vezes, receptora de medidas públicas de emprego e de inclusão, sendo um espaço privilegiado de experimentação e de reflexão, bem como de preservação de certas profissões, ofícios e tradições. A economia social pode, igualmente, participar na recomposição do emprego, não só pela luta contra as suas transformações menos positivas e a sua desqualificação, mas também pelo estabelecimento de novas relações com o emprego: encorajando uma relação coletiva no mercado de trabalho; iniciando novas formas de negociação de emprego no seio das empresas da economia social e estimulando a reintegração e afirmação da formação no trabalho; promovendo e apoiando a criação de novos empregos simultaneamente pela inscrição no desenvolvimento local e consolidação intercooperativa global e reforçando a importância da associação. Para que as organizações da economia social criem empregos de qualidade é importante que ela ultrapasse o registo da urgência e da natureza transitória para se afirmar numa perspetiva de inovação social e de longo prazo (Demoustier e Pezzini, 1999).

A importância dada à economia social na criação do emprego manifesta-se, por exemplo, no lançamento da Ação-Piloto “Terceiro Sistema e Emprego”, em 1997, pela Comissão Europeia sob a iniciativa do Parlamento Europeu. O maior potencial de crescimento de emprego refere-se aos serviços de proximidade, ao desenvolvimento local e às iniciativas de emprego (CIRIEC, 2000: 244). De facto, nos últimos anos, aumentou a atenção das autoridades europeias relativamente à economia social. A Comissão Europeia, na Estratégia Europa 2020, considera que a economia social pode contribuir para as prioridades do crescimento inteligente, sustentável e integrador (CIRIEC, 2012).

A economia social, como referimos anteriormente, além de ser encarada como um amortecedor dos efeitos negativos da crise, também é considerada no seu potencial de transformação da sociedade. É neste sentido que Rifkin considera a economia social ou o terceiro setor como lugar privilegiado para o desenvolvimento de um novo tipo de sociedade, no qual o político e o social não se subordinam à economia e no qual o trabalho remunerado já não constitui o principal fator de integração. Ao mesmo tempo, através de um conjunto de incentivos, este setor cria uma alternativa de emprego para aqueles cujo trabalho já não é requerido pela economia do mercado (Rifkin, 1995). As pessoas terão os seus papéis e responsabilidades, encontrarão um sentido para as suas vidas. O terceiro setor englobará, além dos desempregados ou subempregados, todos aqueles que queiram canalizar o seu tempo livre (voluntariado) para estas atividades (serviços) úteis à comunidade (cuidados de saúde, apoio aos carenciados e aos idosos, educação, investigação, arte, cultura). Não se trata da partilha do emprego e de reconversão das pessoas com vista ao emprego no setor formal, mas do desenvolvimento de um setor específico orientado para os serviços e laços comunitários e guiado pela ética da utilidade social, capaz de contrariar as forças e a ética do mercado. Este setor, para além de ocupar as pessoas garantindo rendimento, permite fortalecer a integração social, libertando, ao mesmo tempo, o Estado de

um conjunto de tarefas. Por sua vez, a globalização da economia social fará um contrapeso à globalização da economia do mercado.

Porém, há autores que chamam a atenção para um conjunto de riscos que a economia social corre nos nossos dias no sentido de perder a sua especificidade. Um dos riscos é a estigmatização por empregar apenas pessoas com dificuldades tornando-se numa espécie de “desterro” para as pessoas incapazes de aceder ao mercado de trabalho clássico e muito pouco atrativo para aqueles que estão destinados a nele trabalhar. Um outro risco reside na criação de atividades artificiais não orientadas para necessidades reais com o objetivo de empregar estas pessoas em situação desfavorável. Também existe o risco de oferecer um serviço público, mas em condições de emprego menos favoráveis do que a função pública. Existe ainda a ameaça de instrumentalização por parte dos poderes públicos, nomeadamente pela mobilização das organizações da economia social no quadro das políticas de emprego (públicos definidos; domínios reservados; perda da força de referência dos valores originais da economia social, do significado da autonomia e da coesão). Trata-se do perigo de criar uma economia de segunda zona com salários e proteção social inferiores ou constituir um setor de utilidade coletiva que está reservado aos desempregados (Eme e Laville, 1995; Enjolras, 1998; Laville e Roustang, 1999; Laville, 1999; Monteiro, 2002; Demoustier, 2004).

Sem dúvida, a aposta no desenvolvimento da economia social pode constituir uma alternativa na procura das soluções para a crise do emprego, uma alternativa oposta às práticas neoliberais inseridas numa crescente desregulação do mercado de trabalho, redução da proteção do trabalho e da proteção social (que são entendidos como obstáculos à competitividade). Porém, existe o risco de a economia social se tornar num setor residual com uma missão social e num *gueto* daqueles que são menos empregáveis, ou seja, dos grupos em situação desfavorável. A economia social também corre o risco de ser utilizada pelos governos como uma espécie de substituto do Estado de bem-estar nas suas funções, para responder a necessidades sociais insatisfeitas e como amortecedor dos efeitos negativos da economia do mercado e da crise do Estado-Providência. Ao institucionalizar-se, este setor poderá correr o risco de ficar bastante dependente dos governos em termos de subsídios aceitando as regras, orientações e critérios por eles definidos.

2. A economia social como empregadora – caracterização

Antes de iniciarmos a caracterização do emprego na economia social traçamos um breve retrato desta realidade em Portugal. Destaca-se a sua diversidade não só quanto às formas que pode assumir, mas também às atividades que pode desenvolver (agricultura, silvicultura e pescas; atividades de produção e transformação; comércio, consumo e serviços; desenvolvimento, habitação e ambiente; atividades financeiras; ensino e investigação;

saúde e bem-estar; serviços de ação e solidariedade social; cultura; desporto e recreio/lazer; etc.). O INE (2012) apresenta a seguinte classificação e quantificação da economia social: cooperativas (2260); mutualidades (119); misericórdias (381); fundações (537) e associações e outras organizações da economia social (52086). Isto é, um total de 55383 organizações. Relativamente ao emprego, e de acordo com o estudo desenvolvido pelo CIRIEC (2007), trabalhavam na economia social em Portugal mais de 210 mil pessoas (dados relativos a 2002-2003), destacando-se o papel das associações enquanto empregadoras. Os dados mais recentes (relativos a 2009-2010) indicam 251098 trabalhadores na economia social, o que representa um aumento de 19,03% (CIRIEC, 2012: 48-50).

A caracterização da economia social como empregadora é baseada nos resultados do projeto de investigação⁴, subordinado ao tema “Os Contornos do Emprego e do Trabalho na Economia Social – Estudos de caso nos distritos de Viseu e da Guarda”. Os resultados apresentados dizem principalmente respeito ao inquérito por questionário realizado junto aos trabalhadores da economia social entre finais de setembro de 2008 e julho de 2009 (foram recebidos 323 questionários). O âmbito geográfico da investigação foi constituído por vinte e um concelhos (de dois distritos: Viseu e Guarda), contemplando uma dupla vertente no que diz respeito ao objeto de estudo: a componente social (instituições particulares de solidariedade social) e a componente cooperativa (diferentes ramos cooperativos). São também apresentados alguns resultados das entrevistas efetuadas aos trabalhadores destas organizações (realizadas entre fevereiro e junho de 2009).

2.1. O perfil dos trabalhadores da economia social

Uma das características é a predominância feminina no emprego (75,2%). Grande parte dos trabalhadores (67%) deste setor vive com o seu agregado familiar, situando-se o rendimento médio mensal da maioria dos agregados familiares abaixo de 1500€. A idade média destes trabalhadores é de 39 anos e a maior parte reside nos concelhos onde trabalha, o que indica a importância da economia social na absorção da mão de obra local.

Quanto ao nível de habilitações a maior proporção tem o 1º ciclo do ensino básico (41,5%), 24,8% concluiu o ensino secundário e mais de 30% o ensino superior. Podemos constatar que os níveis de habilitação dos inquiridos são mais elevados do que a média nacional. De acordo como os dados do INE, em 2009, 63,7 % da população ativa situa-se a nível do ensino básico, 21,5% no nível secundário e 15,3% no nível superior de ensino (INE, 2010). A proporção daqueles que têm o nível de ensino secundário é 24,8% (superior à média nacional 21,5%). Em relação à elevada proporção (30,3%) de licenciados (média

⁴ Este projeto foi realizado no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações (Sousa, 2012).

nacional, 15,3%) tem de ser feita uma chamada de atenção: apesar de todos as precauções com os trabalhadores a inquirir, a provável maior facilidade e disponibilidade dos trabalhadores com um nível de habilitações mais elevado pode ter contribuído para esta percentagem elevada. A maior presença de licenciados encontra-se entre aqueles trabalhadores para quem o emprego atual foi o primeiro emprego, entre os jovens e entre aqueles que têm um contrato a termo.

Quadro 1 – Níveis de habilitação (%)

Ensino básico primário (4 anos)	15,8
Ensino básico 2º ciclo (6 anos)	9,9
Ensino básico 3º ciclo (9 anos ou antigo 5º ano do liceu)	15,8
Ensino secundário (10/11º ano ou antigo 7º ano do liceu)	5,9
Ensino secundário (12º ano)	18,9
Bacharelato	0,9
Licenciatura	30,3
Mestrado	2,5
Total	100,0

Grande parte dos trabalhadores inquiridos (59,7%) é pouco ou nada qualificada (Quadro 2). Esta proporção é muito mais elevada do que a média nacional (29,2%) e também é muito elevada em relação aos níveis relativamente elevados de habilitações. Por sua vez, a proporção de quadros superiores (0,9% face à média nacional 7,0%) (MTSS, 2009), bem como a dos trabalhadores qualificados é muito baixa (5,3% face à média nacional 39,8%). O peso dos altamente qualificados pode ser considerado elevado (28,2% – média nacional 7,8%).

Quadro 2 – Níveis de qualificação (%)

Quadros superiores	0,9
Quadros médios	4,6
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	1,2
Profissionais altamente qualificados	28,2
Profissionais qualificados	5,3
Profissionais semiquualificados (especializados)	20,1
Profissionais não qualificados (indiferenciados)	39,6
Total	100,0

A maior parte dos inquiridos trabalha em instituições particulares de solidariedade social. No entanto, 13,9% tem outro emprego para além do atual, por vários motivos, tais

como completar o rendimento familiar, ter horário favorável, desenvolver competências e adquirir mais experiência.

Como indicam os dados relativos à antiguidade dos trabalhadores (Quadro 3), transparece uma aposta na estabilidade dos recursos humanos, uma vez que mais de metade dos trabalhadores inquiridos está pelo menos há cinco anos no seu emprego atual. É de notar que, a nível nacional, mais de metade (53,3%) dos trabalhadores por conta própria têm uma antiguidade até 4 anos e destes 20,8% estão na empresa há menos de um ano (MTSS, 2009).

Quadro 3 – Antiguidade dos trabalhadores (%)

Menos de 6 meses	2,8
6 meses a 1 ano	4,0
1 ano a 3 anos	14,2
3 anos a 5 anos	11,8
5 anos a 10 anos	27,9
10 anos a 15 anos	18,9
15 anos a 20 anos	6,5
20 anos a 25 anos	6,2
Mais de 25 anos	7,7
Total	100,0

Dáí que os dados sobre a situação contratual não ofereçam grandes surpresas: prevalecem os contratos sem termo (77%). Esta leitura é comum a todas as organizações da economia social estudadas e em todos os níveis de habilitações dos trabalhadores. Dos 323 trabalhadores, 14% tem um contrato a termo, são sobretudo mulheres com nível de habilitação superior e para uma parte substancial trata-se do primeiro emprego.

A presença do contrato a tempo parcial é insignificante (apenas três inquiridos), tal como a situação dos recibos verdes (nove trabalhadores).

Como indica o Quadro 4, os salários dos trabalhadores da economia social são baixos. A grande maioria (59,7%) ganha entre 400 e 700 € e cerca de um quarto entre 701 e 1000 €. São muito poucos (0,6%) aqueles que se situam no nível salarial mais alto (2001 a 2500 €). Os baixos salários constituem um dos principais fatores de insatisfação dos trabalhadores. Acrescente-se que, na política salarial seguida pelas organizações da economia social, não há espaço para uma componente variável ou para grandes benefícios adicionais/vantagens sociais além dos salários.

Quadro 4 – Níveis salariais (%)

Menos de 400 euros	2,2
400 euros a 700 euros	59,7
701 euros a 1000 euros	25,1
1001 euros a 1250 euros	9,5
1251 euros a 1600 euros	2,9
2001 euros a 2500 euros	0,6
Total	100,0

O nível de satisfação geral com o emprego não é elevado (que seria acima de 4, se atendermos à escala utilizada) e é menor (3,27) do que o nível de satisfação geral com o trabalho (3,53). Porém, os níveis de satisfação em relação aos aspetos concretos são ainda mais baixos. Os valores médios mais elevados dizem respeito ao “sentimento de ser útil” (3,52); “relações com colegas, subordinados e superiores” (3,40) e “autonomia, isto é, a possibilidade de decidir a maneira de realizar o seu trabalho e ter iniciativa” (3,26). Os aspetos menos satisfatórios dizem respeito à remuneração (2,42) e às políticas de promoções e de carreiras (2,57), como indica o quadro seguinte:

Quadro 5 – Grau de satisfação com várias dimensões do trabalho e do emprego (média)

Dimensões do trabalho e do emprego	Escala de 1 a 5
Satisfação geral com o trabalho a realizar	3,53
Satisfação geral com o emprego	3,27
Situação contratual	3,15
Duração semanal do trabalho	3,10
Duração diária do trabalho	3,08
Período de descanso semanal	3,11
Remuneração	2,42
Política de promoções e de carreiras	2,57
Autonomia, isto é, a possibilidade de decidir a maneira de realizar o seu trabalho e ter iniciativa	3,26
Relações com colegas, subordinados e superiores	3,40
Condições físicas do trabalho	3,10
Estabilidade e segurança a nível profissional	3,07
Oportunidades de desenvolvimento e formação	2,95
Sentimento de ser útil	3,52
Participação e espírito de equipa	3,06

2.2. O percurso laboral/profissional dos trabalhadores da economia social

Os trabalhadores inquiridos começaram a trabalhar na economia social (emprego atual) com a média de 29 anos de idade. No entanto, a média de idade na altura do primeiro emprego foi de 27 e, desde já, é de referir que a economia social é uma importante primeira empregadora. Foi o que aconteceu precisamente a 31,3% dos inquiridos⁵. Uma percentagem próxima (33,7%) diz respeito aos trabalhadores que tiveram um emprego antes do emprego atual. No entanto, no percurso de alguns destes trabalhadores, houve quem tivesse tido dois (14,9%), três (11,5%), quatro (5,0%) e mais de cinco empregos (3,7%).⁶

Mas, independentemente do número de empregos tidos, a avaliação que estes trabalhadores fazem do seu percurso é bastante positiva, uma vez que 64,9% o considera em “evolução contínua” e apenas uma proporção muito pequena o avalia como estando em “regressão”:

Quadro 6 – Avaliação da evolução profissional (%)

Evolução contínua	64,9
Evolução lenta e em ziguezague	4,4
Estagnação	9,1
Regressão	1,3
Outra	20,4
Total	100,0

Nas entrevistas realizadas aos trabalhadores, analisámos os fatores que, na sua opinião, foram importantes na sua evolução profissional. Registámos alguma unanimidade nas respostas: o interesse, a humildade e o empenho; a disponibilidade; a maneira de ser; a vontade de aprender; a formação; o apoio familiar e os contactos estabelecidos. Os entrevistados não assinalaram obstáculos significativos ao seu percurso. Uma parte substancial (44,6%) considera que os empregos anteriores foram importantes para a obtenção do emprego atual.

⁵ Entre os trabalhadores para quem o emprego atual não foi o primeiro emprego é também possível (ainda que não seja a situação maioritária) encontrar a economia social como primeiro emprego.

⁶ É importante registar que, nestes casos, o setor privado lucrativo foi a principal entidade empregadora destes trabalhadores.

⁷ Uma análise mais detalhada, a esta “outra” avaliação sobre o percurso laboral/profissional. Neste caso, a maior parte das respostas incidiu sobre a resposta “estável” e as outras, em menor número, nas seguintes respostas: “evolução lenta”; “em ziguezague” e “evolução contínua e em ziguezague”.

Registe-se que 38,6% dos inquiridos já interrompeu, pelo menos uma vez, a sua atividade profissional. Esta situação foi mais visível entre as mulheres e entre os trabalhadores cujo percurso se caracterizou pela existência de um emprego antes de entrar na economia social.

Um segmento (16,8%) dos trabalhadores passou pela experiência da emigração. Dos 54 trabalhadores que viveram esta experiência, 40 são mulheres e os restantes são homens. Os vários motivos que estiveram na base desta decisão, por ordem de importância, foram os seguintes: a procura de uma vida melhor; o acompanhar a família; o espírito de aventura/o sonho/o desafio e o desejo de ganhar dinheiro.

Quanto ao desemprego, nos últimos cinco anos, 13,3% dos trabalhadores da economia social passou por esta situação, tendo atingido particularmente as mulheres. A sua duração foi variável, ainda que a percentagem mais elevada incida sobre o desemprego de longa duração (37,2%). Uma percentagem próxima (34,9%) atingiu os trabalhadores que estiveram desempregados menos de meio ano. De seis meses a um ano foi o período de tempo em que os restantes trabalhadores estiveram desempregados (27,9%). Para além das situações de fim de contrato, de mudança de residência e de falência, foi diversificado o leque de outros motivos que estiveram na origem deste problema. Entre eles: motivos pessoais/familiares; decisões próprias; encerramento de atividade; fim de estágios; o regresso a Portugal; o fim do percurso escolar; a procura do primeiro emprego e a decisão de continuar estudos. Para sair da situação de desemprego, estes trabalhadores tomaram diversas iniciativas, sendo as mais frequentes as seguintes: inscrever-se no Centro de Emprego; contactar diretamente os empregadores; apresentar candidaturas espontâneas; contactar algumas pessoas (amigos) e responder a anúncios.

Uma análise à situação contratual atual dos trabalhadores que estiveram desempregados permite constatar que quase 42% destes trabalhadores se encontra com um contrato a termo e 9,3% afirma estar sem contrato. Estes dados indicam, que caso os contratos a termo não sejam renovados ou não se transformem em contratos sem termo, existe a possibilidade de estes trabalhadores ficarem novamente desempregados. Um outro aspeto que importa ressaltar diz respeito ao nível de habilitações das pessoas que passaram pelo desemprego: 34,9% são licenciados, 18,6% têm o ensino básico 2º ciclo e 16,3% concluíram o ensino secundário.

É de referir que mais de metade dos trabalhadores inquiridos pensou, pelo menos uma vez na vida, na opção de criar um negócio próprio. Estas ideias abrangeram as mais diversificadas áreas: desde a área social até ao comércio e serviços, passando mesmo por atividades no âmbito do setor primário. Mas, apesar das muitas ideias, apenas 16,3% destes trabalhadores passou da ideia à concretização. Dos 27 trabalhadores que criaram o seu negócio, já só 13 o mantêm.

2.3. A identificação/comprometimento dos trabalhadores com a economia social

De modo semelhante ao que se verificou em relação ao grau de satisfação com o trabalho e com o emprego, também não há um elevado comprometimento dos trabalhadores com a organização onde estão inseridos. Como indica o Quadro 7, alguma identificação dos trabalhadores manifesta-se nos seguintes aspetos: orgulho de trabalharem onde trabalham; gostarem de dizer às pessoas onde trabalham e sentirem alguma simpatia em relação a quem os emprega.

Quadro 7 – Identificação/comprometimento dos trabalhadores com a economia social

1. Identificação com a instituição (média)	
Forte ligação de simpatia em relação à instituição onde trabalho	3,31
Tenho orgulho em trabalhar aqui	3,42
Gosto de dizer às pessoas onde trabalho	3,38
Somos todos uma “grande família”	2,88
Se recebesse uma oferta melhor de emprego, não seria correto deixar este emprego	2,36
Não deixaria este emprego, pois tenho obrigações a cumprir	2,51
Identifico-me com os valores aqui promovidos	3,06
2. Opção em caso de saída (%)	
Empresa privada	9,1
Função pública	20,7
Para o mesmo tipo de organização onde trabalha atualmente	23,8
Indiferente	40,8
Criar o próprio negócio	5,6
Total	100,0

A indiferença manifestada por 40,8% dos trabalhadores inquiridos perante as opções em caso de saída do emprego atual, indica que os laços com a organização não são fortes, como indicam alguns excertos de entrevistas.

Para mim era indiferente trabalhar em qualquer outra instituição. [Sofia]

Não consigo avaliar se para mim seria indiferente trabalhar noutra tipo de instituição. [Beatriz]

Para sair daqui, teria de ser para uma coisa com que eu me identificasse... Na altura foi o que apareceu... mas identifico-me com isto. [Raquel]

Apenas 23,8% optariam por trabalhar em organizações da economia social revelando uma forte identificação com a instituição, como testemunham as palavras de algumas entrevistadas:

Identifico-me com estas instituições e se algum dia sair, vejo-me a trabalhar numa instituição semelhante (na área do social) ou se não tiver possibilidade que o emprego que conseguir tenha sempre alguma relação com os recursos humanos. [Ana]

Nunca pensei muito nisso... eu acho que isto é um projeto de vida... eu gosto mesmo é de trabalhar com a terceira idade e isto vale tudo e compensa algumas coisas que, às vezes, temos de enfrentar. [Filomena]

Aqui é mais vantajoso por se tratar de uma instituição [associação de solidariedade social] com estas características. [Francisca]

2.4. Receios e perspectivas futuras quanto ao emprego

Uma parte substancial dos trabalhadores (56,2%) tem medo de perder o emprego atual devido a diversas razões: situação do mercado de trabalho e de emprego, idade, situação contratual, responsabilidades familiares, dificuldades da própria área em que trabalham e o gosto pelo trabalho atual. Por sua vez, 17,4% dos trabalhadores da economia social expressa o desejo de mudar de emprego. Este desejo está relacionado, entre outros aspetos, com a vontade de: ter um emprego com melhores condições de trabalho e, consequentemente, um futuro mais promissor; crescer a nível pessoal e desenvolver competências; trabalhar noutra área/setor/público-alvo e ter uma profissão de acordo com o nível de formação adquirido. No entanto, a vontade de mudar de emprego e a probabilidade de que tal possa vir a acontecer difere um pouco entre estes trabalhadores. Para uns, esta é uma possibilidade longínqua. Porém, outros admitem a concretização deste desejo, invocando os seguintes fatores: a existência de necessidades por satisfazer nas áreas em que desenvolvem o seu trabalho; o nível de formação que possuem; a posse de um negócio próprio e os conhecimentos/contactos adquiridos ao longo dos anos. Por sua vez, a vontade de mudar de profissão enunciada por 19,2% dos trabalhadores inquiridos decorre fundamentalmente: do sonho/desejo de ter uma determinada profissão (por exemplo, enfermeira, professora, arquiteta, cozinheira, psicóloga, etc.); da necessidade de aproveitar oportunidades e de quebrar alguma rotina e hábitos instalados; do querer melhorar algumas condições atuais (com destaque para os salários e para as oportunidades de carreira); da vontade de trabalhar com público específico (idosos e crianças) ou em determinada área e encontrar um emprego onde se possa exercer a profissão para qual se estudou. O quadro seguinte apresenta os receios e perspectivas futuras indicadas pelos inquiridos:

Quadro 8 – Receios e perspetivas futuras em relação ao emprego

1. Receios	(%)
Tem medo de perder o emprego atual	56,2
Gostariam de mudar de emprego	17,4
Gostariam de mudar de profissão	19,2
2. Perspetivas futuras	Escala 1 a 5
Permanecer neste emprego	3,37
Vir a ser promovido(a)	1,88
Mudar de emprego	1,69
Emigrar	1,32
Frequentar ações de formação	3,28
Ficar desempregado(a)	1,68
Continuar estudos	2,29
Ter vários empregos ao mesmo tempo	1,86
Futuro profissional promissor	2,55
Falta de alternativas de emprego	3,13

Num horizonte de dois-três anos, estes trabalhadores não preveem grandes mudanças a nível do seu emprego, uma vez que consideram provável continuar no emprego que têm, ainda que tal não signifique grandes oportunidades de promoção. Emigrar ou ter mais do que um emprego não constituem grandes alternativas para estes trabalhadores, eventualmente porque também não perspetivam ficar desempregados nos anos imediatos. Contudo, parecem interessados em frequentar ações de formação, mas já não tão dispostos a continuar estudos. Os trabalhadores da economia social parecem olhar o futuro com alguma inquietação, pois não revelam grande confiança em relação a um futuro profissional promissor e consideram provável ter poucas alternativas de emprego, se deixarem o emprego atual.

As entrevistas realizadas permitiram-nos constatar que as preocupações “cruzam” a vida pessoal/familiar, a vida laboral/profissional e o contexto de crise:

Gostaria que esta famosa crise acabasse e tivéssemos um mundo um bocado melhor. Pessoalmente, gostaria de ter mais um filho, de evoluir em termos de carreira, ter saúde e que eu e o meu marido consigamos ter emprego. As preocupações são as preocupações de uma mãe. [Sílvia]

A nível profissional preocupa-me a solidez da instituição e contribuir para isso e para a sua estabilidade, mantê-la... se o contexto se agravar muito, poderemos ter consequências a nível de pessoal e isso preocupa-me. A nível familiar, o aparecimento inesperado de uma doença... [Teresa]

O que me preocupa é a época de crise em que vivemos... olhamos para o futuro e estamos sempre com receio de tomar decisões... é complicado, a insegurança, a instabilidade... A nível profissional, conseguir conciliar este trabalho com a minha área de formação. A nível pessoal, constituir família. [Francisca]

Quanto aos que creem continuar nas organizações que os empregam, a maior parte ficaria contente com a manutenção da sua situação atual. A afirmação frequente nas entrevistas demonstra bem esta posição: “... *manter a situação atual no contexto em que vivemos já é muito bom*”. Sobre o futuro das organizações em que trabalham, o sentimento geral é de algum otimismo como transparece nos seguintes excertos das entrevistas:

É uma instituição já bastante grande e penso que vai alargar as atividades e os públicos para responder às necessidades. Não consegue responder a tudo, nomeadamente na área da deficiência. Somos também uma entidade formadora, com uma vertente de inclusão. [Maria]

Tem pernas para andar. Há pessoas muito empenhadas em fazer com que o projeto ande para a frente... há muita vontade de inovar... estão a tentar a certificação da qualidade. [Sílvia]

Há cada vez mais necessidades e não se consegue responder. Tem tudo para crescer... [Sofia]

Acho que está mais ou menos assegurado, porque trabalha com crianças e idosos... e há cada vez mais idosos, apesar das reformas serem muito baixas ... mas não vejo grandes riscos... [Filomena]

Conclusão

Os resultados obtidos indicam algumas potencialidades do setor enquanto empregador. Entre elas, destacamos: a criação e a estabilidade do emprego, revelando uma maior capacidade para integrar grupos desfavorecidos/em desvantagem com particular relevo para as mulheres; um papel importante na inserção e integração das pessoas no mercado de trabalho; a participação nas dinâmicas locais de criação de emprego; uma importante fonte de absorção de mão de obra local; bem como a primeira oportunidade para entrar no mercado de trabalho. Porém, os resultados também revelaram algumas limitações na solução para a crise do emprego: a falta de aposta na formação como meio de promoção social; os níveis de satisfação insuficientes com o trabalho e com o emprego; os baixos salários que constituem um dos principais elementos que podem prejudicar a atratividade da economia social enquanto empregadora; bem como a sobrequalificação de uma parte

dos recursos humanos e o não aproveitamento dos seus conhecimentos. São, precisamente, estas limitações que alimentam a imagem negativa em termos de emprego que, por vezes, está subjacente a estas organizações. A economia social é, muitas vezes, uma realidade mal conhecida, quer no meio envolvente, quer nas suas próprias organizações. E este é, de facto, um dos desafios que importa conseguir ultrapassar, no sentido de dar visibilidade ao trabalho que é desenvolvido e que cada vez mais é requerido.

A falta de qualidade dos empregos, manifestada na ausência de perspetivas de carreira, de oportunidades de desenvolvimento e de formação, no baixo nível de satisfação relativamente aos diversos aspetos do trabalho e do emprego, indica que não há orientações estratégicas a nível da gestão dos recursos humanos, o que seria fundamental para tornar o setor mais atrativo. Em grande parte das organizações da economia social estudadas foi possível constatar a ausência de uma estratégia global em matéria de gestão de recursos humanos. A insuficiente identificação de uma parte substancial dos trabalhadores com as organizações nas quais trabalham, indica que o laço que os liga a estas organizações é fraco, pois podiam trabalhar em qualquer setor.

O risco de os trabalhadores utilizarem a economia social como trampolim para saltar para empregos melhores na economia do mercado é reduzido no contexto da crise, uma vez que faltam cada vez mais alternativas de emprego e, apesar da insatisfação sentida, grande parte dos inquiridos têm receio de perder o seu emprego atual.

As pressões do mercado e a desregulamentação do mercado de trabalho bem como o risco da instrumentalização por parte dos poderes públicos podem fragilizar ainda mais a economia social no que se refere à sua afirmação como um setor portador de um novo modelo orientado para um desenvolvimento mais humanizado, ou seja, sustentável e capaz de prover a cidadania, a igualdade, a solidariedade e o equilíbrio ecológico. Esta fragilização pode consistir no afastamento da missão principal, na comercialização das operações, no comprometimento da autonomia e, ainda, na redução da economia social a programas de inserção e de promoção da empregabilidade sob o prisma de um setor de transição para a economia de mercado (Demoustier e Pezzini, 1999; Monteiro, 2002).

É importante ter consciência que este setor, no contexto de uma sociedade subordinada à lógica do mercado, corre o risco de ser reduzido a um mero auxiliar para situações de crise pela compensação das falhas do Estado e do mercado (Favreau e Levesque, 1995; Kovács, 2002). Para que isto não aconteça é crucial promover, no âmbito de apoios públicos, experiências de inovação social inscritas no desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, é indispensável implementar orientações estratégicas ao nível dos recursos humanos com ênfase na melhoria da qualidade do emprego, que passa pelo aumento das oportunidades de formação e desenvolvimento, pela melhoria das perspetivas de carreira e dos salários e alteração do sistema de remunerações. Essa orientação pode levar a níveis de satisfação mais elevados e a uma maior identificação dos trabalhadores com as organizações da economia social aumentando a sua atratividade.

Referências bibliográficas

- ALCOLEA-BURETH, Anne-Marie (2004), *Pratiques et Théories de l'Économie Sociale. Un essai de conceptualisation*, Paris, L'Harmattan.
- ARCHAMBAULT, Edith (1999), "Place des organisations sans but lucratif dans le *welfare-mix*", in Florence Audier, Bernard Gazier e Jean-Luc Outin (Coord.), *L'économie sociale. Formes d'organisation et Institutions*, Journées de l'Association d'Économie Sociale, vol. 1, Paris, L'Harmattan, pp. 3-17.
- BECK, Ulrich (2000), *Brave New World of Work*, Cambridge, Polity Press.
- BOUCHARD, Marie (2006), "L'économie sociale au Québec, au cœur de l'innovation et des transformations", in *Cahier de la Chaire de recherche du Canada en économie sociale*, Collection Conférence, n° C-2006-02, [Consult. a 18.01.2013]. Disponível em: <http://www.chaire.ecosoc.uqam.ca/Portals/ChaireEcoSoc/docs/pdf/cahiers/C-2006-02%20PDF.pdf>
- BOUCHARD, Marie; FERRATON, Cyrille; MICHAUD, Valérie (2006), "Base de données sur les organisations d'économie sociale, les critères de qualification des organisations", in *Cahier de la Chaire de recherche du Canada en économie sociale*, n° R-2006-02, [Consult. a 12.01.2013]. Disponível em:
<http://www.chaire.ecosoc.uqam.ca/Portals/ChaireEcoSoc/docs/pdf/cahiers/R-2006-02.pdf>
- BROWNE, Paul Leduc (1999), "La dialectique de l'économie sociale: travail, employabilité, solidarité", in *Reflets*, 5 (1), pp. 28-53.
- CASTELLS, Manuel (1998), *La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura, La sociedad red*, Vol. 1, Madrid, Alianza Ed.
- CIRIEC – INTERNATIONAL CENTER OF RESEARCH AND INFORMATION ON THE PUBLIC AND COOPERATIVE ECONOMY (2000), *As Empresas e Organizações do Terceiro Sector – um desafio estratégico para o emprego*, Lisboa, Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- (2007), *La economía social en la Unión Europea*, Bruxelles, CESE – Comité Económico y Social Europeo.
- (2012), *La economía social en la Unión Europea*, Bruxelles, CESE – Comité Económico y Social Europeo.
- DEFOURNY, Jacques; DEVELTERE, Patrick; FONTENEAU, Bénédicte (1999), "Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale", in Jacques Defourny, Patrick Develtere e Bénédicte Fonteneau (Eds.), *L'économie sociale au Nord et au Sud*, Paris, De Boeck Université, Ouvertures Économiques, Série Jalons, pp. 11-24.
- DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis (1996), "Économie sociale et solidaire: les défis de l'emploi", in *Cahiers de la Chaire de recherche en développement communautaire*, Série Recherche 3, [Consult. a 21.01.2013]. Disponível em:
<http://www.uqo.ca/observer/EconSoc/NotionsES/Notions/Defis.pdf>
- DEFOURNY, Jacques; MONZON CAMPOS, José L. (Eds.) (1992), *Economía social: entre economía capitalista et economía pública = The third sector: cooperative, mutual and nonprofit organizations*, Bruxelles, De Boeck, Ouvertures Economiques, Série Jalons.

- DEMOUSTIER, Danièle (2001), *L'économie sociale et solidaire: s'associer pour entreprendre autrement*, Paris, Syros.
- (2004), “L'économie sociale et solidaire face aux mutations du travail: l'expérience française”, in *Chaire de Recherche du Canada en Développement des Collectivités*, Série Comparaisons Internationales, 18, [Consult. a 04.01.2013]. Disponível em:
<http://www.uqo.ca/CRDC-GERIS/crdc/publications/CI18.pdf>
- DEMOUSTIER, Danièle; PEZZINI, Enzo (1999), “Économie sociale et création d'emplois dans les pays occidentaux”, in Jacques Defourny, Patrick Develtere e Bénédicte Fonteneau (Eds.), *L'économie sociale au Nord et au Sud*, Paris, De Boeck Université, pp. 123-141.
- EME, Bernard; LAVILLE, Jean-Louis (1995), *Apelo por uma economia solidária*, [Consult. a 04.01.2013]. Disponível em:
<http://unpan1.un.org/intrados/groups/public/documents/ICIEPA/UNPAN005468.pdf>
- ENJOLRAS, Bernard (1998), “Crise de l'État-providence, lien social et associations: éléments pour une socio-économie critique”, in *Revue du MAUSS semestrielle – Une solution, l'association? Socio-économie du fait associatif*, 11, pp. 223-236.
- FAVREAU, Louis (2003), *L'économie sociale et solidaire: pôle éthique de la mondialisation?*, Paris, UNESCO, [Consult. a 15.01.2013]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001319/131979f.pdf>
- FAVREAU, Louis; LEVESQUE, Benoît (1995), “Repenser le développement communautaire et l'économie sociale a la faveur de la crise de l'emploi et de la crise de l'Etat-Providence”, in *Cahiers du Crises*, Collection Économie Sociale, 9504, [Consult. a 12.01.2013]. Disponível em:
<http://www.crisis.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/ET9504.pdf>
- FERREIRA, Sílvia (2006), “Empreendedorismo social, profissionalização e emprego”, in Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Relatório Conferência Nacional “A Economia Social e a Promoção do Emprego”*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, pp. 9-14.
- FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre (1997), *Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora.
- INE (2010), *Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (2012), *Conta Satélite da Economia Social – 2010 Resultados Preliminares*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- KOVÁCS, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego – Ilusões e Problemas da Sociedade de Informação*, Oeiras, Celta Editora.
- (2009), “Work and citizenship: crises and alternatives”, *Enterprise and Work Innovation*, 5, pp. 37-58.
- KOVÁCS, Ilona; CHAGAS LOPES, Margarida (2009), “Alternativas à crise do emprego: desafios à educação e formação e novas formas de regulação”, in *Próximo Futuro*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, [Consult. a 10.01.2013]. Disponível em:
http://miguelpachecogomes.weebly.com/uploads/2/9/1/4/2914916/alternativas_a_crise_

do_emprego_desafios_a_educacao_formacao_e_novas_formas_de_regulacao_-_ilona_kovacs_e_margarida_chagas_lopes.pdf

- LAVILLE, Jean-Louis (1999), *Une troisième voie pour le travail*, Paris, Desclée de Brouwer.
- (2007), “Économie Solidaire: esquisse d’une problématique”, in Jean-Louis Laville (Dir.), *L’économie solidaire – une perspective internationale*, Nouvelle édition revue et actualisée, Paris, Hachettes Littératures, pp. 11-76.
- LAVILLE, Jean-Louis; ROUSTANG, Guy (1999), “L’enjeux d’un partenariat entre état et société civile”, in Jacques Defourny, Patrick Develtere e Bénédicte Fonteneau (Eds.), *L’économie sociale au Nord et au Sud*, Paris, De Boeck Université, Ouvertures Économiques, Série Jalons, pp. 217-238.
- LAPIETZ, Alain (2001), *Pour le tiers secteur: l’économie sociale et solidaire: pourquoi, comment*, Paris, La Documentation Française, La Découverte.
- MONTEIRO, Alcides (2002), *O trabalho no centro da integração social? Os contributos da economia social e solidária*, Working Paper, n.º 16, Centro de Estudos Sociais, Covilhã, Universidade da Beira Interior.
- MTSS (2009), *Quadros Pessoal*, Lisboa, Gabinete de Estratégia e Planeamento (MTSS).
- RIFKIN, Jeremy (1995), *The End of Work: The Decline of the global Labor force and the New Post-Market Era*, New York, J. P. Tacher, G. P. Putnam’s Sons.
- SOUSA, Maria Teresa de (2012), *Os Contornos do Emprego e do Trabalho na Economia Social – Estudos de caso nos distritos de Viseu e da Guarda*, Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- URALDE, José M.^a Pérez (2008), “Presentación”, in Mario Radrigán Rubio (coord.), *La Economía Social en Iberoamérica. Realidad y proyecciones. Una visión comparada*, vol. 3, Madrid, Fundibes, pp. 11-14.

Artigo recebido a 18 de agosto de 2013. Publicação aprovada a 1 de setembro de 2013.

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira¹

Instituto Universitário de Lisboa e
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Resumo | A relação entre a sala de aula e os contextos juvenis exteriores à escola encontra aqui um espaço de análise que contempla aspetos aparentemente díspares mas, na verdade, transversais às dinâmicas quotidianas de jovens alunos. O impacto das novas TIC nos processos sociais permite dar um novo enfoque às culturas juvenis e aproveitar alguns desses elementos para enriquecer a própria análise das mudanças na relação pedagógica, tal é a permeabilidade da escola face às transformações que dali decorrem. Assim, propõe-se a construção de uma tipologia de atores de acordo com os diferentes arranjos de autonomia, relação com regras e autoridade, proximidade ao professor e novas práticas informacionais dos alunos inquiridos, que permita contribuir para uma compreensão articulada de processos sociais que configuram novos desafios para a escola atual.

Palavras-chave: juventude; relação pedagógica; sociedade em rede.

Abstract | *Autonomy, authority and trust in a time of new ICTs: different attitudes and practices among secondary school students*

The relationship between the classroom and the juvenile environments outside the school is analyzed in this paper taking into account some apparently disparate elements in the everyday life of young students. The impact of new ICTs in social processes requires a different insight to youth cultures and capitalize some of these elements to enrich an analysis of the changes in the pedagogical relationship, given the permeability of school concerning those rapid transformations. Thus, we propose the construction of a typology of actors according to the different arrangements of autonomy, relationship with rules and authority, closeness to the teacher and the new informational practices of the students surveyed, allowing an articulated understanding of social processes that shape new challenges for the contemporary school.

Keywords: youth; pedagogical relationship; network society.

¹ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Edifício ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. *E-mail*: nuno.melo.ferreira@iscte.pt

Resumé | *Autonomie, autorité et confiance dans le temps des nouvelles TIC: attitudes et pratiques différenciées dans les élèves des écoles secondaires*

La relation entre la classe et les contextes en dehors de l'école des jeunes trouverez ici un domaine de l'analyse qui tient compte des aspects apparemment disparates, mais pour autant traverser la dynamique de tous les jours des jeunes élèves. L'impact des nouvelles TIC dans les processus sociaux nécessite une vision différente de la culture des jeunes et de capitaliser certains de ces éléments pour enrichir l'analyse des changements dans la relation pédagogique, compte tenu de la perméabilité de l'école au sujet de ces transformations rapides. Ainsi, nous proposons la construction d'une typologie des acteurs en fonction de différents arrangements d'autonomie, relations avec les règles et l'autorité, la proximité avec l'enseignant et les nouvelles pratiques informationnelles des étudiants interrogés, ce qui permet une compréhension articulée des processus sociaux qui façonnent de nouveaux défis pour l'école contemporaine.

Mots-clés: jeunesse; relation pédagogique; société en réseaux.

Resumen | *La autonomía, autoridad y confianza en un momento de nuevas TIC: distintas actitudes y prácticas de los estudiantes de secundaria*

La relación entre los contextos juveniles de fuera de la escuela y de la sala de aula es analizada en este trabajo, teniendo en cuenta algunos elementos aparentemente dispares en la vida cotidiana de los jóvenes estudiantes. El impacto de las nuevas TIC en los procesos sociales requiere una visión diferente de las culturas juveniles y permite aprovechar algunos de estos elementos para enriquecer el análisis de los cambios en la relación pedagógica, dada la permeabilidad de la escuela referente a estas rápidas transformaciones. Por lo tanto, se propone la construcción de una tipología de actores de acuerdo a las diferentes modalidades de autonomía, relación con las normas y la autoridad, la cercanía con el profesor y las nuevas prácticas de información de los estudiantes encuestados, lo que permite una comprensión articulada de los procesos sociales que dan forma a los nuevos desafíos para la escuela contemporánea.

Palabras clave: juventud; relación pedagógica; sociedad en red.

Apresentação

O propósito do estudo que está na base do presente artigo foi o de evidenciar a relação entre os processos de interação na sala de aula do ensino secundário e os contextos juvenis exteriores à escola. Num primeiro plano, encontramos elementos que orbitam à volta da relação pedagógica; noutro incluem-se sociabilidades de amizade e familiares, redes sociais virtuais, relações afetivas, etc.

A relação entre os dois planos traz à luz aspetos como a autonomia e a confiança, bem como elementos de um *ethos*² que é indissociável da própria ação e identidade juvenis, transversal aos mais diversificados quadros de interação.

A investigação original (Ferreira, 2013), mais abrangente e com dados mais aprofundados, pretendia evidenciar alguns fenómenos de mudança nas práticas e atitudes de alunos do secundário. Entre outros, destacou-se o plágio crescente e respetivas consequências para a avaliação ou uma tolerância intermitente e diminuta relativa à atenção – ambos os fenómenos observados em sala de aula e exaustivamente referidos por professores entrevistados.

De entre alguns aspetos constituintes da análise do meio escolar – com especial incidência na sala de aula – é pertinente destacar-se a existência de dois papéis fundamentais em jogo. Se num dos planos da análise (processos extraescolares) temos apenas o ator aluno-jovem como protagonista central, já no plano da sala de aula, coexistem, tanto o professor como o aluno. Apesar de a presente análise se centrar nos sujeitos que atravessam ambos os planos (alunos), é imprescindível tomar em consideração a própria natureza da relação pedagógica, visto que encerra pistas importantes para o propósito em causa.

A relação pedagógica é o principal motor em campo que reclama em tempo real o jogo interativo entre regras e autoridade e as possíveis atitudes por parte dos alunos. A competência legítima (e institucionalizada) de que é dotada a autoridade é sustentada na ordem, na palavra de ordem ou no discurso ritual (Bourdieu, 1998: 62). De facto, os performativos explícitos – atos de fala, ordens, etc. – são, frequentemente, a parte visível da autoridade estatutária, tendo como pano de fundo as condições e circunstâncias sociais extralinguísticas que a sustentam (*idem*: 64).

Inerente à relação pedagógica, está a confiança enquanto processo fundamental da consistência e constância de que a relação em si necessita. A própria autoridade (pedagógica) de que se faz valer um dos elementos da relação (o professor) depende de tais processos de confiança. Ainda no âmbito da relação professor-aluno, é possível desenhar-se um quadro de análise que contempla o grau de autonomia que o aluno adquire, na prática, relativamente às regras escolares e demais injunções pedagógicas.

Parte importante dos objetivos da pesquisa consistiu em chegar à compreensão de algumas lógicas agências (por parte dos jovens alunos), transversais aos dois planos, e, ainda, proceder a uma diferenciação de atitudes relativa às questões da autonomia – tão caras à ação quotidiana num espaço de regras impostas, mas também presentes na afirmação das culturas juvenis; a relação com as regras e a autoridade – indissociável da questão anterior, mas diretamente focada num aspeto fulcral da relação pedagógica; a perceção

² Estudar as culturas juvenis é, também, de certa forma, entrar no seu conjunto de hábitos, valores e preceitos éticos partilhados voluntariamente, ou não, com ligação às homologias estruturais de índole classista inerentes.

da proximidade à figura do professor – indicador de confiança, igualmente relevante no quadro de uma autoridade pedagógica – e as atitudes face ao aproveitamento da informação (por via das TIC) – decorrentes de práticas em contextos sociabilidade, mas também nos próprios processos de aprendizagem. Há um entrecruzamento, como se verá, ao nível destes aspetos fundamentais em análise.

1. Novas tecnologias, novos desafios sociológicos

O papel das novas TIC nas práticas quotidianas dos jovens alunos foi tido em conta como uma dimensão essencial da análise. O seu potencial transformador é considerável a vários níveis. Desde as mudanças quotidianas operadas pela comunicação móvel, que reconfiguraram profundamente as temporalidades, as agendas, os processos de comunicação a curto, médio e longo prazo, até ao modelo de *sociedade em rede*. Para Castells, “as redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura” (2002: 605). Também ao nível da instituição escolar, os desafios emergem, tal como argumenta Pinto, na sua análise da escola e da sala de aula perante as transformações tecnológicas – não apenas por via da flexibilização da produção e do emprego, mas também através das transformações no campo das práticas culturais e ainda dos valores e formação de identidades juvenis (Pinto, 2007).

Tanto a autonomia quanto a confiança surgem noutras lógicas de ação exteriores à escola muito menos pautadas, é certo, por imposições normativas de carácter institucional. Aqui incluem-se práticas grupais de sociabilidade, de estabelecimento de relações afetivas, de relação (de autonomia) com os pais, etc. É nesses contextos, muitas vezes complementados ou auxiliados pelo uso das novas TIC, que as dinâmicas de autonomia e de confiança se reconfiguram. A propósito desta última, veja-se, por exemplo, as ameaças à privacidade, concomitantes com uma crescente facilidade de gestão de relações afetivas em paralelo com outras práticas ou outras relações.

Quanto à autonomia, surge fortemente potenciada através do uso das TIC. Note-se a proposta de Castells (2002), no sentido de se associar a capacidade de ação em função de critérios e iniciativa pessoais (ou coletivos) a algumas operacionalidades que as infraestruturas informacionais permitem. Para o mesmo autor, “os sujeitos protagonistas dos processos comunicativos reforçam consideravelmente a sua autonomia por via do uso de sistemas de comunicação móvel (...). A questão central é que o sujeito da comunicação reforça o seu controlo sobre o processo de comunicação” (Castells *et al.*, 2009: 320).

2. Ao encontro do objeto empírico

A análise de cariz quantitativo que aqui é apresentada contou com uma recolha prévia de informação sociológica, tanto ao nível do terreno (observação em sala de aula e entrevistas), como na própria teoria que lhe serviu de fundação. A perspetiva dramatúrgica (Goffman, 1993) na observação da sala de aula, aliada a uma análise sistémica do impacto que as novas TIC têm, porventura, na vida social moderna (Castells, 2002; Castells *et al.*, 2009), constituem duas linhas fundamentais para um modelo analítico de articulação, tal é a complexidade dos fenómenos em estudo.

Pôr em marcha um dispositivo metodológico que desse conta de, pelo menos, parte destes processos em relação, exigiu várias frentes³. Neste artigo é apresentada um delas, respeitante à análise de dados extensiva.

A amostra recolhida para a pesquisa extensiva, no âmbito do presente estudo, contou com a participação de 409 alunos do secundário⁴, a quem foi aplicado, por intermédio dos professores, um questionário no final das aulas, findo o ano letivo em observação. Escolheu-se estudar um conjunto de escolas secundárias da zona da Grande Lisboa. Provenientes de grandes centros urbanos, os alunos dificilmente estariam afastados da influência das novas formas de comunicação e das cada vez mais vastas e diversificadas fontes de informação.

³ Apesar da importância e do contributo das entrevistas a professores – sobretudo na fase exploratória – foi na sala de aula e acompanhando de perto a relação pedagógica, que a matéria-prima da pesquisa se foi desvendando de forma sistemática. Pretendeu-se ir ao encontro do desempenho e da interação focando a atenção na relação entre aluno(s) e professor. A abordagem metodológica feita aos processos extraescolares foi dupla. Por um lado, procedeu-se à recolha de depoimentos de cerca de 20 jovens, entre os 15 e os 17 anos de idade, de classe média e a frequentar o ensino secundário. Apesar de a amostra conter alunos de diferentes estratos sociais, o intuito de partida do estudo foi o de ir ao encontro das classes médias. A classe média representa um conjunto de estratos sociais – diversificados, é certo – com potencial heurístico para se perceber a força motriz de muitos aspetos que rodeiam a cultura mediática juvenil. Afinal de contas, o *marketing* e as novas práticas de consumo (e também as novas práticas informacionais) são, em grande medida, dirigidas às massas, tal é o seu potencial de mercado. Assim, alguns aspetos mais vinculados, característicos de classes sociais mais uniformes em termos estruturais (ex.: classes populares ou classe alta), não interfeririam (tanto), por hipótese, numa certa análise da cultura de massas, tal é o peso desta no universo simbólico de referentes e condutas juvenis de uma parte considerável da população. Houve a preocupação de se controlar a amostra por via de uma informação prévia acerca das condições socioeconómicas (em traços gerais e aproximados) das turmas em causa. Certamente que a amostra recolheu alunos de estratos diferenciados; contudo, o peso das classes socioprofissionais mais ligadas à classe média fez-se sentir, como se poderá observar mais adiante. O outro lado importante da abordagem metodológica, incluiu a pesquisa extensiva de aspetos relacionados com a relação com as TIC, valores, atitudes e práticas quotidianas.

⁴ Refira-se que, dadas as limitações logísticas do projeto, não foi possível fazer este número situar-se num intervalo aceitável de representatividade, valendo por isso, enquanto amostra ilustrativa.

Foram observadas de forma continuada e sistemática 12 turmas, de 12 escolas da AML⁵, durante o 3º período do ano letivo de 2008/2009 e o 1º período do ano letivo de 2009/2010. No que diz respeito à caracterização dos inquiridos, vale a pena apresentar uma panorâmica da amostra estudada.

Em termos de género, a distribuição amostral apresenta-se equilibrada, verificando-se, ainda assim, uma feminização ligeira (cerca de 55%) em relação à população masculina. Os anos letivos representados na amostra centraram-se, sobretudo, nos 11º e 12º anos do ensino secundário – com cerca de 53% e 46%, respetivamente –, apesar de a observação de aulas ter incluído igualmente turmas de 10º ano.

No que diz respeito à área vocacional escolhida – no âmbito do regime dos cursos científico-humanísticos –, mais de metade da amostra pertence às Ciências e Tecnologias (52,6%), havendo ainda valores significativos nas Línguas e Humanidades (24%) e nas Ciências Socioeconómicas (18,8%).

Em relação à classe profissional, enquanto indicador relevante da classe social de origem – indicador familiar de classe (tal como sugerido por Machado *et al.*, 2003) – verifica-se que mais de metade dos pais dos alunos se insere na categoria de Profissionais e Técnicos de Enquadramento (52,1%), seguidos dos Empregados Executantes (21,8%) e dos Empresários, Dirigentes e profissionais Liberais (14,2%). Todas as outras classes profissionais apresentam valores residuais.

3. A construção das variáveis

Em termos de análise estatística, a análise de *clusters* revelou-se a técnica mais adequada para a problemática e a própria natureza dos dados recolhidos.

A análise de *clusters* é útil para dar conta das diferentes atitudes possíveis num conjunto alargado de atores, de acordo com as respetivas idiosincrasias. A diferenciação de atitudes, que aqui se apresenta, é um passo importante para se trabalharem refinadamente alguns fenómenos que, por vezes, são analisados de forma aglutinadora e até generalizável, esquecendo particularidades e até alguns mecanismos subjacentes à própria ação (dinâmica) dos agentes envolvidos.

Os resultados da sua aplicação constituem o cerne interpretativo da análise extensiva. Esta análise foi feita com variáveis que correspondem a índices construídos⁶ a partir de variáveis originais do questionário aplicado.

No seguimento da observação sistemática de aulas e entrevistas a jovens alunos, considerou-se pertinente testar extensivamente os indicadores correspondentes aos quatro

⁵ Os concelhos abrangidos na amostra das escolas foram os seguintes: Lisboa (5 escolas); Oeiras (2 escolas); Almada (2 escolas); Sintra (2 escolas); Loures (1 escola).

⁶ Cada índice corresponde à média aritmética dos valores das variáveis constituintes do mesmo.

aspectos fundamentais, já atrás referidos. São eles a perceção da autonomia, a perceção da relação com a autoridade e regras, a perceção da relação com o professor e as práticas de aproveitamento e capitalização da informação. Seguidamente, estes aspetos serão explicados em detalhe quanto à sua operacionalidade⁷.

3.1. Perceção da autonomia

A construção do índice “Sentimento de Autonomia e Individualismo” foi feita a partir de quatro variáveis escolhidas pela sua relação com a temática específica. Pretendeu-se aferir o posicionamento dos indivíduos perante o seguinte: 1) ‘Uma pessoa que faz o que lhe apetece mas que nunca pretende prejudicar ninguém’; 2) ‘Uma pessoa para quem os seus direitos estão sempre em primeiro lugar, mais do que outra coisa qualquer’; 3) ‘Uma pessoa que gosta de fazer as coisas à sua maneira, independentemente da opinião dos outros’; e 4) ‘Uma pessoa para quem é importante tomar as suas próprias decisões sobre o que faz. Gosta de ser livre e não estar dependente dos outros’. A escolha das variáveis visou ir ao encontro da perceção, por parte dos indivíduos, da capacidade de conseguirem diferenciarem-se dos demais e até que ponto fazem, de livre vontade, as escolhas e decisões acerca das suas vidas.

Existem diferentes atributos associados à adolescência relacionados com os processos de autonomização, quer enquanto forma de viver o dia a dia, quer como fator de diferenciação, constituindo um pilar importante de construção da identidade pessoal. Ter a capacidade de fazer escolhas ou de tomar decisões são indicadores importantes da autonomia dos agentes⁸.

3.2. Perceção da relação com a autoridade

Quanto ao índice “Relação com a Autoridade e Regras”, é constituído por variáveis cuja estrutura segue a mesma linha do índice anterior, embora orientada para uma atitude diferente: 1) ‘Uma pessoa para quem é importante portar-se sempre como deve ser. Evita fazer coisas que os outros digam que é errado’; 2) ‘Uma pessoa que acha que as pessoas devem fazer o que lhes mandam e que devem cumprir sempre as regras mesmo quando

⁷ Importa referir que a construção de parte do questionário, além das variáveis construídas de raiz, contou com o contributo de indicadores inspirados no modelo de aferição da escala de valores humanos (Schwartz, 2003), também utilizados no *European Social Survey*.

⁸ As variáveis podem, ainda, se se preferir, subdividir-se em dois aspetos estreitamente ligados à autonomia, e que se cruzam com outras áreas do saber – a autoconfiança e o autocentramento. Deixa-se, para já, de parte um aprofundamento dos fatores diferenciadores destas duas subcategorias, centrando-se a atenção na coerência e da pertinência do índice como um todo.

ninguém está a ver’; 3) ‘Uma pessoa para quem é fundamental cumprir deveres. Ainda mais importantes que os direitos, são os deveres perante os outros’; 4) ‘Uma pessoa para quem é importante ouvir pessoas diferentes de si. Mesmo quando discorda de alguém continua a querer compreender essa pessoa’; 5) ‘Uma pessoa que acha importante assumir sempre a culpa de algo que fez menos correto ou de errado’. Quanto mais elevado for o valor do índice, neste caso, maior é o respeito ou correspondência para com a autoridade e as regras.

A relação com a autoridade e as regras permite dar conta de uma atitude importante na pesquisa, na medida em que se liga com os quadros normativos com peso ritual e institucional no quotidiano dos jovens. É possível olhar a questão sob vários ângulos e com diferentes implicações.

A internalização de disposições normativas concordantes com as diversas formas de autoridade (Bourdieu, 2002), refletindo-se nas maneiras e modos da interação (Goffman, 1993; Elias, 1995), sustenta sistemas de regras, estabelecendo laços de normatividade importantes para o funcionamento das instituições que delas dependem. A relação pedagógica, sendo um modelo fundado na assimetria pedagógica depende, em boa parte, da maior ou menor concordância entre disposições e injunção pedagógica. A relação com a autoridade permite, ainda, aferir o *locus* da autoridade, algo que se pode associar ao sentimento de controlo sobre si próprio.

3.3. Perceção da proximidade ao professor

O índice “Proximidade ao Professor” é constituído pelas variáveis originais referentes ao posicionamento dos indivíduos face: 1) à implicação do professor nas questões dos alunos; 2) àquilo que o professor representa, na prática. Trata-se do índice mais diretamente relacionado com a questão da confiança, nomeadamente a confiança depositada na figura da autoridade. Analisou-se, anteriormente, a importância deste aspeto, enquadrado em dinâmicas que atravessam papéis institucionais e contingências relacionais.

Embora surja associada à questão da relação com a autoridade, torna-se importante distinguir esta atitude da que diz respeito ao índice anterior, já que a confiança não depende diretamente da autoridade preestabelecida ou dos processos de internalização normativa, ainda que possa facilitar a sua construção.

A confiança surge aqui como uma espécie de conquista numa relação quotidiana sujeita a contingências várias. Impõe-se saber até que ponto o agente institucional (professor) estabelece laços de confiança com os alunos que sejam reconhecidos – nem sempre de forma manifesta – por estes. Não se trata aqui de aferir uma reciprocidade na relação pedagógica (embora ela possa acontecer), mas sim de aferir o papel tácito e o grau de proximidade relacional que é, na prática, estabelecido. Ressalve-se ainda que uma maior confiança não implica uma maior obediência ou conformidade com as normas, embora

tal possa depender de uma base de confiança previamente trabalhada. Este assunto será retomado mais adiante, na interpretação dos resultados dos *clusters*.

A proximidade ao professor pode assumir contornos de confiança, mas também de dependência. Apesar de ter contornos bem distintos de uma relação de intimidade, não deixa de fazer sentido considerar, no âmbito da relação pedagógica, a existência de elementos afetivos, sendo que a dependência em que assentam muitas relações afetivas (Giddens, 2001) faz-se sentir quando a confiança não está suficientemente estabelecida. A possibilidade da existência de uma certa procura (se não mesmo dependência) por parte de alguns alunos, face a um papel pedagógico mais próximo do ponto de vista afetivo, e sem comprometer uma funcionalidade mínima em sala de aula foi observada no terreno. Uma forma observada, relativamente comum desta possibilidade, encontra-se em turmas com professores muito assertivos e ao mesmo tempo próximos (dir-se-ia afetivamente) dos alunos, tal como foi observado numa fase anterior da pesquisa.

3.4. Aproveitamento e capitalização da informação

O quarto índice agrega duas variáveis originais cuja estrutura assenta no modelo de resposta das variáveis usadas nos dois primeiros índices. Assim, o índice ‘Aproveitamento da Informação’ foi construído com base no posicionamento dos indivíduos em relação a: 1) ‘Uma pessoa que não se importa nem se sente confusa com o facto de que a informação hoje em dia vir de várias fontes e entrecruzada de várias formas’ e 2) ‘Uma pessoa que aproveita, sem hesitar, toda a informação que lhe possa ser útil, mesmo que não tenha tempo para saber se é correta’.

Não será, porventura, inesperada a estreita ligação deste índice com o índice de sentimento de autonomia e individualismo. Se for tida em consideração para a análise a crescente expansão das novas TIC, faz sentido associar-se a autonomia dos agentes à capacidade de se expandir o alcance da experiência mediada (Giddens, 2000), algo que se conjuga com a ideia de projeto de autonomia, anteriormente referida. Para Castells (Castells, 2002; Castells *et al.*, 2009), lembre-se, as novas TIC, e nomeadamente a comunicação móvel tendem a ajudar o desenvolvimento do próprio projeto.

Faz sentido, ainda assim, diferenciar os dois índices. Tratar-se, por um lado, a autonomia enquanto atributo genérico – com todo o potencial analítico que daí advém; e tratar-se, noutros moldes, as potencialidades das novas TIC, indutoras não só de autonomia, mas igualmente associadas a outros processos importantes.

Tais aspetos prendem-se, num primeiro momento, com a desenvoltura mais ou menos adquirida face às novas tecnologias e também com o pragmatismo quotidiano que as novas TIC permitem. Indo mais longe, é pertinente – ainda que tentativamente – aferir as potenciais transformações ao nível de valores e premissas éticas. O aproveitamento da

informação possibilita contornar quadros normativos preestabelecidos, sendo as implicações éticas associada à obtenção de conteúdos – o plágio nas suas mais diversas formas, a subversão da autoria e do mérito pessoal – apenas alguns exemplos.

Admitindo um impacto das novas TIC na transformação de valores ou de práticas – nomeadamente o acesso praticamente ilimitado a fontes de informação e conteúdos digitais, com consequências ao nível da ética de partilha e apropriação, do espírito de diligência e sentimento de autoria – pretendeu-se, sobretudo, destacar, no âmbito da apresentação do índice ‘Aproveitamento da Informação’, a possibilidade de maximização de oportunidades (nos mais diversos domínios da vida quotidiana) por parte de quem utiliza um computador, acede à internet ou usa o telemóvel.

4. Análise de *clusters*

O procedimento estatístico escolhido – a análise de *clusters* – corresponde a uma técnica de carácter multivariado que mede, em simultâneo, as variâncias dos índices de cada indivíduo ou objeto de análise. Foram utilizados, como variáveis de *input* de uma *K-Means Cluster Analysis*⁹, os 4 índices criados a partir das variáveis originais atrás explicitadas. O objetivo passou por agrupar os inquiridos da amostra de acordo com as suas proximidades e afastamentos nas referidas variáveis, de forma a maximizar tanto a homogeneidade intragrupo, quanto a heterogeneidade intergrupala.

Após uma série de tentativas, a solução mais satisfatória apontou para cinco *clusters*. Importa ver como foram distribuídos os casos e como se diferenciam entre si os grupos criados. A média dos índices por *cluster* permite uma primeira leitura das suas características, proximidades e afastamentos (ver Quadro 1).

⁹ Trata-se de um método não hierárquico, adequado para bases de dados de dimensão moderada (no caso presente, n = 409) e ideal para lidar com variáveis quantitativas. Implica a definição prévia de número de *clusters* a constituir, ao contrário de outros métodos que devolvem o número calculado de *clusters*. Isto implica que tem de haver um processo de experimentação, por parte do investigador, ao definir várias hipóteses de números de *clusters*, comparar as diferentes configurações e encontrar aquela que lhe parece mais diferenciadora entre grupos e agregadora dentro de cada grupo.

Quadro 1 – Média dos Índices por Cluster

	Centros dos <i>clusters</i> finais				
	1	2	3	4	5
Índice Sentimento de Autonomia e Individualismo	3,31	4,73	4,89	3,37	4,74
Índice de Relação com a Autoridade e Regras	4,26	4,86	3,55	3,41	3,88
Índice de Proximidade ao Professor	3,32	3,44	2,77	3,28	2,94
Índice de Aproveitamento da Informação	1,95	3,52	2,33	3,45	4,78

No que diz respeito ao número de casos – e tendo em conta que foram excluídos 29 casos (*missing values*) – três dos cinco *clusters* (1, 2 e 5) apresentam dimensões semelhantes, totalizando cerca de 50% da amostra. O *cluster* 3 é ligeiramente maior do que os anteriores (78 casos: 20,5%) e o *cluster* 4 é o maior de todos totalizando 110 indivíduos e com uma percentagem de 28,9%.

Tomando em consideração as respetivas amplitudes de cada índice, com especial atenção para os extremos das mesmas e o valor intermédio¹⁰, no âmbito de cada *cluster* formado, é possível definir “arranjos” das médias. Cada arranjo vai definir a especificidade de um dado *cluster* e dar informação relevante acerca da posição relativa de cada índice em relação aos demais. Isto permitirá construir uma tipologia de atitudes para a amostra.

Os 5 *clusters* obtidos correspondem a 5 perfis básicos em que cada designação, e na senda de estudos como o de Costa *et al.*, “não pode deixar de ter um carácter em larga medida convencional” (Costa, Ávila e Mateus, 2002: 61). Na nomeação de cada *cluster* escolheu-se destacar os atributos mais evidentes, pelo que não existe necessariamente um critério uniforme, já que se conjugam temáticas diversificadas. Note-se que, no que toca à diferenciação obtida, se trata de um conjunto de posições relativas e não absolutas.

Seguidamente, é apresentada uma caracterização estrutural sumária dos perfis obtidos:

Dependentes passivos. Correspondem ao 1º *cluster* e, analisando o quadro 1, pode verificar-se que o que se destaca é o valor mais baixo da amplitude do ‘índice de aproveita-

¹⁰ Dizer-se que determinado valor de um índice é mais ou menos elevado é ter em conta a amplitude de valores desse mesmo índice. Por exemplo, se o índice de proximidade ao professor oscila entre 2,77 e 3,44 (ver quadro 1), adotam-se, serão esses o valor mais baixo e o valor mais alto, respetivamente. Assim, o valor mais baixo registado do índice de proximidade encontra-se, no mesmo *cluster* (3), um valor de 4,89 para o índice de autonomia (valor mais alto registado neste índice e, portando, correspondente aos indivíduos que possuem o sentimento de autonomia maior da amostra).

mento da informação’; verifica-se também o valor mais baixo da autonomia; um valor ligeiramente acima da média da amplitude da relação com a autoridade e regras; e um dos valores mais elevados da amplitude da proximidade ao professor. Trata-se de indivíduos cuja fraca autonomia conjugada com uma proximidade grande ao professor sugere a designação de dependentes. O fraco aproveitamento da informação conjugado com a fraca autonomia e até uma aceitação da autoridade e regras acima da média sugere uma atitude de passividade.

Autónomos normativos e integrados. Correspondem ao *cluster 2*, onde se distingue o valor mais elevado da relação com a autoridade e regras; um valor elevado para a autonomia, assim como para a proximidade ao professor; e um valor intermédio (dentro da amplitude respetiva) do aproveitamento da informação. Os indivíduos pertencentes a este grupo possuem valores elevados na autonomia e, simultaneamente, no respeito pela autoridade e pelas regras. Esta conjugação, associada a uma proximidade igualmente elevada, sugere que se trata de indivíduos que, de algum modo, integram de forma harmoniosa a vertente institucional, pessoal e relacional, daí o epíteto complementar de integrados.

Autónomos desligados. Correspondem ao *cluster 3*, onde sobressai o valor mais elevado da autonomia. Todos os outros índices são baixos neste perfil. Os indivíduos pertencentes a este grupo são relativamente desrespeitadores das regras e autoridade, são distantes do professor (comparativamente com outros grupos) e possuem um interesse baixo pelo aproveitamento da informação. A forte autonomia que apresentam é concomitante com um distanciamento grande a nível institucional e relacional.

Dependentes funcionais e utilitaristas. Correspondem ao *cluster 4*, o maior dos cinco. Apresentam uma relação com a autoridade e uma autonomia baixas, um aproveitamento intermédio da informação, mas uma proximidade grande ao professor. São indivíduos que, apesar da grande proximidade ao professor, apresentam um (relativamente) baixo respeito pela autoridade e regras, mas que ainda assim vão gozando de algum pragmatismo (dir-se-ia até utilitarismo) no aproveitamento da informação. O termo ‘funcionais’ justifica-se com uma adesão mínima aos compromissos do trabalho escolar embora, em boa parte, “rebocada” pela ação do professor.

Autónomos pragmáticos e utilitaristas. Correspondem ao *cluster 5* e apresentam uma elevada autonomia, associada a um igualmente elevado aproveitamento da informação. Em contrapartida, são dos menos próximos ao professor e dos que possuem uma relação com a autoridade e regras mais baixa. São utilitaristas e pragmáticos conjugando a sua forte autonomia com a forte propensão para aproveitarem da melhor forma a informação ao seu dispor.

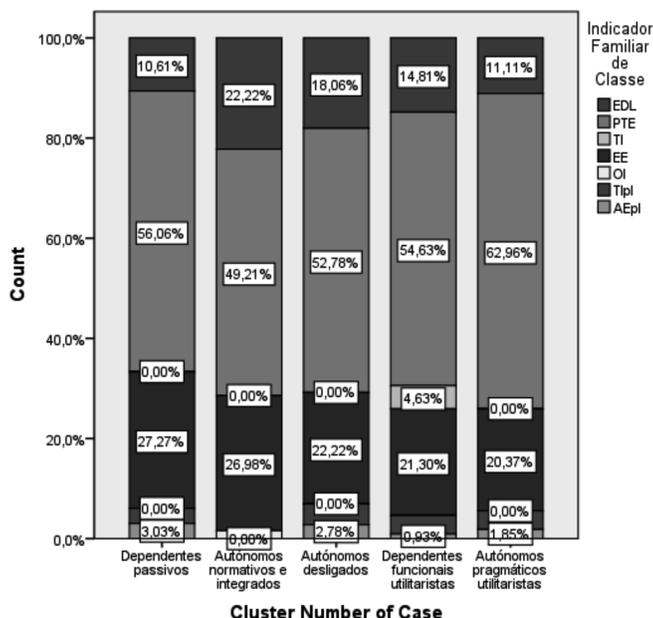
5. Cruzamento dos perfis com variáveis chave

As designações dos perfis iniciais serão seguidamente complementadas com o cruzamento dos *clusters* (enquanto variáveis) com uma seleção de indicadores posterior. Tal seleção pretende abrir caminho para o confronto dos resultados específicos da análise de *clusters*, com os aspetos mais marcantes da observação no terreno, que numa fase posterior foram incluídos no questionário, adquirindo um carácter quantitativo. Trata-se de um conjunto de práticas e atitudes específicas da interação em sala de aula e também de quadros extraescolares.

Os gráficos de barras obtidos, representam o cruzamento das variáveis *cluster* com as variáveis escolhidas com vista a analisar, não apenas dados da caracterização dos inquiridos, mas ainda alguns aspetos centrais da pesquisa efetuada.

5.1. Classe socioprofissional de origem

Figura 1 – Cruzamento dos perfis com a classe socioprofissional de origem



As profissões foram agrupadas de acordo com a matriz de construção do indicador familiar de classe (Machado *et al.*, 2003), construído a partir da conjugação da classe profissional do pai com a classe profissional da mãe dos inquiridos. As categorias socioprofissionais têm por base a tipologia de classes sociais de uso mais corrente na sociologia portuguesa (Almeida, Costa e Machado, 1988).

Para efeitos de simplificação o indicador familiar de classe contempla 9 grupos de profissões (dos quais, no âmbito do presente estudo, apenas 7 estão presentes na amostra): Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL); Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE); Trabalhadores Independentes (TI); Agricultores Independentes (AI); Empregados Executantes (EE); Operários Industriais (OI); Assalariados Agrícolas (AA); Trabalhadores Independentes Pluriactivos (TIpl) e Assalariados Executantes Pluriactivos (Aepl).

Antes de poder ser avaliada a distribuição relativa das diferentes classes socioprofissionais nos diferentes *clusters*, terá de se tomar em consideração o facto de o grupo dos PTE's ser o mais representativo da amostra geral recolhida. Assim sendo, não será estranho o facto de este grupo constituir, em todos os *clusters*, metade ou mais dos indivíduos representados proporcionalmente. Ainda assim, a proporção mais elevada de PTE's verifica-se no *cluster* dos indivíduos Autónomos Pragmáticos Utilitaristas, (63%).

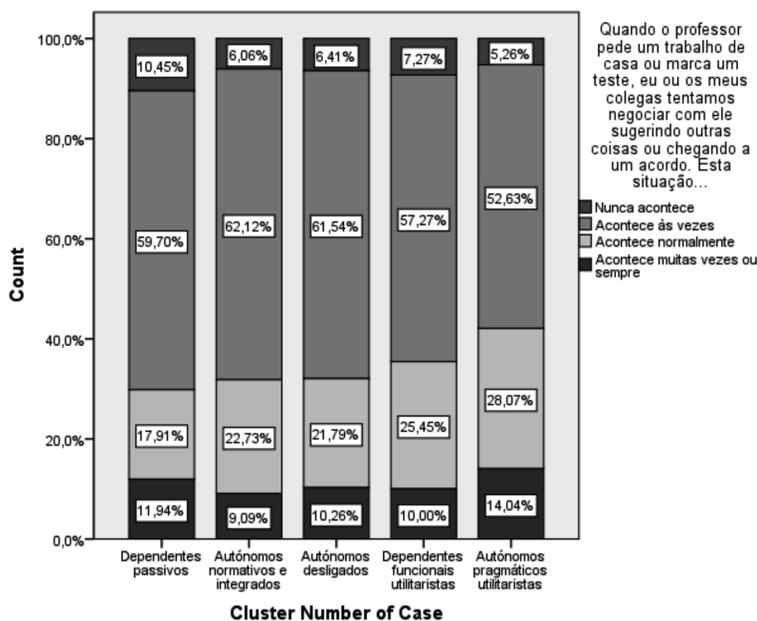
Os EDL têm a sua maior percentagem relativa (cerca de 22%) no *cluster* dos Autónomos Normativos e Integrados. E a menor percentagem (cerca de 10%) nos Dependentes Passivos (que registam igualmente a maior proporção de EE, com mais de 27%).

O *cluster* mais diversificado ao nível das classes socioprofissionais é o dos Dependentes Funcionais Utilitaristas. Este é também o grupo com o maior número de indivíduos, correspondente a mais de um quarto da amostra.

De resto, de uma forma geral todos os *clusters* não se distanciam significativamente do padrão descrito (forte presença de PTE – a maior fatia em todos os casos; presença de EE entre os 20% e os 30%; e EDL entre 10% e 20% em todos os casos, à exceção dos Autónomos Normativos e Integrados, com cerca de 22%)

5.2. Negociação

Figura 2 – Cruzamento dos perfis com a negociação

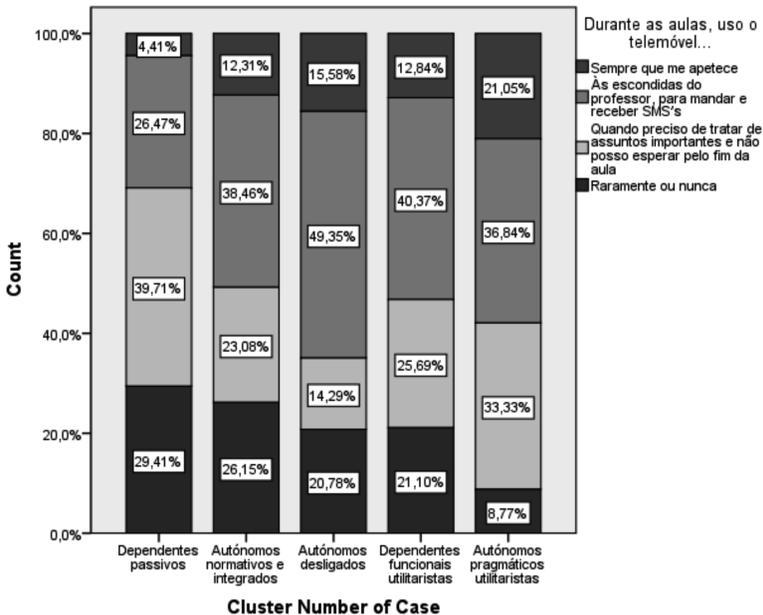


A negociação entre professor e aluno(s) tem sido tema de análise já com alguma tradição no âmbito da sociologia da sala de aula (Perrenoud, 2002; Eggleston, 1977; entre outros). Testa-se, entre outras coisas, a eficácia da autoridade do professor num saldo entre padrões de disciplina e comportamentos e práticas dos alunos. Durkheim (2001) destacou esse aspeto, com base numa aprendizagem moral como fator central da questão educativa e, desde então, a problemática da disciplina tem sido tratada em numerosas investigações. Em Portugal, Gomes (2009: 99, 184) refere a adaptação situacional de alunos e professores às circunstâncias do momento, que passam, inevitavelmente, pela disciplina e pelas maneiras, e em que se testa a eficácia da autoridade pedagógica.

Na análise, o *cluster* dos indivíduos Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (*cluster* 5) é o que possui a maior percentagem de indivíduos que negociam mais, com cerca de 42% (soma das duas categorias de maior incidência de negociação), ao passo que os Dependentes Passivos (*cluster* 1), possuem, relativamente às mesmas categorias, o valor mais baixo (cerca de 29%). Este grupo, é também aquele cuja soma das categorias mais baixas da negociação é a mais elevada (cerca de 70%).

5.3. Uso do telemóvel

Figura 3 – Cruzamento dos perfis com o uso do telemóvel



O telemóvel desempenha um papel fundamental na cultura juvenil. Em Portugal, e de acordo com Cardoso, Espanha e Lapa (2009) são descritos alguns hábitos comunicacionais de jovens entre os 16 e os 18 anos; designadamente a preferência pelas mensagens SMS em detrimento das chamadas telefónicas.

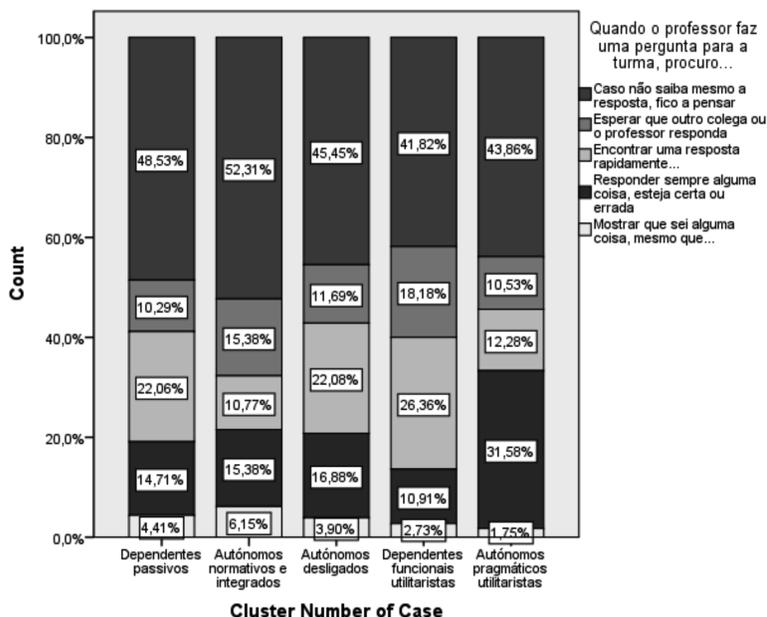
Autores como Ling chamam a atenção para o facto de o telemóvel interromper o fluxo normal de interação em copresença (2008: 21). Muitos adolescentes estão constantemente a ser interrompidos nas suas situações privadas e em espaços públicos (Stald, 2008: 153). A interrupção abrange conversas com amigos ou família, tomando o telemóvel, quase sempre, a precedência na ação.

De acordo com os dados do presente estudo, o grupo de alunos que mais utiliza o telemóvel nas aulas é o dos Autónomos Desligados, com cerca de 65% (soma das categorias mais elevadas). É seguido pelos Autónomos Pragmáticos Utilitaristas, com cerca de 58%.

Proporcionalmente, o grupo com menor percentagem de liberdade de uso do telemóvel é o dos Dependentes Passivos (cerca de 31%), seguido pelos Autónomos Normativos e Integrados (com cerca de 50%).

5.4. Atitude face à pergunta do professor

Figura 4 – Cruzamento dos perfis com a atitude face à pergunta do professor



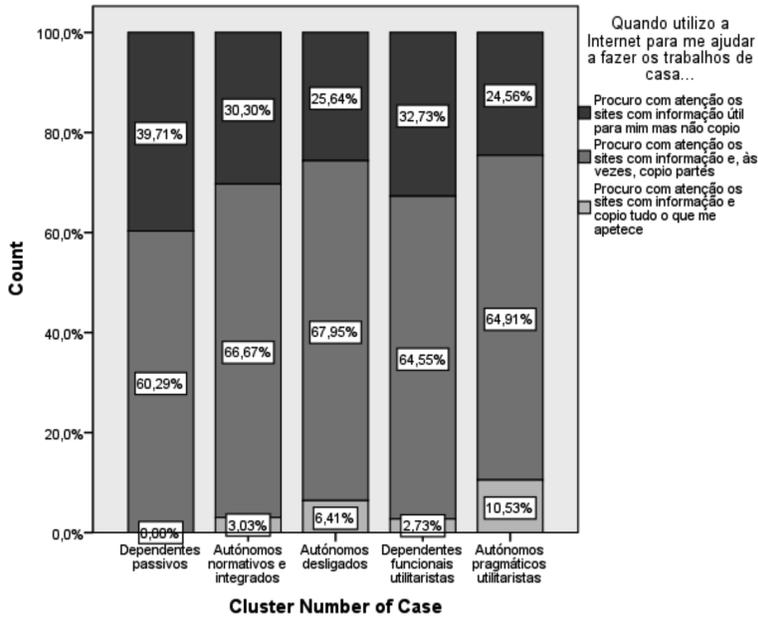
A estratégia, por parte dos alunos, de mostrar trabalho, visando-se cultivar uma aparência de dedicação e empenho corresponde a uma forma de decoro, um pouco na linha de Goffman (1993: 132). Este “*doping* dramaturgico” surge associado a uma antecipação das sanções do mercado, sendo, por vezes, inconsciente e inscrita no *habitus* linguístico (Bourdieu, 1998: 68). Dá para perceber essa atitude ao observar-se a prontidão dos alunos face a algumas solicitações do professor, acompanhada, harmoniosamente, de uma cortesia linguística oportuna.

Olhando para os dados extensivos, a maior percentagem relativa a uma predisposição para (cor)responder a todo o custo a uma pergunta do professor (de que a graxa é um exemplo) encontra-se no grupo dos Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (33%). Apesar disso, a estratégia de se recorrer de forma sub-reptícia ao manual, é mais valorizada, proporcionalmente, pelos Dependentes Funcionais Utilitaristas (26,4%).

A percentagem mais elevada relativa a uma atitude mais contida (não estratégica) relativamente a este aspeto, verifica-se nos indivíduos Autónomos Normativos e Integrados (68%).

5.5. Atitude face ao uso da internet nos trabalhos de casa

Figura 5 – Cruzamento dos perfis com a atitude face ao uso da internet nos trabalhos de casa



As tensões emergentes entre autoria e plágio constituem um problema em aberto para as instituições escolares, na medida em que é um desafio grande para as avaliações dos alunos. O acesso muito facilitado a todo um conjunto de fontes de informação (independentemente da fiabilidade das mesmas) abre certamente caminho a novas formas de realizar os trabalhos escolares. Porém, não explicam, por si só, a frequente tendência, entre os alunos, para não haver hesitação em plagiar informação.

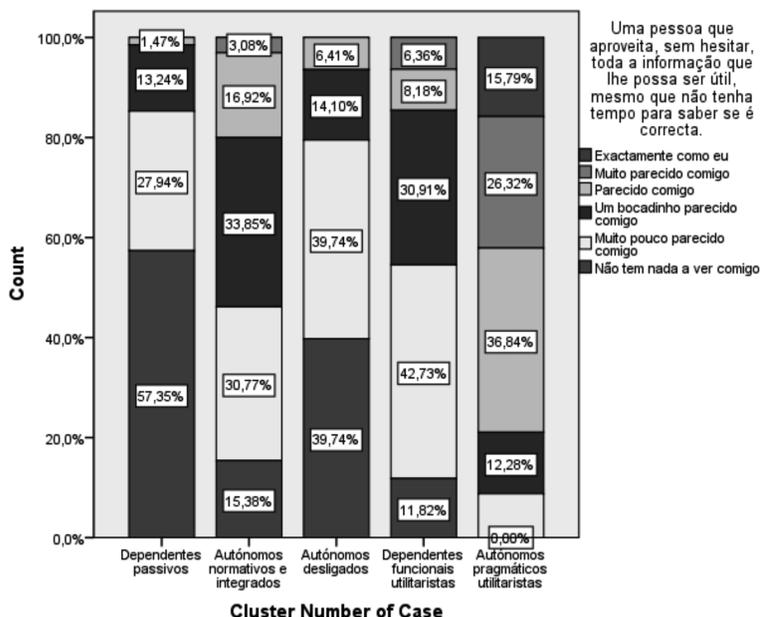
Apesar de em todos os *clusters* mais de metade dos casos, praticar plágio (pelo menos parcial), os grupos que mais assumem, no mínimo, copiar partes de conteúdos da *net* para fazerem os trabalhos de casa são os Autónomos Desligados (72%) e os Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (75%).

Especial destaque para a atitude de se copiar indiscriminadamente os conteúdos da Internet para fazer os trabalhos de casa, ser mais elevada nos indivíduos Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (10,5%).

A percentagem mais elevada, dentro de um só grupo, daqueles que não copiam (40%) surge da parte dos Dependentes Passivos.

5.6. Aproveitamento de informação sem critérios de seleção

Figura 6 – Cruzamento dos perfis com o aproveitamento de informação sem critérios de seleção



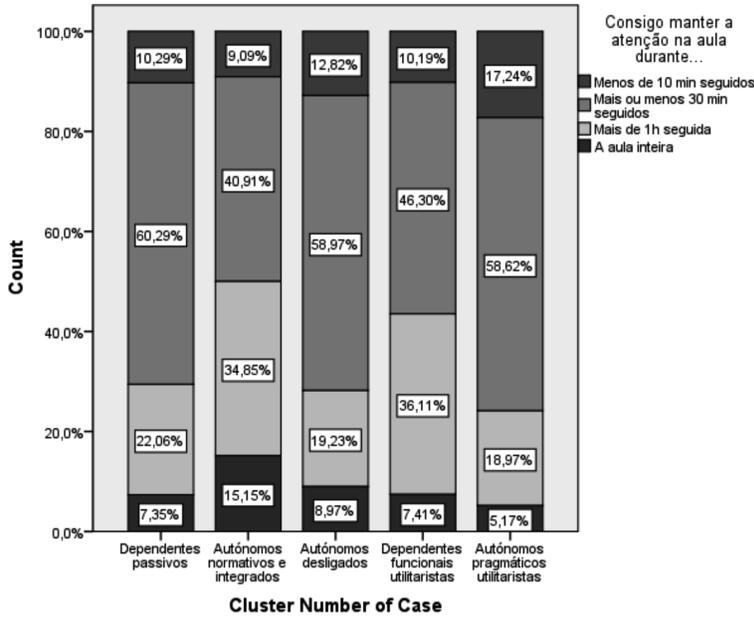
No seguimento do aspeto anterior, sublinhem-se os desafios em torno da autoria e da ética subjacente. Tais encruzilhadas éticas estendem-se às questões da honestidade perante o trabalho escolar, o qual, é sabido (Ponte *et al.*, 2009), é, atualmente, largamente afetado pela facilidade de acesso a informação praticamente ilimitada e facilmente plagiável. Entre riscos e oportunidades derivados de uma nova cultura da partilha (James *et al.*, 2009: 44), redefinem-se atitudes e comportamentos em torno da autoria.

Nos dados analisados, e relativamente ao aproveitamento da informação sem critérios de seleção, o grupo mais concordante com esta atitude é dos Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (não surpreendentemente, uma vez que o aproveitamento da informação é uma das suas características estruturais mais definidas), com mais de 40% de respostas muito favoráveis.

O grupo mais afastado desta atitude é dos Dependentes Passivos, com mais de 80% de respostas muito desfavoráveis e valores muito residuais de respostas favoráveis.

5.7. Atenção

Figura 7 – Cruzamento dos perfis com a atenção



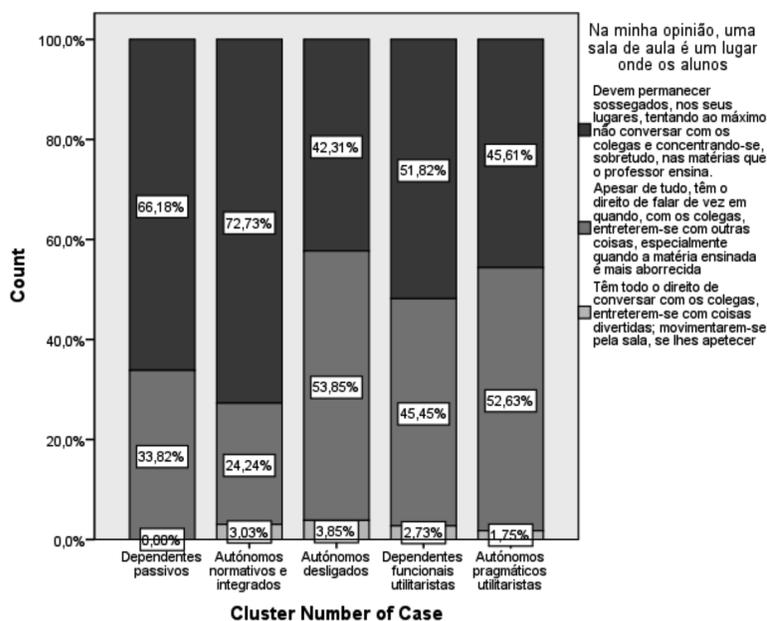
A questão da atenção é um fator determinante na conduta, tanto de um ponto de vista mais cognitivo, como também, e sobretudo, do lado do desempenho e das dinâmicas de papéis que se revelam na interação.

De acordo com a informação recolhida, os grupos com menor tolerância relativa à atenção na sala de aula, são os Dependentes Passivos, os Autónomos Desligados e os Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (todos acima dos 70%). Estes últimos são, ainda, os que possuem (proporcionalmente) a maior percentagem de indivíduos com a menor tolerância de todas relativamente à atenção (17%).

Por outro lado, o grupo com maior tolerância ao tempo seguido de aula é o dos Autónomos Normativos e Integrados, mas, ainda assim, não passam dos 50% dentro do seu *cluster*. O grupo dos Dependentes Funcionais Utilitaristas apresenta também uma tolerância relativamente elevada em relação ao tempo de atenção seguido na sala de aula.

5.8. Atitude face ao espaço da sala de aula

Figura 8 – Cruzamento dos perfis com a atitude face ao espaço da sala de aula



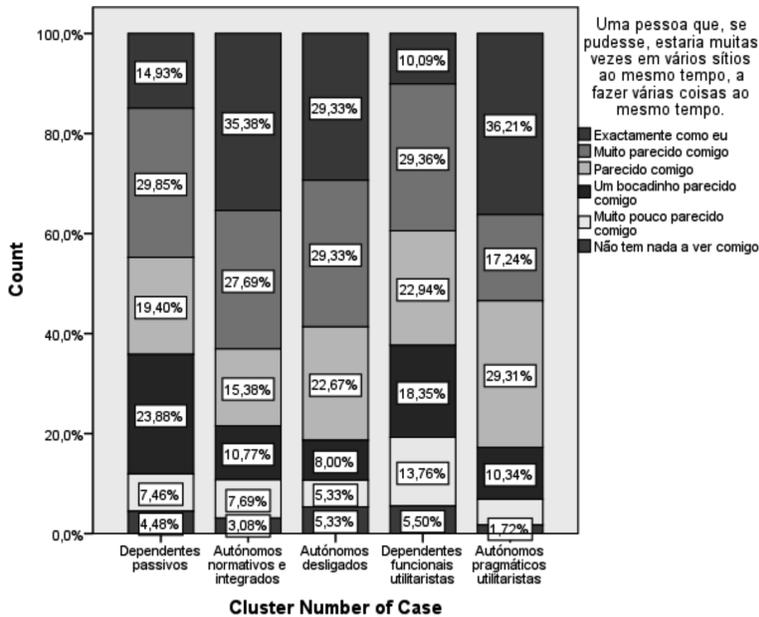
O desempenho dos alunos no que toca ao respeito pelas convenções da civildade e dos modos de cortesia é uma das valências presentes no confronto com a autoridade pedagógica. A atitude face ao espaço da sala de aula é um indicador possível desse mesmo desempenho.

A este respeito, os dois grupos que possuem, proporcionalmente, percentagens maiores relativas à liberdade dentro da sala de aula são os Autónomos Desligados e os Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (com 54% e 53% respetivamente).

O grupo dos Autónomos Normativos e Integrados é o que possui a maior percentagem relativa a uma atitude mais normativa na sala de aula (73%), seguidos do grupo dos Dependentes Passivos (66%).

5.9. Vontade de estar/fazer em vários sítios ao mesmo tempo

Figura 9 – Cruzamento dos perfis com a Vontade de estar/fazer em vários sítios ao mesmo tempo

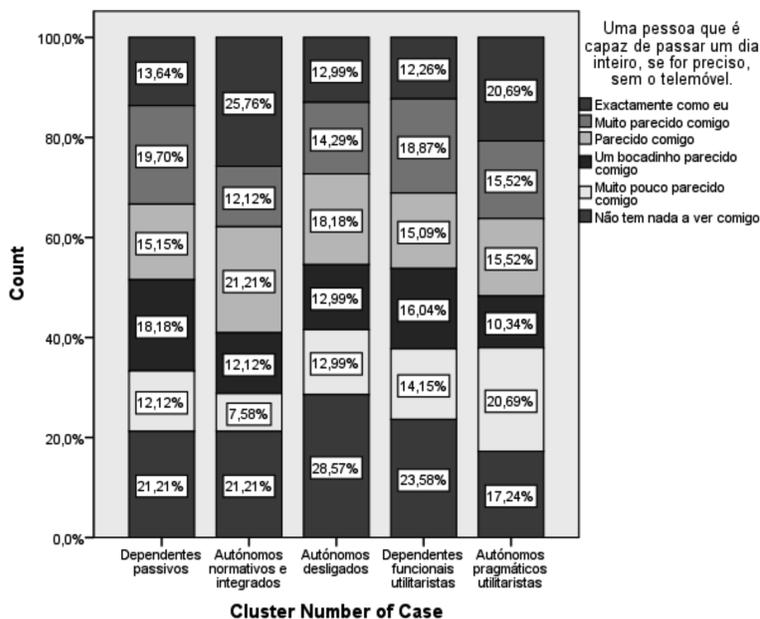


A distinção entre tempos monocromáticos e tempos policromáticos, sugerida por Pais (2001: 71), e igualmente descrita por Hall (1996), proporciona um interessante ponto de partida para a inclusão de uma análise temporal das dinâmicas juvenis. De facto, os ritmos de mudança – sobretudo como consequência do uso das novas TIC – sugerem uma série de mudanças estruturais, das quais a compressão do espaço-tempo constitui uma vertente importante (Giddens, 1986; 2000).

Os grupos do presente estudo que revelam, proporcionalmente, uma maior vontade de estar em vários sítios e fazer várias coisas ao mesmo tempo são os Autónomos Normativos e Integrados (com a maior percentagem relativa de respostas muito favoráveis), seguidos dos Autónomos Desligados e dos Autónomos Pragmáticos Utilitaristas. A autonomia parece aqui ser um fator decisivo na predisposição para um modo de ação multitarefa.

5.10. Tolerância à falta do telemóvel

Figura 10 – Cruzamento dos perfis com a tolerância à falta do telemóvel

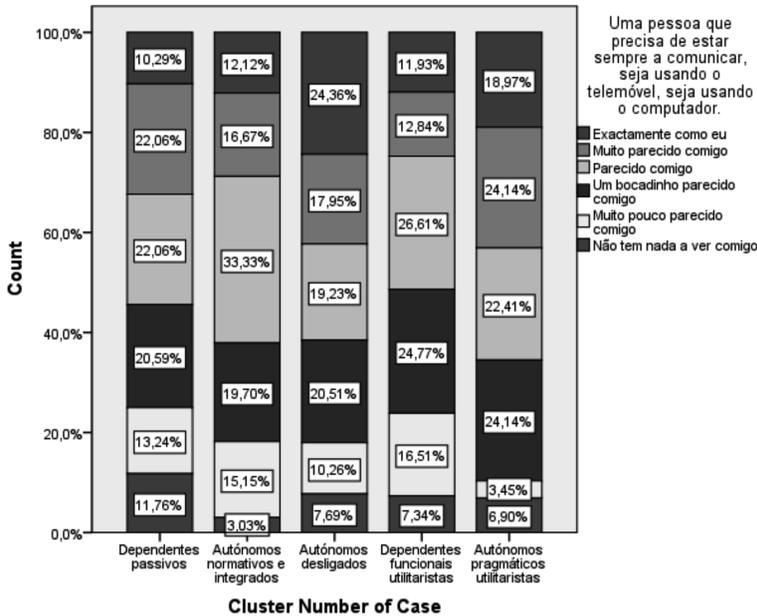


Debruçando-se especificamente sobre a relação dos jovens com a comunicação móvel, Stald (2008), – e contando com o testemunho de entrevistados para o efeito – relata o stress que ocorre quando o telemóvel não está disponível e, mais frequentemente, o cuidado extremo para não se perder uma qualquer mensagem ou chamada telefónica (Stald, 2008: 151-153).

Ao cruzar-se a variável dos *clusters* com a variável que permite aferir a tolerância à falta do telemóvel, verifica-se, nos dados analisados, que o grupo mais tolerante em relação à falta do telemóvel é o dos Autónomos Normativos e Integrados, com cerca de 57% de respostas favoráveis. Os grupos mais intolerantes (lendo nas categorias correspondentes) são os Autónomos Desligados (com o valor relativo mais alto de cerca de 42% de respostas desfavoráveis e, simultaneamente, o valor relativo mais baixo de respostas favoráveis), os Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (com 38% de respostas desfavoráveis no seu grupo) e ainda os Dependentes Funcionais Utilitaristas (com cerca de 37% de respostas desfavoráveis).

5.11. Necessidade de comunicação permanente

Figura 11 – Cruzamento dos perfis com a necessidade de comunicação permanente



São vários os autores que referem esta possibilidade de uma comunicação permanente (Katz e Aakhus 2002; Licoppe, 2004; Ling, 2008; Castells *et al.*, 2009). Com a conectividade permanente, é reforçado o sentimento de união, de pertença, sendo possível a todo o momento a confirmação, o *feedback* dos outros.

Nos dados analisados no presente estudo quanto à necessidade de comunicação permanente, destacam-se os Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (com cerca de 43% de respostas muito concordantes com essa necessidade) e os Autónomos Desligados (com cerca de 41% de respostas muito concordantes). O grupo com menor necessidade de comunicação permanente é dos Dependentes Funcionais Utilitaristas (com cerca de 23% de respostas concordantes).

6. Apontamentos conclusivos dos perfis atitudinais

Após a elaboração de uma tipologia estrutural resultante da análise de *clusters*, seguida de um cruzamento destes com outras variáveis relevantes para a pesquisa, sugere-se uma revisitação dessa mesma tipologia, acrescentando uma descrição mais conclusiva dos grupos atitudinais. As descrições seguintes dizem respeito aos atributos de cada *cluster* em função das variáveis escolhidas no ponto anterior.

6.1. Dependentes Passivos (*cluster 1*)

- Trata-se do grupo com a menor percentagem de EDL e, simultaneamente, uma maior percentagem de EE
- São os que negociam menos com o professor na sala de aula
- Usam muito pouco (comparativamente com os outros grupos) o telemóvel na sala de aula
- São o grupo que possui mais alunos que não plagiam (com auxílio da internet) nos trabalhos de casa
- Recusam categoricamente o aproveitamento a todo o custo da informação (independentemente da veracidade)
- Ainda assim, possuem uma tolerância baixa relativamente ao tempo seguido de atenção na sala de aula
- Possuem uma atitude mais normativa na sala de aula

Os alunos do grupo correspondente ao *cluster 1* revelam uma atitude mais normativa e com menor predisposição para infringirem as regras. Ainda assim, o seu empenho não é relevante e parecem assentar a sua atitude numa dependência da autoridade e das normas, sugerindo uma certa passividade perante as oportunidades. Respeitam as normas, mas a sua autonomia é baixa.

Neste caso, a proximidade ao professor, tendo em conta a baixa autonomia, sugere, provavelmente, mais uma dependência do que uma confiança intrínseca. Algumas implicações em termos identitários podem ser esboçadas a partir deste quadro.

Neste sentido, James Marcia, que estudou as fases de formação da identidade em estudantes universitários, identifica uma predisposição para a formação da identidade a que chama de *insolvência identitária*. De acordo com o autor, esta fase corresponde a um evitamento de escolhas autónomas, sendo os indivíduos mais orientados pela ação dos outros em detrimento da sua. Ao mesmo tempo, o seu espírito crítico é baixo, preferindo aceitar, em larga medida, o papel que as figuras de autoridade ou pessoas influentes lhe impõem (Marcia, 1966).

6.2. Autónomos Normativos e Integrados (*cluster 2*)

- É o grupo com a maior percentagem de EDL
- Usam pouco o telemóvel na aula
- Face a uma pergunta do professor têm uma atitude mais contida/normativa (não estratégica)
- São o grupo com maior tolerância ao tempo seguido de aula
- O grupo com uma atitude mais normativa na sala de aula

- Apresentam uma proximidade grande ao professor
- O grupo com maior vontade de estar em vários sítios ao mesmo tempo e fazer várias coisas ao mesmo tempo
- O grupo mais tolerante em relação à falta do telemóvel

Sendo um dos grupos mais pequenos, o *cluster 2* é também o que inclui a maior percentagem de alunos oriundos de classes sociais mais altas. Trata-se de alunos dotados de autonomia elevada, ao mesmo tempo que possuem uma atitude mais normativa. Aproveitam as oportunidades. Trata-se de um grupo de alunos com recursos económicos e culturais sólidos e com trajetórias estáveis e duradouras.

A juntar a isto, e uma vez que tendem a ser regrados, ao mesmo tempo querendo aproveitar as oportunidades e revelando uma predisposição para a ação *multitasking*, os alunos deste grupo estão, provavelmente, num patamar de integração social elevado, com papéis bem definidos. A este propósito, Lewis Coser lembra que “os mecanismos de articulação de papéis estão mais facilmente acessíveis a pessoas de estatuto social elevado, em vez do contrário” (Coser, 1995: 18, traduzido do inglês).

Refira-se, ainda, que a elevada proximidade ao professor registada neste grupo, exprimirá mais facilmente – ao contrário do que acontece no *cluster* anterior – uma confiança intrínseca maior.

6.3. Autónomos Desligados (*cluster 3*)

- Grupo com a segunda maior percentagem relativa de EDL; tem uma das maiores percentagens relativas de Aepl.
- O grupo de alunos que mais utiliza o telemóvel nas aulas
- Um dos grupos que mais assumem copiar partes de conteúdos da *net* para fazerem os trabalhos de casa
- Muito baixa tolerância relativa ao tempo seguido de atenção na sala de aula
- Atitude de grande liberdade dentro da sala de aula
- Vontade de estar em vários sítios e fazer várias coisas ao mesmo tempo
- Os mais intolerantes relativamente à falta do telemóvel
- Necessidade de comunicação permanente elevada

O grupo dos Autónomos Desligados é o que mais utiliza o telemóvel e possui uma atitude de grande liberdade de movimentos na sala de aula e com uma necessidade elevada de comunicação permanente. Corresponde, em parte, ao que Pais identificou, há duas décadas, quando denominou “baldas” aos alunos com um comportamento de alheamento em relação à escola e à formalidade que nela se vive (1993: 233).

Um dos aspetos importantes nestes alunos é o facto de apresentarem uma intolerância elevada face ao tempo de atenção na sala de aula. Conjugando esse aspeto com uma utilização intensa do telemóvel em sala de aula e uma necessidade grande de comunicação permanente, dir-se-ia que são alunos cuja ação facilmente está sujeita a uma inflexão súbita da atenção.

Outro aspeto relevante reside na conjugação da necessidade de comunicação permanente elevada, com uma proximidade ao professor baixa, o que pode sugerir uma confiança (nos outros, e também na autoridade) baixa e uma compulsividade elevada na comunicação móvel (enquanto substituto da confiança).

6.4. Dependentes Funcionais Utilitaristas (*cluster 4*)

- O *cluster* mais diversificado ao nível das classes socioprofissionais, apesar de haver, a par dos demais *clusters*, uma predominância clara dos PTE, EE e EDL; possui a maior percentagem relativa de TI
- O grupo que mais adota a estratégia de, sub-repticiamente, recorrer ao manual face a uma pergunta do professor
- Apresenta uma tolerância relativamente elevada em relação ao tempo seguido de atenção na sala de aula
- Muito próximos do professor
- Intolerantes à falta do telemóvel
- O grupo com menor necessidade de comunicação permanente

Quanto aos alunos do *cluster 4*, lembre-se, têm uma proximidade grande ao professor, ao mesmo tempo que um baixo respeito pelas autoridade e regras. Ainda assim, comprometem-se com um mínimo de esforços no trabalho escolar, em grande parte, rebocado por uma assertividade externa presente no professor. São um dos grupos cujo *locus* de controlo (e autoridade) é externo (Rotter, 1966).

A grande proximidade ao professor verificada neste caso é, à semelhança do que acontece no primeiro *cluster*, mais decorrente de uma dependência funcional do que propriamente numa confiança intrínseca.

6.5. Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (*cluster 5*)

- Grupo com a proporção mais elevada de PTE's
- O grupo com a maior percentagem de indivíduos que negociam mais
- Um dos grupos que mais utiliza o telemóvel na sala de aula

- A maior predisposição para corresponder a todo o custo a uma pergunta do professor
- O grupo que mais assume copiar partes de conteúdos da *net* para fazer os trabalhos de casa
- Quanto ao aproveitamento da informação independentemente da veracidade da mesma, é o grupo mais concordante (não surpreendentemente, uma vez que o aproveitamento da informação per si é uma das suas características estruturais mais definidas)
- Muito pouca tolerância ao tempo seguido de atenção na sala de aula (o grupo menos tolerante)
- Grande liberdade dentro da sala de aula
- Grande vontade de estar em vários sítios ao mesmo tempo e fazer várias coisas ao mesmo tempo
- Relativamente intolerantes à falta de telemóvel
- Grande necessidade de comunicação permanente

O grupo de alunos do *cluster 5* é, como já se tinha referido anteriormente, dotado de grande autonomia e pouco próximo do professor, não sem revelar uma predisposição para o plágio ou para corresponder a todo o custo a uma imagem mínima de alunos aplicados. A isto junta-se um pragmatismo grande no aproveitamento da informação.

Verifica-se que são os mais descontraídos; os que apresentam tendência para uma liberdade grande na sala de aula – que inclui o uso do telemóvel – e uma necessidade grande de comunicação permanente. São, neste sentido, alunos mais propensos a desviarem facilmente a atenção noutra direção, estando mais vulneráveis a estímulos estranhos ao registo escolar que, inclusivamente, levam para dentro da sala de aula (caso do telemóvel). Contudo, não deixam de gerir esses momentos de forma a não comprometer o seu aproveitamento escolar. Distinguem-se dos alunos Autónomos Desligados (*cluster 3*), precisamente, por terem todo o interesse em mostrar trabalho feito, apesar dos meios que usam (descontraidamente) para o fazer.

Considerações finais

Na análise, o grupo que registou o maior número de indivíduos foi o dos Dependentes Funcionais Utilitaristas (*cluster 4*), seguido dos Autónomos Desligados (*cluster 3*) e dos Dependentes Passivos (*cluster 1*). Em todos os *clusters* conseguidos, a classe profissional de origem com a maior percentagem relativa foi a dos PTE, seguida dos EE e EDL em menor escala.

É interessante verificar o entrecruzamento dos aspetos em análise através das combinações possíveis de atitudes obtidas. Em termos conclusivos gerais, a autonomia surge como o elemento que serve de móbil para outras despistagens no que toca às diferentes atitudes dos jovens alunos. É um dos eixos analíticos com maior poder diferenciador, a par da relação com a autoridade e regras. A autonomia condiciona e é elemento explicativo de quase todos os outros índices utilizados.

Elementos exteriores à escola, nomeadamente as práticas de acesso à informação mediante as novas TIC, são importantes e articulam-se também com o eixo da autonomia. Associada a uma diferenciação no uso das TIC, está uma diferenciação em termos de autonomia – o que confirma, de certa forma, a ideia de potenciação de autonomia defendida por Castells (Castells, 2002; Castells *et al.*, 2009) – mas também na relação com a autoridade.

Um desligamento relativo às regras e autoridade poderá sugerir uma maior autonomia, mas também uma dependência grande. Se a presença do aluno nas aulas for assegurada mediante uma chamada de atenção constante, numa permanente tensão ao nível da relação pedagógica, tal não deve ser interpretado como apenas uma atitude de rebeldia. Pelo contrário, a necessidade de um controle externo constante por parte do professor pode estar associado a uma atitude mais passiva por parte do aluno.

Mas um desrespeito pelas regras e pela autoridade pode significar uma adesão à “causa escolar” feita de forma disfarçada, porque instrumentalista concomitante com a incorporação de regimes de regras alternativos ou mesmo de éticas distintas. Veja-se, por exemplo, no caso dos Autónomos Pragmáticos Utilitaristas (*cluster 5*), onde existe uma autonomia consolidada, uma relação muito chegada com as novas TIC – e um aproveitamento da informação já mais sofisticado.

Na análise verificou-se, por exemplo, que a intolerância face à espera ou à ausência do telemóvel era significativa na grande maioria dos jovens da amostra. Nos casos em que estas tendências se cruzam com uma fraca autonomia, e onde a proximidade ao professor é elevada, pode-se falar de uma “procura” do professor enquanto referente, não somente da autoridade (independentemente da aceitação de regras), mas de estabilidade normativa, num vínculo mais equilibrado, em contraste com os atropelos e o sentimento de renovação urgente da confiança presente nos quotidianos e relações exteriores à relação pedagógica.

Neste sentido, como já se referiu, a relação pedagógica funcionará, para alguns alunos, enquanto âncora de normatividade, independentemente da aceitação de um método compassado e sistemático de transmissão de saberes e orientações. Assim, onde a autonomia é menor, a proximidade ao professor tende a representar uma confiança menos sustentável (porque menos autorreferencial).

Por outro lado, nos casos onde a autonomia é maior, assim como a proximidade ao professor e o respeito pelas regras e autoridade, a confiança parece emergir como uma explicação que encaixa melhor na atitude dos alunos – tal é o caso dos Autónomos Normativos e Integrados (*cluster 2*).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *O Que Falar Quer Dizer*, Lisboa, Difel.
- (2002), *Esboço de Uma Teoria da Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- CARDOSO, G.; ESPANHA, R.; LAPA, T. (2009), *Do Quarto de Dormir para o Mundo: Jovens e Media em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, M. et al. (2009), *Comunicação Móvel e Sociedade. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSER, Lewis A. (1995) “Role-set theory and individual autonomy”, in Judith R. Blau e Norman Goodman (Eds.), *Social roles & social institutions: essays in honor of Rose Laub Coser*, New Brunswick, Transaction Publishers, pp. 13-20.
- COSTA, António Firmino da; ÁVILA, Patrícia; MATEUS, Sandra (2002), *Públicos da Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- DURKHEIM, E. (2001), *Sociologia, Educação e Moral*, Porto, Rés-Editora.
- EGGLESTON, J. (1977), *The Sociology of the School Curriculum*, London, Routledge.
- ELIAS, Norbert (1995), *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FERREIRA, Nuno (2013), *Contingências e Disposições na Sala de Aula – Influência de Dinâmicas Juvenis Extra-Escolares na Relação Pedagógica do Secundário*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.
- GIDDENS, Anthony (1986), *The constitution of society: outline of the theory of structuration*, Cambridge, Polity Press.
- (2000), *Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- (2001), *Transformações da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- GOFFMAN, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio d’Água.
- GOMES, Carlos Alberto (2009), *Guerra e Paz na Sala de Aula: Pesquisa e Análise Sociológica em Escolas Portuguesas*, Cascais, Rui Costa Pinto Edições.
- HALL, Edward T. (1996), *A Dança da Vida – A Outra Dimensão do Tempo*, Lisboa, Relógio D’Água.
- JAMES, Carrie et al. (2009), *Young People, Ethics, and the New Digital Media: A Synthesis from the GoodPlay Project*, Cambridge, MIT Press.
- KATZ, J. E.; AAKHUS, M. (Eds.) (2002), *Perpetual Contact: Mobile Communication, Private Talk, Public Performance*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LICOPPE, C. (2004), “Connected presence: The emergence of a new repertoire for managing

- social relationships in a changing communications technoscape”, in *Environment and Planning D: Society and Space*, 22, pp. 135-156.
- LING, Rich (2008), *New Tech, New Ties – How Mobile Communication Is Reshaping Social Cohesion*, Cambridge, MIT Press.
- MACHADO, Fernando L. *et al.* (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- MARCIA, J. E. (1966), “Developmental and validation of ego identity status”, in *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, pp. 551-558.
- PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, INCM.
- (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.
- PERRENOUD, Philippe (2002), *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*, Porto, Porto Editora.
- PINTO, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Afrontamento.
- PONTE, Cristina *et al.* (2009), “Acessos e Usos: estudo de caso sobre a mediação das tecnologias em contexto escolar”, Comunicação apresentada no 6º Congresso SOPCOM – *Sociedade dos Media: Comunicação, Política e Tecnologia*, 15 a 18 de abril de 2009, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- ROTTER, J. B. (1966), “Generalized expectancies of internal versus external control of reinforcements”, in *Psychological Monographs*, 80, pp. 1-28.
- SCHWARTZ, S. H. (2003), “A Proposal for Measuring Value Orientations across Nations”, in *The Questionnaire Development Package of the European Social Survey*, [Consult. a 20.01.2010]. Disponível em: www.Europeansocialsurvey.org.
- STALD, Gitte (2008), “Mobile Identity: Youth, Identity, and Mobile Communication Media”, in David Buckingham, *Youth, Identity, and Digital Media, The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning*, Cambridge, MA, The MIT Press, pp. 143-164.

Artigo recebido a 7 de janeiro de 2013. Publicação aprovada a 4 de setembro de 2013.

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo¹

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Raquel Cadilhe Pereira²

Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo | Protagonista da Capital Europeia da Cultura 2012, o Centro Histórico de Guimarães, Património Cultural da Humanidade, é palco de uma multiplicidade de sociabilidades, modos de apropriação e interação dos atores que nele residem, trabalham e o frequentam. Quem são os atores sociais do centro histórico e o que os caracteriza? Como representam e se relacionam com este lugar? Que potencialidades e desafios se lhe colocam e que caminhos de intervenção futura poderão ser traçados? Uma incursão exploratória neste espaço público ilustra a construção social da realidade quotidiana que o olhar sociológico das deambulações no terreno procurou descortinar.

Palavras-chave: Centro Histórico de Guimarães; moradores e não moradores; representações e sociabilidades; intervenção social e cultural.

Abstract | *Exploratory wanders in the Historic Centre of Guimarães – sociological points of arrival in a multidisciplinary study*

Main character of the European Capital of Culture 2012, the Historic Centre of Guimarães, Cultural Heritage of Humanity, is the stage of a variety of social relations, modes of appropriation and interaction of its residents, workers and frequent visitors. Who are the social actors of the historic center and what are their features? How do they represent and relate to this place? What strengths and challenges will it face and what paths of future intervention can be traced? An exploratory foray into this public space illustrates the social construction of daily reality that the sociological perspective sought to unfold in the wanderings through the field.

Keywords: Historic Centre of Guimarães; residents and non-residents; representations and social relations; social and cultural intervention.

¹ Socióloga, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Investigadora Integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISFLUP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail*: nazevedo@letras.up.pt; nataliazevedo@netcabo.pt

² Socióloga, Mestre em Sociologia e Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP) e Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). *E-mail*: raquelcadper@gmail.com

Resumé | *Déambulations exploratoires dans le Centre Historique de Guimarães – points d’arrivée sociologiques dans une étude multidisciplinaire*

Protagoniste de la Capitale Européenne de la Culture 2012, le Centre Historique de Guimarães, Patrimoine Culturel de l’Humanité, est le scénario d’une multitude de sociabilités, de modes d’appropriation et d’interaction des acteurs qui y résident, travaillent et assistent. Qui sont les acteurs sociaux du centre historique et quelles sont leurs caractéristiques? Comment représentent et rapportent-ils cet endroit? Quelles sont les potentialités et les défis qui lui attendent et quels sont les chemins possibles pour une intervention? Une incursion exploratoire dans cet espace public illustre la construction sociale de la réalité quotidienne que la vision sociologique des déambulations sur le terrain a essayé de faire.

Mots-clés: Centre Historique de Guimarães; résidents et non-résidents; les représentations et sociabilités; l’intervention sociale et culturelle.

Resumen | *Deambulaciones exploratorias en el Centro Histórico de Guimarães – puntos de llegada sociológicos en un estudio multidisciplinar*

Protagonista de la Capital Europea de la Cultura 2012, el Centro Histórico de Guimarães, Patrimonio Cultural de la Humanidad, alberga una multitud de relaciones sociales, modos de apropiación y interacción de los actores que residen, trabajan y asisten. ¿Quiénes son los actores sociales del centro histórico y qué los caracteriza? ¿Cómo representan y se relacionan con este lugar? ¿Qué potencial y desafíos se presentan? ¿Cuáles son las futuras intervenciones a realizarse? Una incursión exploratoria en este espacio público ilustra la construcción social de la realidad cotidiana que el trabajo sociológico en el terreno intentó descubrir.

Palabras clave: Centro Histórico de Guimarães; residentes y no residentes; representaciones y relaciones sociales; intervención social y cultural.

Introdução

O presente texto retrata alguns pontos de chegada de uma experiência de pesquisa participada que vivenciámos no âmbito do *Estudo Multidisciplinar Centro Histórico de Guimarães. Projeto de Animação Pedagógica* (AAVV, 2012). Este Estudo foi promovido pela FRATERNA, Centro Comunitário de Solidariedade Social e Integração Social/ Câmara Municipal de Guimarães e concebido e coordenado pela SETEPÉS. Teve lugar entre setembro de 2010 e maio de 2012, integrou uma equipa plurifacetada, assumiu uma metodologia participada e cruzada e desenvolveu-se em três fases específicas, com tempos de execução diferenciados: *Focus Group*, Atividades e Laboratório. A conceção e a aprovação do projeto decorreram entre junho e setembro de 2010 e enquadrou-se na Parceria

Para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Guimarães, que contemplava à data, e no âmbito da candidatura a Capital Europeia da Cultura, um leque de intervenções sobre o centro histórico e a cidade.³

Este Estudo teve como principal objetivo contribuir para a promoção de atividades pedagógicas de animação cultural e de integração social do Centro Histórico de Guimarães (CHG). Nesse sentido, e por via de propostas informativas, diagnósticos e intervenções participadas (equipa e população local), procurou-se i) conhecer os modos de relação da população local com o centro histórico e ii) sensibilizar os atores locais para a participação ativa e refletida com e nas atividades de conservação, reabilitação, classificação e animação.

1. Pontos de partida dos interlocutores da sociologia: objetivos, pressupostos e desenho metodológico

Foi com um pressuposto exploratório que o olhar sociológico recaiu sobre o território em análise. O lugar da sociologia definiu-se na temporalidade temática do próprio Estudo e na pluridisciplinaridade da equipa de pesquisa e de ação. Se atendermos às três fases realizadas, a nossa participação desenhou-se no conjunto de todas elas. O *Focus Group* (fase 1) constituiu um momento preliminar. Contemplou três grupos focais com distintos participantes, entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, e teve como principal objetivo explorar questões sobre o objeto em análise. As Atividades (fase 2), executadas entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2012, foram orientadas pelos elementos da equipa e desenharam-se em oficinas, debates deliberativos, inquéritos por questionário, questionários *online*, escalas psicológicas de autorrelato, grelhas de observação direta e participante, *workshops*, entre outras. O Laboratório (fase 3), realizado entre fevereiro e março de 2012, consistiu em reuniões de trabalho da equipa, momentos de discussão do trabalho desenvolvido, no sentido de definir, como *output* final do Estudo, um Plano de Ação.

Reportemo-nos às duas primeiras e com maior destaque àquilo que fizemos na fase 2 do Estudo.

A participação da equipa na conceção, dinamização e análise dos três grupos focais permitiu definir os problemas para as ações de cada área de intervenção e desenhar a intervenção concreta e posterior da sociologia. Com os grupos focais realizados no centro histórico criámos interações entre os participantes e contextualizámos os problemas e as propostas de intervenção. De acordo com características sociodemográficas prévias dos interlocutores (idade, género, nível de escolaridade, profissão, residência e não residência no centro histórico), a composição diferenciada entre eles levou-nos ao confronto de pers-

³ Para informações mais específicas sobre o Estudo (configuração institucional, equipa de trabalho, objetivos, metodologia e resultados), consultar AAVV (2012).

petivas. Coligimos discursos de interlocutores do poder político local, técnicos superiores autárquicos e promotor do Estudo; de moradores e não moradores no CHG, ambos residentes no concelho, e empresários e comerciantes da cidade. Assumiu-se a relativa homogeneidade dos grupos, sem com tal garantir os consensos e/ou as diferenças de pontos de vista, mas, antes de mais, a possibilidade da abordagem comparativa entre aqueles⁴.

A fase 2 teve como objetivo principal elaborar o diagnóstico sociodemográfico dos moradores e não moradores do CHG e os seus modos de relação com este território, sem esquecer a área classificada como Património Mundial, o projeto Capital Europeia da Cultura 2012 (CEC 2012) e a cidade/concelho. Tal exigiu-nos i) caracterizar o perfil sociodemográfico dos moradores e não moradores do CHG; ii) fazer o levantamento das representações desta população-alvo face ao CHG; iii) inventariar potencialidades e dificuldades subjacentes à requalificação do CHG, à animação social e cultural do território, às vivências quotidianas do CHG; e iv) inventariar junto daqueles propostas de intervenção no CHG numa relação estreita com a CEC 2012 e o projeto da cidade.

Centrámo-nos nos indivíduos moradores e não moradores do CHG. Porém, e com vista a uma maior exploração das potencialidades da análise – dado que a observação inicial do território nos confrontava com diversos atores – diferenciou-se esta população-alvo num conjunto de quatro categorias: i) moradores do CHG; ii) moradores do CHG com atividade no CHG; iii) não moradores com atividade no CHG; e iv) não moradores (frequentadores) do CHG. O critério estruturante foi o da atividade exercida e da residência no CHG.

Na medida em que era nossa intenção obter um conjunto de informações de carácter exploratório, não assumimos categorias rígidas para definir o tamanho e composição amostral. A inexistência de bases amostrais com o número de residentes no CHG reforçou este nosso pressuposto qualitativo. Optou-se por realizar o processo de inquirição percorrendo as ruas residenciais do CHG com base no mapa oficial da Câmara Municipal de Guimarães (CMG) e concretizando uma abordagem em “bola de neve”. As nossas deambulações pelo terreno permitiram reunir uma amostra total de 101 indivíduos distribuídos da seguinte forma: i) 46 moradores do CHG (moradores das freguesias de Oliveira do Castelo, São Paio e S. Sebastião); ii) 10 moradores do CHG com atividade no CHG; iii) 26 não moradores com atividade no CHG; e iv) 19 não moradores (frequentadores) do CHG.

A abordagem ao território foi exploratória e qualitativa. Privilegiámos a confluência entre o inquérito por questionário, a observação direta e as conversas informais no terreno, para além da análise de fontes documentais, descritivas, dispersas e de enquadramento monográfico do território em análise. Orientámo-nos pelo vaivém entre os pres-

⁴ Para confronto com o desenho metodológico e com os resultados dos grupos focais, ver Azevedo; Praça (2012).

supostos teóricos e a prática da investigação, sem obliterar a relatividade dos contextos sociais e dos atores neles presentes, os condicionalismos temporais e institucionais da abordagem ao objeto e as disponibilidades individuais e simbólicas dos atores com quem abordámos as temáticas em análise.

O inquérito permitiu-nos reunir alguns indicadores sociodemográficos e abrir uma perspetiva macrossociológica quanto aos discursos sobre o CHG. Assumiu um desenho formal semiestruturado (ver Anexo I): equilibrou-se um conjunto de possibilidades de resposta baseadas nas questões levantadas pela realização dos grupos focais com as possibilidades abertas de resposta. O interesse era o de obter, nesta abordagem de pré-teste ao questionário, novas categorias de resposta não apreendidas.

Os registos de observação direta foram de encontro à necessidade de complementar a informação sobre as dinâmicas desenvolvidas no CHG, com uma descrição de dimensões espaço-temporais e informações acerca dos atores sociais e respetivo contexto interativo. Descreveu-se a forma como se apresentava a população-alvo no espaço, respetivas modalidades de apropriação do espaço e interações sociais, fluxos de públicos e tipo de rotinas/regularidades existentes. De outra forma, salientámos categorias de análise como: a) cenário das práticas culturais (coordenadas temporais e coordenadas espaciais); b) atores sociais (perfil tipo, modos de apresentação, modalidades de interação); c) linguagem cinética; d) relação com o espaço físico e tipo de atividades. No Anexo II encontramos um exemplo dos usos descritivos de tais registos anotados em grelha de observação.

Os périplos pelo CHG foram sempre acompanhados pelo suporte da imagem. Os registos fotográficos, abertos e focalizados nos espaços públicos, traduziram os potenciais usos sociológicos da fotografia: um instrumento de catalogação, seletiva e direcionada, de fragmentos dos espaços públicos e das interações desenhadas.

Complementarmente, as deambulações físicas pelo terreno permitiram reunir um conjunto de trechos de discursos informais proferidos pelos interlocutores no momento da aplicação do inquérito. A riqueza e a pertinência de tais testemunhos foram devidamente anotadas em diário de campo e reforçaram a necessidade de configurarmos na fase 3, e como estratégia de ação futura, entrevistas em profundidade aos atores sociais residentes no CHG.

Figura 1 – Rua do Retiro, Guimarães



Fonte: Registos fotográficos em diário de campo (janeiro 2012)

2. Pontos de chegada: das proximidades e distâncias face ao Centro Histórico de Guimarães

Um dos objetivos primordiais foi o de descrever quem são os moradores do CHG numa perspetiva de caracterização sociodemográfica. Categorias como idade, sexo, escolaridade, profissão, classe social, estado civil, naturalidade e local de residência (freguesia) foram por nós isoladas para identificar alguns padrões em cada um dos grupos de indivíduos inquiridos, particularmente os moradores, os indivíduos com atividade no CHG (moradores ou não) e os frequentadores do CHG (sem qualquer relação habitacional ou laboral com o CHG). Expõem-se algumas dimensões específicas de cada um destes grupos, em termos de representações específicas sobre o CHG, cruzando-as com as virtualidades, ainda que limitadas, das nossas incursões etnográficas pelo território.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos inquiridos (%)

Indicador sociodemográfico		Relação com o CHG		
		Moradores (n=56) [com e sem atividade no CHG]	Inquiridos com atividade no CHG (n=36) [moradores e não moradores]	Frequentadores do CHG (n=19)
Idade por intervalos etários	15-20	-	2,8	10
	21-30	4	25	5
	31-40	5	25	42
	41-50	5	13,8	16
	51-60	34	19,5	11
	>60	52	13,8	16
Sexo	Masculino	34	22	73,7
	Feminino	66	78	26,3
Escolaridade	Nenhuma	14,3	2,7	-
	1.º ciclo	44,6	11,1	15,8
	2.º ciclo	7,1	8,3	15,8
	3.º ciclo	14,3	33,3	15,8
	Ensino Secundário	8,9	33,3	31,6
	Ensino Superior	10,7	11,1	21,1
Classe Social*	BEP	-	-	15,8
	BD	1,9	-	-
	BP	3,7	16,7	-
	PBIC	10,8	2,8	15,8
	PBTEI	5,4	5,5	15,8
	PBE	19,7	27,8	10,5
	PBEP	3,7	-	10,5
	PBIP	21,5	30,5	-
	PBPA	16,0	11,1	5,3
	OI	17,3	-	10,5
OP	-	5,6	15,8	

*** Legenda:**

BEP - Burguesia Empresarial e Proprietária

BD – Burguesia Dirigente

BP – Burguesia Profissional

PBIC - Pequena Burguesia Intelectual e Científica

PBTEI – Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento Intermédio

PBE – Pequena Burguesia de Execução

PBEP – Pequena Burguesia de Execução Pluriativa

PBIP – Pequena Burguesia Independente e Proprietária

PBPA – Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada

OI – Operariado Industrial

OP - Operariado Pluriactivo

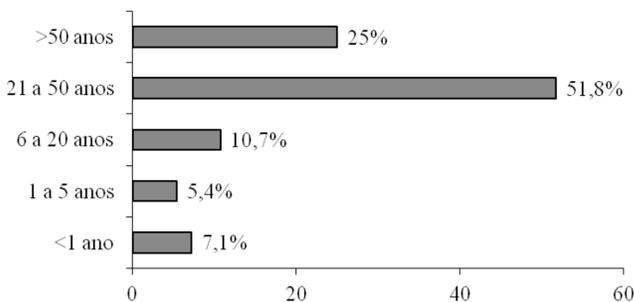
2.1. Os moradores do Centro Histórico de Guimarães

As deambulações pelo terreno permitiram perceber que se trata de uma população tendencialmente envelhecida, que se encontra só no momento da inquirição e que sugere algum isolamento nas vivências residenciais do quotidiano.

Não estou a ver ninguém com menos de 60 anos a morar aqui. As casas aqui estão vazias e não há jovens. [Moradora no CHG, 67 anos, Oliveira do Castelo]

Entre os 56 moradores do CHG inquiridos (10 dos quais com atividade no CHG) cerca de 52% tem mais de 60 anos e 34% encontra-se entre os 51 e os 60 anos de idade. Apenas 14% dos moradores inquiridos se encontra na faixa etária dos 21 aos 50 anos. É uma população com um forte traço de feminização: as mulheres representam 66% do total de moradores inquiridos. Tal poderá associar-se ao momento de aplicação do inquérito (período laboral, com a dona de casa disponível para responder) mas, de igual modo, e numa população tendencialmente envelhecida, a regularidades demográficas como a diferença entre a esperança média de vida feminina e masculina (maior entre as mulheres) e a prevalência de viúvas idosas em Portugal.

Figura 2 – Tempo de residência no CHG (n = 56)



Parte significativa destes indivíduos residiu desde sempre no CHG e quase todos eles na mesma casa, tal como frequentemente referiram nos discursos informais paralelos ao preenchimento do inquérito. 51,8% dos moradores reside no CHG há mais de duas décadas; 25% há mais de 50 anos. O ter nascido e vivido sempre no CHG é uma constatação feita pelos próprios: associam o período de residência à idade e reforça-se o pressuposto de que desde sempre lá moraram. O tempo longo de permanência no CHG deve-se a razões como a *proximidade das facilidades do centro* e os *motivos pessoais* (vir morar para a casa do cônjuge depois do casamento ou usufruir de uma

herança familiar). O *encantamento pela zona nobre da cidade*, as *sociabilidades e vizinhança*, a *arquitetura e historicidade do local* e o *estilo de vida do CHG reabilitado* são outras razões, ainda que menos centrais nos universos discursivos dos moradores. A razão *acesso à cultura e animação do CHG* não foi selecionada por nenhum dos moradores inquiridos.

Tabela 2 – Razão para morar no CHG – mais do que uma opção possível (n = 56)

Razão	Frequências absolutas
Ter nascido/vivido sempre aqui	32
Proximidade das facilidades do centro	17
Motivos pessoais (ex. casamento ou herança)	8
Encantamento pela zona nobre da cidade	4
Sociabilidades e vizinhança	3
Arquitetura e historicidade do local	3
Estilo de vida do CH reabilitado	2

Esta mesma população situa-se nos níveis mais baixos de escolaridade. Os inquiridos com o 1.º ciclo do ensino básico ou nenhuma escolaridade representam mais de metade da amostra de moradores (58,9%). Esta tendência é correlativa da idade dos inquiridos, pertencentes a uma geração em que a escolaridade ia frequentemente no máximo até à “4.ª classe”. Refira-se, porém, a relativa presença dos inquiridos com o 3.º ciclo do ensino básico (14,3%) e o ensino superior (10,7%), o que traduz a trajetória da escolaridade obrigatória e as escolhas face à prossecução dos estudos entre os grupos etários mais jovens.

Do ponto de vista das suas pertenças de classe social, situamos estes 56 moradores na *pequena burguesia independente e proprietária* (PBIP) (21,5%), em parte por efeito dos inquiridos moradores com atividade no CHG: são estes que protagonizam lógicas profissionais de comércio local (*o seu próprio negócio*); como tal, são trabalhadores por conta própria. Encontramos também um conjunto de inquiridos classificados como *pequena burguesia de execução* (PBE) (19,7%) nos quais se incluem, predominantemente, trabalhadores executantes do setor terciário e dos serviços. Para além destas, é representativo o *operariado industrial* (OI) (17,3%), onde se destacam os operários da indústria têxtil e do calçado. Pode dizer-se que os moradores do CHG pertencem às posições intermédias e tendencialmente mais baixas da estrutura de classes sociais.

Durante a aplicação do inquérito foi ainda possível dar conta de um conjunto de indivíduos que moraram mas já não moram no CHG. Destes 8 inquiridos, 5 declaram razões pessoais como as explicativas da sua saída. Porém, a *degradação da habitação*, o *barulho da animação* e a *falta de segurança* são também apontados. São valores pouco expressivos, dada a amplitude amostral da fase exploratória do estudo; no entanto, não devem deixar de ser tidos em consideração já que outros dados resultantes do inquérito apon-

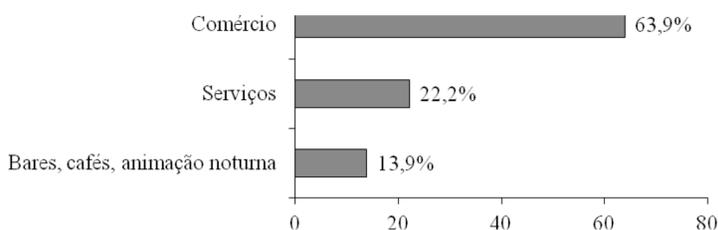
tam para tendências nesse sentido. Nos próprios diálogos informais que a dado momento se estabeleceram, situámos expressões como:

Isto é bom é para o turismo. Para morar não! Eu se pudesse sair daqui saía. [Moradora no CHG, 38 anos, Oliveira do Castelo]

2.2. Os inquiridos com atividade e os frequentadores do Centro Histórico de Guimarães

O total de inquiridos com atividade profissional no CHG corresponde a 35,6% da amostra. Destes 36 inquiridos, 27,7% são moradores com atividade no CHG. São indivíduos do sexo feminino (78%), envolvidos na área do comércio, proprietários do seu negócio/da sua loja. Pode dizer-se que o comércio é a sua atividade principal: regista 63,9% de casos, seguindo-se os serviços (22,2%) e a área de atividade dos bares, cafés e animação noturna (13,9%). Estão socialmente situados na *pequena burguesia independente e proprietária* (PBIP) (30,5%) – são comerciantes proprietários das suas próprias lojas. Predomina ainda a *pequena burguesia de execução* (PBE) (27,7%), trabalhadores do terciário, facto que está intimamente associado à predominância de inquiridos envolvidos na área do comércio. Há ainda uma parte significativa de *burguesia profissional* (BP) (16,6%), o que corresponde aos técnicos e profissionais de nível intermédio isolados.

Figura 3 – % de Inquiridos por área de atividade (n = 36)



A dispersão de idades encontra-se entre os indivíduos que exercem atividade no CHG. Porém, é possível verificar que 25% dos mesmos se encontra entre os 21 e os 30 anos, o que sugere uma tendência relativamente jovem deste grupo, e 25% entre os 31 e os 40 anos. As franjas mais envelhecidas deste conjunto de inquiridos representam ainda uma parte significativa dos trabalhadores no CHG (13,8% com mais de 60 anos).

Esta categoria de inquiridos, ao ser um grupo mais jovem, é um grupo com um maior prolongamento da escolaridade: 33,3% com o 3.º ciclo do ensino básico (9.º ano de escolaridade) e 33,3% com o ensino secundário (12.º ano).

Qual o perfil dos indivíduos que apenas frequentam espaços do CHG? No quadro da nossa amostra (19), são principalmente indivíduos entre os 31 e 40 anos de idade (42%) e do sexo masculino (73,7%). O caráter exploratório do questionário e a sua aplicação em horário diurno relativizam estes traços, dado que não captam eventuais camadas juvenis que tendem a concentrar-se à noite nos bares e cafés. A escolaridade destes sujeitos, por seu turno, aponta para valores significativos de níveis de qualificações mais elevados. Destacam-se os inquiridos com o ensino secundário (31,6%) e com frequência universitária (21,1%).

A classificação destes indivíduos em termos de classe social permite dar conta da sua diversidade. Não existe nenhum padrão que se evidencie; porém, entre os valores mais expressivos (15,8%), ressalta um segmento de profissões mais qualificadas respeitante à *pequena burguesia técnica de enquadramento intermédio* (PBTEI) e *pequena burguesia intelectual e científica* (PBIC). Com os mesmos valores se salientam a *burguesia empresarial e proprietária* (BEP) e o *operariado pluriactivo* (OP).

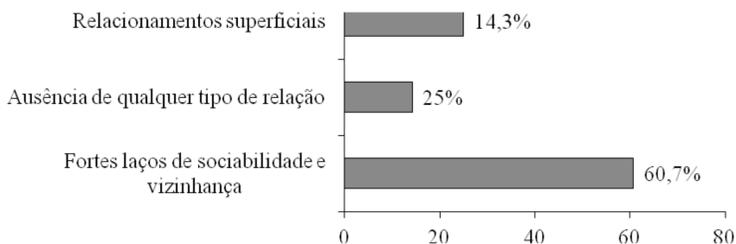
2.3. Discursos e práticas sobre o Centro Histórico de Guimarães

Morar e trabalhar no CHG

Entre os 56 moradores, as interações quotidianas caracterizam-se por *fortes laços de sociabilidade e vizinhança* (60,7% dos inquiridos assim o refere), ainda que 25% dos moradores considere serem apenas *relacionamentos superficiais* e 14,3% refere mesmo que *não existe qualquer tipo de relação* entre moradores. Os registos de observação direta e, em particular, os discursos informais dos moradores revelam algumas destas lógicas de sociabilidade local: os aglomerados de vizinhos que conversam à porta de suas casas, o cumprimento matinal em voz alta na rua, o sentido de comunidade nas afirmações que a dado momento proferem:

Gosto de me reunir na coletividade da minha rua, que é uma forma de convivermos entre os moradores, tomarmos qualquer coisa todos juntos. Gosto da festa do Corpo de Deus que a coletividade organiza, onde temos muitas flores nesta rua! [Moradora no CHG, 60 anos, Oliveira do Castelo]

Figura 4 – Caracterização das sociabilidades entre moradores (n = 56)



Já quanto aos inquiridos com atividade, os discursos sobre o impacto da regeneração urbana na sua atividade laboral traduzem a falta de consensualidade: 44% dos sujeitos considera que aquela não teve impacto na atividade comercial/serviços e 56% avalia-a como maioritariamente positiva. Apesar das percepções tenderem para um padrão mais otimista, é ainda significativa a proporção de indivíduos que não deteta mudanças na sua atividade.

Quando explicitam as suas percepções, as mais positivas destacam os benefícios trazidos pela maior atração de público ao CHG (65% em 20 inquiridos). É também expressiva a proporção de inquiridos que menciona o aumento do turismo como consequência da intervenção urbanística (25%), considerando que tal tem efeitos benéficos para os vendedores/profissionais dos serviços no CHG. Encontram-se ainda expressões que vão de encontro à seguinte ideia: esta intervenção suscitou uma maior *vontade de exporem o seu trabalho* (5%) e tornou o ambiente comercial *mais agradável à vista das pessoas* (5%). Em contrapartida, entre os 16 que admitem não ter detetado nenhum efeito proporcionado pela regeneração do CHG, a grande maioria refere que *não sentiu nenhuma diferença*. Entre eles, 7% especifica que não foi a regeneração urbana que produziu efeitos, mas sim o investimento no próprio estabelecimento comercial que trouxe benefícios.

As conversas informais com alguns dos comerciantes destacam aspetos que consideram ser prejudiciais para o comércio do CHG: as cargas e descargas de mercadoria, que se tornam difíceis pelo facto de serem ruas estreitas, e a ausência de estacionamento no CHG. Tal leva à rápida descarga da mercadoria cometendo infração (veículo em cima do passeio) e conjuga-se com uma certa falta de tolerância da polícia para essa situação:

Há uma falta de tolerância da polícia municipal para os comerciantes locais no que respeita às cargas e descargas – já multaram (e ameaçaram multar) os distribuidores por encostarem os veículos em cima do passeio para descarregar mercadoria – já perdemos encomendas e tivemos que esperar mais uma semana para o fornecedor voltar. [Não morador com atividade no CHG, 33 anos, São Faustino]

Associado a este problema são também frequentes os discursos que apontam no sentido da necessidade de criação de estacionamento para atrair pessoas para o CHG:

A falta de estacionamento prejudica fortemente os comerciantes que nesse aspeto não podem competir com os centros comerciais. Deveria criar-se uma solução de estacionamento mais próxima do CHG para dar essa possibilidade de escolha às pessoas.
 [Não morador com atividade no CHG, 33 anos, São Faustino]

Relacionar-se com o CHG

Nos modos de relação com o CHG, a frequência com que todos os inquiridos (101) visitam os espaços públicos do CHG varia de acordo com a sua relação com o mesmo. É entre os apenas moradores que se registam os valores mais elevados de frequência diária dos seus espaços públicos (50,7%), enquanto os não moradores com atividade no CHG têm uma frequência diária em 29,8% dos casos. Dadas as conversas tidas com os moradores, o quotidiano de grande parte deles é estruturado em torno dos espaços do CHG, vivenciando-os de forma intensiva e sistemática. Já entre os não moradores e sem atividade verifica-se uma maior predominância dos que visitam os espaços públicos desta zona da cidade menos vezes. Esta tendência poderá dever-se à frequência destes indivíduos enquanto visitantes, a título de passeio ou convívio e fazendo-o ao fim de semana.

Tabela 3 – Frequência dos espaços públicos do CHG por relação com o CHG

Frequência com que visita os espaços públicos do CHG		Relação com o CHG				TOTAL
		Apenas morador	Morador com atividade no CHG	Não morador com atividade no CHG	Não morador	
Todos os dias	n	34	10	20	3	67
	%	73,9	100,0	76,9	15,8	66,3
>3 vezes por semana	n	6	-	3	2	11
	%	13,0	-	11,5	10,5	10,9
<3 vezes por semana	n	4	-	-	10	14
	%	8,7	-	-	52,6	13,9
Esporadicamente	n	2	-	1	4	7
	%	4,3	-	3,8	21,1	6,9
Nunca	n	-	-	2	-	2
	%	-	-	7,7	-	2,0

Quanto ao tipo de espaços frequentados também é possível situar alguns pontos de chegada. Desde logo, no que diz respeito ao comércio, verifica-se que a proporção entre os que habitualmente frequentam o comércio e os que não o fazem é relativamente próxima (57% e 43%, respetivamente). Já a restauração apresenta uma percentagem de

frequência relativamente baixa quando comparada com os que não frequentam os restaurantes (32% contra 68%, respetivamente). Os museus, monumentos e locais de cultura, por sua vez, registam uma frequência menos elevada (24%). Com uma frequência elevada apresentam-se ainda as praças e jardins públicos (66%) e os bares, cafés e animação noturna (57%).

A análise destas categorias por tipo de relação com o CHG permite captar alguns padrões. Há uma prevalência dos moradores face aos não moradores no que respeita à frequência do comércio local do CHG. São os moradores que declaram realizar o seu comércio no interior do CHG. Os não moradores não o fazem, segundo os comerciantes locais, porque consideram o comércio pouco atrativo e o estacionamento difícil; realizam as suas compras nas grandes superfícies. Entre os moradores, uma parte substancial declara não frequentar a restauração: é, como assinalam informalmente, *demasiado caro para os seus rendimentos*. São os não moradores (com e sem atividade no CHG) os que mais frequentam os bares, cafés e animação noturna (53,4%), entre eles os mais jovens (15 a 20 anos e 21 a 30 anos). Por outro lado, nos museus, monumentos e locais de cultura não se encontram categorias que se destaquem, o que nos leva a pensar que, num outro contexto de inquirição, justificar-se-ia a exploração mais aprofundada do perfil de visitante que habitualmente frequenta estes espaços de cultura (por exemplo, turistas).

Tabela 4 – Frequência dos espaços do CHG por tipo de espaço e relação com o CHG

Tipo de espaço		Relação com o CHG				TOTAL
		Apenas morador	Morador com atividade no CHG	Não morador com atividade no CHG	Não morador	
Comércio	n	32	5	12	9	58
	%	69,6	50,0	46,2	47,4	57,4
Restauração	n	7	2	11	12	32
	%	15,2	20,0	42,3	63,2	31,7
Bares, cafés e animação noturna	n	23	4	14	17	58
	%	50,0	40,0	53,8	89,5	57,4
Museus, monumentos e locais de cultura	n	9	3	7	5	24
	%	19,6	30,0	26,9	26,3	23,8
Praças e Jardins Públicos	n	30	8	20	9	67
	%	65,2	80,0	76,9	47,4	66,3

O inquérito realizado visava ainda apurar uma série de representações acerca do CHG, a partir de uma escala de posicionamento face a um conjunto de afirmações (tabela 7). À primeira afirmação A) *O CHG é o principal símbolo da cidade de Guimarães*, as respostas permitiram concluir sobre o elevado sentimento de identidade vimaranense associado ao CHG, considerando-o como um espaço de excelência para os cidadãos de Guimarães (67,3% concorda totalmente e 17,8% concorda).

Em segundo lugar, e de acordo com os discursos recolhidos aquando da realização dos grupos focais, a falta de limpeza do CHG apresentava-se como um problema. Apesar de 48,5% dos agora inquiridos discordar totalmente da afirmação B) *O CHG poderia ser um local mais limpo*, 37,7% dos inquiridos pendem para opiniões de concordância, parcial e total, com a afirmação. As conversas informais com os inquiridos reforçam tal posição:

Deveriam colocar recipientes de lixo para cigarros. [Não morador com atividade no CHG, 53 anos, Urgeses]

Há uma falta de civismo para a preservação do centro histórico. Por exemplo, as pessoas continuam a pôr o lixo na rua demasiado cedo. Já avisaram que não se pode pôr lixo cá fora ao sábado, e as pessoas continuam a pôr. [Moradora no CHG, 54 anos, Oliveira do Castelo]

As ruas estão sujas, as pessoas não têm educação nenhuma. [Morador no CHG, 74 anos, Oliveira do Castelo]

Estes discursos reforçam as opiniões face à afirmação D) *As pessoas têm uma falta de cultura cívica relativamente à necessidade de preservação do CHG*: 38,6% dos inquiridos concordam totalmente. Por sua vez, as opiniões relativas à *animação cultural do CHG ser satisfatória* (C) são, de algum modo, difusas, apesar de tenderem a revelar-se mais positivas (27,7% concorda e 29,7% concorda totalmente). 38,6% dos inquiridos revela discordância face à afirmação, como se revê nas seguintes afirmações obtidas no terreno:

Não há nada para divertir os idosos. [Morador no CHG, 77 anos, S. Sebastião]

Falta mais animação para os idosos durante o dia. [Moradora no CHG, 76 anos, São Paio]

É demasiado noturna, faltam acontecimentos diurnos. [Não morador com atividade no CHG, 53 anos, Urgeses]

Não dão oportunidade aos jovens talentos de Guimarães. [Não morador no CHG, 21 anos, Costa]

Faltam atividades portuguesas. [Não morador com atividade no CHG, 39 anos, Costa]

As razões mais apontadas para esta insatisfação com a animação cultural são: a oferta é pouco diversa, é demasiado sazonal e está demasiado centrada num só local.

Tabela 5 – Fatores de insatisfação com a animação cultural do CHG (n = 41)

Fator de insatisfação	Frequências absolutas
A oferta é pouco diversa	31
É demasiado sazonal	23
É demasiado centrada num só local	18
O barulho prejudica os moradores	12
Faltam pequenos acontecimentos artísticos	12
Há uma falta de envolvimento das pessoas nas atividades culturais	9
Não vai de encontro aos meus gostos pessoais	9
O ambiente e as pessoas não de agradam	-
Outro(s)	6

Um outro eventual fator de insatisfação relaciona-se com o facto de a animação prejudicar os moradores: 33,7% concorda totalmente com a afirmação F) *A dinamização noturna do CHG é prejudicial para os seus moradores (ex. barulho).*

A animação? É só barulho e poucas vergonhas! [Moradora no CHG, 75 anos, Oliveira do Castelo]

Bares deveriam fechar mais cedo ou policiamento depois da hora do fecho. [Moradora no CHG, 34 anos, Oliveira do Castelo]

Unimo-nos os moradores e atiramos água pela janela abaixo. [Moradora no CHG, 74 anos, Oliveira do Castelo]

O problema é que depois dos bares fecharem as pessoas permanecem aqui e falam alto... Dão pontapés nas coisas... Andam à pancada, tocam à porta, chamam palavrões... [Moradora no CHG, 64 anos, Oliveira do Castelo]

O problema não são os bares, isso eu até não me importo... O problema é que depois dos bares fecharem eles ficam cá fora todos bêbados e estragam tudo e é barulheira. E a polícia nem aparece nem faz nada. [Moradora no CHG, 61 anos, Oliveira do Castelo]

Isto à sexta e ao sábado é uma barulheira impossível. Uma vez, até quase que deu um AVC a uma senhora que foi um susto. Ninguém imagina o que nós aqui passamos.
[Moradora no CHG, 60 anos, Oliveira do Castelo]

Isto à noite é uma pouca vergonha! E a polícia diz que não tem poderes para atuar.
[Moradora no CHG, 68 anos, São Paio]

O problema da iluminação deficitária no CHG destacado nos grupos focais não encontra eco entre os inquiridos: 55,4% dos inquiridos discorda totalmente da afirmação G) *A iluminação noturna do CHG é deficitária*; como também 53,5% dos inquiridos discorda totalmente da afirmação J) *O CHG pode ser considerado um local inseguro*.

Quanto ao produto final da regeneração do CHG – H) *A reabilitação dos edifícios do CHG melhorou o seu aspeto arquitetónico* – encontra-se uma certa contradição entre o que é respondido nesta questão e o que é apontado nas respostas de caráter aberto sobre o que mudariam no CHG. Se na questão de posicionamento 59,4% dos inquiridos refere concordar totalmente com a expressão apresentada, quando explicitam as suas posições o desagrado é manifesto:

O Toural não tem abrigo para a chuva no inverno e não tem sombra para o calor do verão. [Morador no CHG, 54 anos, Oliveira do Castelo]

O Toural é um deserto... No verão com o calor não há sombra e se chover também não há abrigo. Faltam árvores e jardim... Gostava mais como estava, sou sincero.
[Morador no CHG, 69 anos, Oliveira do Castelo]

As obras foram só fachada, por dentro está tudo igual, uma miséria. [Morador no CHG, 79 anos, Oliveira do Castelo]

No Toural falta alguma coisa assim mais histórica. Algo que seja da nossa cidade... Ou uma estátua de D. Afonso Henriques ou alguma coisa assim. [Morador no CHG, 57 anos, Oliveira do Castelo]

Tive pena que tirassem a Maria da Fonte e as tulipas do Toural. Estava tão bonito. Era lindíssimo... Agora está feio. Eu acho. [Moradora no CHG, 68 anos, São Paio]

Eu penso que a remodelação deveria ter sido mais modesta. O impacto foi muito forte e isso nem sempre é bom. Foi mudar do dia para a noite. [Não morador com atividade no CHG, 54 anos, Porto]

O mesmo se passa quanto à afirmação M) *O CHG é atrativo para a fixação de moradores*. 25,7% e 39,6%, respetivamente, concordam e concordam totalmente; informalmente, referem os inquiridos, a não atratividade do CHG para a fixação de moradores reside no barulho causado pela animação noturna, na degradação interior e exterior dos edifícios de habitação, na reabilitação dispendiosa e no custo elevado das habitações recuperadas. Torna-se limitado o campo de possíveis quanto à permanência dos atuais moradores e à atração de novos moradores.

O problema é que as casas aqui são muito caras e não há movimento nenhum. [Moradora no CHG, 50 anos, Oliveira do Castelo]

Quanto às afirmações K) *Os estabelecimentos comerciais deveriam abrir ao fim de semana e à noite* e L) *A oferta do CHG em termos de comércio e serviços é suficiente* as posições são as seguintes: há uma forte dispersão na primeira (dificuldade em equilibrar o direito ao descanso dos comerciantes e a necessidade de dinamizar o comércio local para atrair mais visitantes), ainda que com 30,7% de inquiridos a discordar totalmente da afirmação; e uma relativa consensualidade na segunda (31,7% concorda e 36,6% concorda totalmente). Tal sugere a necessidade de reestruturação da atividade comercial e de serviços local. O trecho abaixo apresenta uma sugestão:

Num centro histórico num contexto de Capital da Cultura deveria haver porta sim porta não vários ateliês de arte. Há muito pouca oferta. [Não morador com atividade no CHG, 54 anos, Porto]

Referimos, ainda, o posicionamento dos sujeitos face a Guimarães Capital da Cultura 2012 com as seguintes afirmações: E) *O evento “Guimarães Capital da Cultura” trará uma oportunidade de afirmação da cidade internacionalmente*; I) *O evento “Guimarães Capital da Cultura” será uma experiência positiva para todos os vimaranenses*; e N) *O CHG da cidade está preparado para receber o evento “Guimarães Capital da Cultura”*. Para todas estas afirmações há, de facto, uma elevada percentagem de total concordância com todas elas, registando-se expectativas positivas face ao evento: 69,3%, 70,3% e 74,3%, respetivamente.

Tabela 6 – Posicionamento face às afirmações sobre o CHG (%) (n = 101)

Afirmação	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
A) O CHG é o principal símbolo da cidade de Guimarães.	3	8,9	3	17,8	67,3
B) O CHG poderia ser um local mais limpo.	48,5	11,9	2	13,9	23,8
C) A oferta de animação cultural desta zona da cidade é satisfatória.	11,9	26,7	4	27,7	29,7
D) As pessoas têm uma falta de cultura cívica relativamente à necessidade de preservação do CHG.	19,8	12,9	5,9	22,8	38,6
E) O evento “Guimarães Capital da Cultura” trará uma oportunidade de afirmação da cidade internacionalmente.	3	5	3	19,8	69,3
F) A dinamização noturna do CHG é prejudicial para os seus moradores (ex. barulho).	18,8	16,8	6,9	23,8	33,7
G) A iluminação noturna do CHG é deficitária.	55,4	20%	1%	13,9	9,9
H) A reabilitação dos edifícios do CHG melhorou o seu aspeto arquitetónico.	5,9%	5%	6,9%	22,8%	59,4
I) O evento “Guimarães Capital da Cultura” será uma experiência positiva para todos os vimeiraneses.	3%	3%	6,9%	16,8%	70,3
J) O CHG pode ser considerado um local inseguro.	53,5	16,8	5,9	11,9	11,9
K) Os estabelecimentos comerciais deveriam abrir ao fim de semana e à noite.	30,7	12,9	14,9	18,8	22,8
L) A oferta do CHG em termos de comércio e serviços é suficiente.	9,9	15,8	5,9	31,7	36,6
M) O CHG é atrativo para a fixação de moradores.	18,8	12,9	3	25,7	39,6
N) O CHG da cidade está preparado para receber o evento “Guimarães Capital da Cultura”.	5	1	5,9	13,9	74,3

Quando confrontados com a enunciação dos três aspetos mais positivos/que mais gostam no CHG e menos positivos/que mudariam no CHG, os resultados são os seguintes: i) as pessoas e sociabilidades, a arquitetura, o Largo da Oliveira, a tradição, a Praça Santiago e o Tournal são os mais positivamente enunciados; ii) o barulho, a falta de policiamento, a degradação das casas, a falta de estacionamento e o vandalismo, a desertificação e a reabilitação são os mais negativamente enunciados.

Face ao exposto, e dadas as deambulações exploratórias que realizámos, diríamos que os principais pontos de chegada deste mapeamento sociológico são os seguintes: i) a feminização, o envelhecimento e a pouca escolarização da população de moradores do CHG; ii) a permanência dos moradores no CHG, dado que sempre lá viveram; iii) a forte valorização dos atores locais e sociabilidades quotidianas no CHG; iv) a forte valorização do CHG enquanto símbolo da identidade vimaranense; v) as expectativas positivas face às novas possibilidades abertas por Guimarães 2012. Num outro sentido, i) o barulho e vandalismo decorrente da animação noturna como questão problemática que suscita desagrado aos moradores, entre eles os idosos; ii) a necessidade de mais policiamento após o encerramento dos bares noturnos; iii) a necessidade de maior dinamização da atividade comercial do CHG com intervenções que o favoreçam; iv) o atender às necessidades da comunidade local do ponto de vista da animação cultural, ainda significativamente insatisfatória; e v) o sentimento de que se intervém mais para agradar os que são de fora do que os moradores.

De acordo com as constatações apresentadas e tendo em conta a componente interventiva que o projeto visava foram propostas, a título exploratório, algumas atividades.

Tabela 7 – Plano de Ação proposto pela Equipa de Sociologia

MEDIDAS	OBJETIVOS	PROJETOS/ATIVIDADES
<p>I. Aprofundar o conhecimento acerca da população residente e não residente do CHG.</p>	<p>1. Perceber necessidades, aspirações e expectativas dos moradores e não moradores do CHG para uma melhor intervenção sobre este espaço.</p>	<p>A. Alargar a administração do inquérito a mais interlocutores nos diferentes estatutos considerados (moradores, não moradores, turistas, comerciantes, jovens...).</p>
		<p>B. Desenvolver entrevistas em profundidade aos moradores.</p>
		<p>C. Dar sequência aos registos de observação direta dos espaços públicos e da programação prevista nestes espaços pela CEC.</p>
<p>II. Intervir ao nível da segurança no CHG</p>	<p>2. Melhorar o sentimento de segurança por parte dos moradores</p>	<p>A. Implementar o policiamento após encerramento dos bares.</p>
<p>III. Dinamizar o comércio do CHG</p>	<p>3. Atrair mais e mais diversificados produtos/serviços para o CHG, assim como mais consumidores.</p>	<p>A. Criar mais opções de estacionamento ou informar sobre as melhores opções de estacionamento à população.</p>
		<p>B. Promover <i>workshops</i> de empreendedorismo e comércio tradicional local.</p>
<p>IV. Proporcionar uma vida mais ativa no CHG e dinamizar os espaços do CHG</p>	<p>4. Dinamizar o CHG para os moradores mais idosos e estimular a produção artística no CHG; rentabilizar os espaços abandonados para criar dinamismo suscitando a satisfação dos que lá moram e o interesse por parte dos que estão de fora.</p>	<p>A. Promover atividades diurnas com a população moradora que não se sente devidamente integrada nos programas de animação (constituir um grupo local artístico – ex. "Coro do Centro Histórico de Guimarães").</p>
		<p>B. Arte tradicional com exposições na rua criando espaços no CHG onde os habitantes locais se poderiam inscrever e juntar-se durante o dia para fazer <i>workshops</i> de arte e trabalhos manuais expondo depois os seus trabalhos, fazendo-se cursos e concursos.</p>
		<p>C. Criar um centro de dia no CHG para idosos, patrocinado pela Câmara onde se realizariam este tipo de atividades.</p>

3. Como foram as deambulações sociológicas?

As deambulações que um projeto exige confrontam-nos com virtualidades e obstáculos que importa registar. Desde logo, as habituais dificuldades da abordagem espontânea na rua ou porta a porta exigiram a adoção de uma postura persuasiva para a qual a dimensão relativamente curta do inquérito teve uma enorme importância. Caso contrário, seríamos confrontados com a não resposta. Se o momento de abordagem das pessoas revelou-se por vezes bastante difícil, ainda que o contexto institucional salvaguardasse tal cenário (a FRATERNA e a CMG), a verdade é que quando envolvidos no ato da inquirição, os sujeitos revelaram bastante entusiasmo e interesse. Adotou-se a postura de prolongar a interação social com o inquirido por mais de 20 minutos quando, na realidade, o tempo previsto para a aplicação do inquérito dificilmente passaria os 10 minutos. Tal facto acabou por revelar-se metodologicamente gratificante, pois as conversas informais que conseguimos desenvolver traduziram-se em discursos verdadeiramente enriquecedores para este estudo.

Por outro lado, saliente-se a necessidade de adaptação da linguagem do inquérito e a explicitação de algumas questões dada grande parte dos inquiridos serem idosos e com baixo nível de escolaridade. A este respeito foi imprescindível o preenchimento do questionário pelo investigador, o que exigiu um controlo da sua interferência na construção social do conhecimento: as respostas em situação de interação com o desconhecido tendem a aproximar-se do ‘socialmente desejável’.

Em terceiro lugar, a amplitude exploratória da nossa ação reconfigurou perspetivas de análise que exigem, noutra contexto de pesquisa, o aprofundamento de temáticas através do alargamento da aplicação do questionário a outros moradores e não moradores do CHG e da realização de entrevistas em profundidade a algumas categorias sociais específicas. As deambulações pelo CHG em momentos noturnos, com observações do espaço público em temporalidades não diurnas, são também um instrumento adicional e complementar que, a realizar-se, permite ainda mais diversidade nas leituras do CHG.

Por fim, consideramos o impacto imediato da atividade junto dos atores sociais bastante positivo. Os interlocutores inquiridos, particularmente os moradores e comerciantes do CHG, mostraram-se satisfeitos com a oportunidade de exporem os seus posicionamentos e a expectativa de que os resultados do inquérito dessem de alguma forma voz às suas preocupações. Quase diríamos que as deambulações exploratórias que realizámos adquiriram, nalguns momentos e circunstâncias, traços de investigação orientada para a intervenção sobre o lugar, estimulando a participação cívica dos sujeitos e o sentimento de pertença, responsabilidade e identidade associados ao CHG.

Referências bibliográficas

AAVV (2012), *Paisagem com Cidade e Maçãs Vermelhas. Estudo multidisciplinar Centro Histórico de Guimarães. Projeto de Animação Pedagógica*, Guimarães, FRATERNA – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, coordenação editorial de SETEPÉS.

AZEVEDO, Natália; PRAÇA, Henrique (2012), “Os grupos focais: traços preliminares sobre o Centro Histórico de Guimarães”, in AAVV (2012) – *Paisagem com Cidade e Maçãs Vermelhas. Estudo multidisciplinar Centro Histórico de Guimarães. Projeto de Animação Pedagógica*, Guimarães, FRATERNA – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, coordenação editorial de SETEPÉS, pp. 37-45.

Artigo recebido a 28 de fevereiro de 2013. Publicação aprovada a 20 de junho de 2013.

Anexo I – Inquérito por questionário

Inquérito n.º _____
Entrevistador: _____

Inquérito aos moradores e não moradores do Centro Histórico de Guimarães



Este questionário visa caracterizar o perfil dos moradores e não moradores do Centro Histórico de Guimarães e averiguar as suas opiniões sobre o mesmo. Será assegurada a **confidencialidade** de todas as respostas. Agradecemos a sua colaboração.

A) Relação com o CHG de Guimarães:

1. Apenas morador
2. Morador com atividade no CHG
3. Não morador com atividade no CHG
4. Não morador

1. INQUIRIDOS MORADORES

1.1. Há quanto tempo mora no CHG?

1.2. Tipo de alojamento em que mora:

1. Moradia independente
2. Apartamento numa moradia
3. Apartamento num prédio
4. Quarto independente
5. Outro: _____

1.3. O que o levou a morar nesta zona da cidade?

(poderá escolher mais do que uma opção)

1. Sociabilidades/ vizinhança
2. Ter nascido/vivido sempre aqui
3. Proximidade das facilidades do centro
4. Encantamento pela zona nobre da cidade
5. Acesso à cultura e animação no CHG
6. Arquitetura e historicidade do local
7. Estilo de vida do CHG reabilitado
8. Outra razão: _____

1.4. Como caracteriza as sociabilidades quotidianas entre moradores do CHG?

1. Fortes laços de sociabilidade e vizinhança
2. Relacionamentos superficiais
3. Ausência de qualquer tipo de relação

2. INQUIRIDOS COM ACTIVIDADE NO CHG

2.1. Área de atividade em que está envolvido:

1. Comércio
2. Restauração
3. Bares, cafés, animação noturna
4. Serviços: _____
5. Outra: _____

2.2. Considera que a reabilitação do CHG afetou a atividade comercial/serviços de forma:

1. Maioritariamente positiva
2. Maioritariamente negativa
3. Não teve qualquer impacto

Especifique/Exemplifique por favor: _____

3. INQUIRIDOS NÃO MORADORES

3.1. Já alguma vez morou no CHG?

1. SIM
2. NÃO

3.2. Se SIM, quais os motivos que o levaram a sair?

(poderá escolher mais do que uma opção)

1. Custo da habitação
2. Degradação da habitação
3. Barulho da animação
4. Falta de segurança
5. Outra razão: _____

4. TODOS OS INQUIRIDOS

4.1. Com que frequência visita os espaços públicos do CHG para comércio/serviços/entretenimento ?

1. Todos os dias
2. Mais de 3 vezes por semana
3. Menos de 3 vezes por semana
4. Esporadicamente
5. Nunca

4.2. Que tipo de espaços frequenta?

1. Comércio
2. Restauração
3. Bares, cafés, animação noturna
4. Museus, monumentos e locais de cultura
5. Praças e jardins públicos
6. Outros: _____

B) Representações, discursos e opiniões

1. Indique como se posiciona face às seguintes afirmações:

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
A) O CHG é o principal símbolo da cidade de Guimarães.					
B) O CHG poderia ser um local mais limpo.					
C) A oferta de animação cultural desta zona da cidade é satisfatória.					
D) As pessoas têm uma falta de cultura cívica relativamente à necessidade de preservação do CHG.					
E) O evento "Guimarães Capital da Cultura" trará uma oportunidade de afirmação da cidade internacionalmente.					
F) A dinamização noturna do CHG é prejudicial para os seus moradores (ex. barulho).					
G) A iluminação noturna do CHG é deficitária.					
H) A reabilitação dos edifícios do CHG melhorou o seu aspeto arquitetónico.					
I) O evento "Guimarães Capital da Cultura" será uma experiência positiva para todos os vimeanenses.					
J) O CHG pode ser considerado um local inseguro.					
K) Os estabelecimentos comerciais deveriam abrir ao fim de semana e à noite.					
L) A oferta do CHG em termos de comércio e serviços é suficiente.					
M) O CHG é atrativo para a fixação de moradores.					
N) O CHG da cidade está preparado para receber o evento "Guimarães Capital da Cultura".					

2. Considera que a animação do CHG é satisfatória?

1. SIM 2. NÃO

2.1. Se "NÃO" indique quais os fatores de insatisfação dentro das opções abaixo referidas (poderá escolher mais do que um fator)

1. Não vai de encontro aos meus gostos pessoais
2. A oferta é pouco diversa
3. É demasiado sazonal (muita oferta em certos períodos e pouca ao longo do ano)
4. Está demasiado centrada num só local
5. O ambiente e as pessoas não me agradam
6. Faltam pequenos acontecimentos artísticos
7. Há uma falta de iniciativa e de envolvimento das pessoas nas atividades culturais
8. O barulho prejudica os moradores
9. Outro(s): _____

3. Indique os três aspetos que mais gosta no CHG de Guimarães.

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____

4. Indique os três aspetos que menos gosta e que mudaria no CHG.

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____

C) Caracterização sociodemográfica

1. Sexo: 1. M 2. F
2. Idade: _____
3. Naturalidade: _____

4. Local de residência (freguesia): _____

4. Estado civil (de Facto):

1. Solteiro(a)
2. Casado(a)/ União de Facto
3. Divorciado(a)/ Separado(a)
4. Viúvo(a)

5. Habilitações literárias:

1. Nenhuma
2. 1º ciclo do ensino básico (até ao 4.º ano)
3. 2º ciclo do ensino básico (até ao 6.º ano)
4. 3º ciclo do ensino básico (até ao 9.º ano)
5. Ensino secundário (até ao 12.º ano)
6. Ensino superior (frequência universitária)

6. Condição perante o trabalho do inquirido (situe-se numa das seguintes alíneas e responda às questões).

Ao especificar a profissão evite expressões como 'função pública' e/ou 'militar'.

6.1. Exerce profissão

Qual? _____

Situação na profissão:

- 1) Patrão (mais de 5 trabalhadores)
- 2) Trabalhador por conta própria (até 5 trabalhadores)
- 3) Trabalhador por conta de outrem

6.2. Desempregado

Última profissão: _____

Situação na profissão:

- 1) Patrão (mais de 5 trabalhadores)
- 2) Trabalhador por conta própria (até 5 trabalhadores)
- 3) Trabalhador por conta de outrem

6.3. Reformado

Última profissão: _____

Situação na profissão:

- 1) Patrão (mais de 5 trabalhadores)
- 2) Trabalhador por conta própria (até 5 trabalhadores)
- 3) Trabalhador por conta de outrem

6.4. Executante das tarefas do lar (caso seja casado(a), viva em união de facto ou seja viúvo(a) passe para a pergunta 7; se for solteiro(a), separado(a) ou divorciado(a) passe para a pergunta 8).

6.5. Estudante (passe para a pergunta 8)

7. Condição perante o trabalho do cônjuge (situe-se numa das seguintes alíneas e responda às questões).

Ao especificar a profissão evite expressões como função pública e/ou militar.

7.1.1. Exerce profissão, desempregado ou reformado

Profissão atual ou exercida anteriormente: _____

Situação na profissão:

- Patrão (mais de 5 trabalhadores)
- Trabalhador por conta própria (até 5 trabalhadores)
- Trabalhador por conta de outrem

7.1.2. Executante das tarefas do lar

8. Condição perante o trabalho dos pais (situe-se numa das seguintes alíneas e responda às questões).

Ao especificar a profissão evite expressões como 'função pública' e/ou 'militar'.

8.1. Condição perante o trabalho da mãe:

8.1.1. Exerce profissão, desempregado ou reformado

Profissão atual ou exercida anteriormente: _____

Situação na profissão:

- 1) Patrão (mais de 5 trabalhadores)
- 2) Trabalhador por conta própria (até 5 trabalhadores)
- 3) Trabalhador por conta de outrem

8.1.2. Executante das tarefas do lar

8.2. Condição perante o trabalho do pai:

8.2.1. Exerce profissão, desempregado ou reformado

Profissão atual ou exercida anteriormente: _____

Situação na profissão:

- 1) Patrão (mais de 5 trabalhadores)
- 2) Trabalhador por conta própria (até 5 trabalhadores)
- 3) Trabalhador por conta de outrem

8.2.2. Executante das tarefas do lar

Comentários: _____

Agradecemos a sua colaboração.

Anexo II – Grelha de Observação Direta dos Espaços Públicos (exemplo)

1.1.Coordenadas temporais	Terça-feira, 24 de janeiro de 2012 10h50min.
1.2. Coordenadas espaciais	Largo da Oliveira, Guimarães Espanada, de frente para a Igreja da Oliveira Ângulo de visão no sentido da Praça Santiago
	Descrição do espaço físico: Os estabelecimentos comerciais estão decorados com o símbolo de Guimarães 2012 adaptados pelos funcionários e proprietários com uma decoração própria; a esplanada do café mais convencional (snack-bar) e que está localizada ao sol está muito bem organizada; algumas janelas encontram-se abertas e há flores nas varandas das casas; aspeto muito colorido; existem muitas pombas na praça.
2.1. Perfil	Presença de várias gerações: habitantes locais e turistas. Ambos os sexos. Está um sem-abrigo sentado na escadaria da igreja.
2.2. Modos de apresentação	Informalidade no vestuário. A maioria das pessoas está com óculos de sol (menos os idosos).
2.3. Modalidades de interação	Nas esplanadas vemos pessoas a tomarem café sozinhas, em par ou em grupo, nunca ultrapassando as 3 pessoas; um casal de namorados turistas espanhóis explora o mapa local.
2.4. Linguagem cinética	Postura informal “à vontade”. Hexis corporal descontraída.
2.5. Apropriação do espaço e atividades	Total apropriação do espaço pelos habitantes locais; “olhar curioso” por parte dos turistas. Algum movimento; paragens longas no café; comércio parado, as pessoas não entram, só ficam a conversar à porta do estabelecimento; há 2 polícias parados na praça a observarem.
1.1.Coordenadas temporais	Terça-feira, 24 de janeiro de 2012 11h30min.
1.2. Coordenadas espaciais	Praça Santiago, Guimarães Antigo Paços do Concelho (por baixo dos arcos) Ângulo de visão no sentido do Posto de Turismo e Rua Gravador Molarinho
	Descrição do espaço físico: Chão de calçada, ar pitoresco e tradicional; roupa nos estendais; cores apelativas das casas; janelas abertas; cheiro a comida.

Largo da Oliveira

Praça de Santiago

2.1. Perfil	Presença de várias gerações; habitantes locais e trabalhadores da zona; ambos os sexos.
2.2. Modos de apresentação	Informalidade no vestuário. Hexis corporal descontractada.
2.3. Modalidades de interação	Os trabalhadores locais atravessam a praça só de passagem; existem pessoas idosas a fumar na praça distantes umas das outras; idosos e adultos a falarem em grupo; ouve-se um “Bom dia!” em tom muito alto; moradores que frequentam a praça, só de passagem, como modo de travessia para as lojas de comércio; a partir das 12h começam a aparecer jovens em grupo, a brincar uns com os outros antes de decidirem o destino do almoço; há um varredor a limpar a praça; a partir do meio-dia verifica-se que já há algumas pessoas a dirigirem-se para almoçar, embora só se verifique frequência nos snack-bars, os restaurantes tradicionais estão vazios; alguns jovens estão interessados em visitar a galeria de arte que só tem abertura prevista para dia 4 de fevereiro.
2.4. Linguagem cinética	Postura informal “à vontade”. Hexis corporal descontractada.
2.5. Apropriação do espaço e atividades	Total apropriação do espaço e diferentes usos do mesmo.
1.1.Coordenadas temporais	Terça-feira, 24 de janeiro de 2012 13h30min.
1.2. Coordenadas espaciais	Toural, Guimarães Bancos em torno da fonte Ângulo de visão no sentido norte Descrição do espaço físico: As árvores estão completamente secas, parecendo queimadas; pouca sombra; bancos cinzentos, tipo ferro; barulho do trânsito; sol radiante e bastante quente; existem 2 bancos para sentar que estão vedados; várias lojas e estabelecimentos de serviços; edifícios com anúncio de advogados e clínica dentária nas varandas; uma única varanda tem roupa no estendal; apenas estão abertas as lojas das cadeias comerciais mais conhecidas; há ourivesarias, lojas de bijuteria, cafés sem esplanada, talho, quiosque, loja de artigos em metal, farmácia, restaurante sem esplanada, bancos, pastelaria; há uma galeria que só abre à quarta e ao sábado.
2.1. Perfil	Várias faixas etárias; idosos, indivíduos de meia-idade parecendo executivos que trabalham na zona em causa, muitos jovens e crianças talvez pela hora de saída da escola; ambos os sexos.
2.2. Modos de apresentação	Informalidade no vestuário nos jovens e idosos. Roupa formal nalguns trabalhadores (executivos).
2.3. Modalidades de interação	Brincadeiras no chafariz por parte dos jovens estudantes, conversas informais entre os idosos que estão sentados nos bancos onde dá sombra e entre os adultos que circulam pela praça em pares e em grupos (casais ou grupos do sexo feminino); idosos parados à porta dos estabelecimentos comerciais e das casas a fumarem ou a observarem simplesmente; turistas a tirarem fotos; local de ponto de encontro.

Praça de Santiago

Toural

<p>2.4. Linguagem cinética</p> <p>2.5. Apropriação do espaço e atividades</p>	<p>Postura informal “à vontade”. Hexis corporal descontraiada. Excecio grupo de executivos que se expressa de forma bastante formal.</p> <p>Movimento considerável, nomeadamente de trabalhadores locais, idosos e estudantes; 2. polícias presentes debaixo de um toldo de uma loja comercial a conversarem e mais 2 a fazerem a ronda ao Toural; bastante frequência ao comércio tradicional; total apropriação do espaço; diferentes usos do mesmo.</p>
<p>1.1.Coordenadas temporais</p>	<p>Terça-feira, 24 de janeiro de 2012 15h00min.</p>
<p>1.2. Coordenadas espaciais</p>	<p>Jardim da Alameda de S. Dâmaso, Guimarães Bancos do jardim Ângulo de visão no sentido norte</p> <p>Descrição do espaço físico: As árvores verdes, chão de cimento; bancos de jardim tradicionais em madeira; alguma sombra.</p>
<p>2.1. Perfil</p>	<p>Grande maioria: idosos; predomina o sexo masculino. 2 a 3 turistas de passagem.</p>
<p>2.2. Modos de apresentação</p>	<p>Informalidade do vestuário.</p>
<p>2.3. Modalidades de interação</p>	<p>Brincadeiras e conversas informais entre os moradores (parecem serem amigos de há muitos anos). A maioria está sentada ou a pé em grupo. Alguns encontram-se sentados sozinhos. Os bancos do jardim estão todos preenchidos; os turistas andam a pé e a tirar fotos.</p>
<p>2.4. Linguagem cinética</p>	<p>Postura informal “à vontade”. Hexis corporal descontraiada.</p>
<p>2.5. Apropriação do espaço e atividades</p>	<p>Bastante movimento da parte dos habitantes locais (idosos); paragens prolongadas.</p>
<p>1.1.Coordenadas temporais</p>	<p>Terça-feira, 24 de janeiro de 2012 16h00min.</p>
<p>1.2. Coordenadas espaciais</p>	<p>Toural, Guimarães Bancos em torno da fonte Ângulo de visão no sentido norte</p> <p>Descrição do espaço físico: Pouca luminosidade; ar antigo; predominância da pedra; tons dourados e bronze das peças expostas; envidraçados; alguns ecrãs de museu interativo.</p>

Jardim da Alameda de S. Dâmaso

Museu Alberto Sampaio

<p>2.1. Perfil</p>	<p>Os funcionários do museu pertencem à faixa etária entre os 25 e os 50 anos; predominância do sexo feminino.</p>
<p>2.2. Modos de apresentação</p>	<p>Vestuário formal.</p>
<p>2.3. Modalidades de interação</p>	<p>Nenhum movimento; às 16h o museu estava vazio; visitámos o museu na companhia de uma funcionária que nos deu todas as informações que precisávamos; a funcionária referiu que a terça-feira é o dia em que há menos visitas, sendo mais frequentado ao fim de semana, nomeadamente ao domingo de manhã que é gratuito – disse-nos que de uma maneira geral o museu é muito frequentado, nos “piores dias passam por volta de 500 a 600 pessoas, em detrimento das 4000 pessoas que foram visitar o museu” no dia da abertura do evento “Guimarães Capital Europeia da Cultura”.</p>
<p>2.4. Linguagem cinética</p>	<p>Postura formal. Hexis corporal revela rigor e profissionalismo.</p>
<p>2.5. Apropriação do espaço e atividades</p>	<p>Total apropriação do espaço por parte dos funcionários do museu.</p>

Museu Alberto Sampaio

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, recensões, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: Uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpati Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)** aceita textos de diversa natureza: artigos; resenhas; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excepcionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.
9. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto tele-

fónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

- a) Livro: APELIDO, Nome próprio (ano), *Título do Livro*, Local de edição, Editor (ev. ref. da primeira edição).
- b) Artigo em publicação periódica: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do artigo”, *in Nome da publicação periódica*, volume (número), páginas.
- c) Textos em coletâneas/Contribuições em monografias: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do texto/contribuição”, *in* Nome próprio e apelido (org.), *Título da Coletânea/Monografia*, Local de edição, Editor, páginas (ev. ref. da publicação original da contribuição).
- d) Publicações *online*: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do texto”, Nome da publicação, [Consult. a dia-mês-ano]. Disponível em (colocar o URL).
- e) Teses: APELIDO, Nome próprio (ano), *Título da Tese. Tese de mestrado ou doutoramento (indicar uma delas)*, Local, Instituição de ensino.
- f) Legislação: Indicação do diploma legal (Exemplo: Decreto-lei n^o, de).

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com

AVALIAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS 2012-2013

Alexandra Lopes, FLUP/ISFLUP.
Alice Duarte, FLUP/ISFLUP.
Ana Nunes de Almeida, ICS-UL.
André Barrinha, FEUC/CES.
António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL.
Augusto Santos Silva, FEP/ISFLUP.
Benedita Portugal e Melo, IEUL.
Carlos Gonçalves, FLUP/ISFLUP.
Carlota Quintão, A3S.
Casimiro Balsa, FCSH-UNL/CESNOVA.
Claudino Ferreira, FEUC/CES.
Cristina Farinha, ISFLUP.
Cristina Parente, FLUP/ISFLUP.
Elísio Estanque, FEUC/CES/UNICAMP.
Ester Silva, FLUP/ISFLUP.
Fátima Alves, UAB/CEMRI.
Felismina Mendes, UEVORA/CIES-IUL.
Frederico Cantante, CIES-IUL.
Graça Mota, ESE-IPP/CIPEM.
Helena Vilaça, FLUP/ISFLUP.
Hermes Costa, FEUC/CES.
Hustana Vargas, UFF/NEPES.
Ilona Kovács, ISEG-UTL/SOCIUS.
Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL.
Isabel Cruz, FLUP/ISFLUP.
João Bilhim, ISCSP-UTL.
João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA.
João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP.
José Alberto Simões, FCSH-UNL/CESNOVA.
José Augusto Palhares, UM.
José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/ Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL).
Isabel Dias, FLUP/ISFLUP.
Lígia Ferro, ISFLUP/CIES-IUL.
Luís Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR.
Manuel Carlos Silva, UM/ICS/CICS.
Maria Cidália Queiroz, ISSSP/ISFLUP.
Maria das Dores Guerreiro, ISCTE-IUL/CIES-IUL.
Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL.
Marielle Gros, ISSSP/ISFLUP.
Miguel Chaves, FCSH-UNL/CESNOVA.
Nuno de Almeida Alves, ISCTE-IUL/CIES-IUL.
Paula Guerra, FLUP/ISFLUP.
Paulo Peixoto, FEUC/CES.
Pedro Abrantes, UAb/CIES-IUL.
Renato Carmo, CIES-IUL.
Rita Espanha, ISCTE-IUL/CIES-IUL.
Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF.
Sofia Cruz, FEP/ISFLUP.
Vera Borges, ICS-UL.
Virgílio Borges Pereira, FLUP/ISFLUP.
Vitor Sérgio Ferreira, ICS-UL.
Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.